



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
ANO BASE 2018



CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional

2018

SINAES

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Guarapuava

2018

SUMÁRIO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	04
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO-CPA.....	04
1. APRESENTAÇÃO.....	05
2. INTRODUÇÃO.....	10
3. METODOLOGIA.....	14
3.1 PROJETO/PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	14
3.2 SUBSÍDIOS.....	19
3.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	20
3.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.....	25
4. DESENVOLVIMENTO.....	31
4.1 EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	31
4.1.1 Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação	31
4.2. EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	33
4.2.1. Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	33
4.2.1.1. Evolução Institucional a partir dos processos de planejamento e Avaliação Institucional.....	43
4.2.2. Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição	50
4.3. EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	55
4.3.1. Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	55
4.3.1.1. Ensino.....	56
4.3.1.2. Pesquisa	72
4.3.1.3. Extensão	79
4.3.1.4. Pós-Graduação	81
4.3.2. Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade.....	83
4.3.3. Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes	85
4.4. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO.....	89

4.4.1. Dimensão 5 – Políticas de Pessoal	89
4.4.2. Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição.....	92
4.4.3. Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira	94
4.5. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	96
4.5.1. Dimensão 7 - Infraestrutura Física.....	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2018

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Centro Universitário Campo Real – IES 5511

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Paraná

Município: Guarapuava

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO – CPA

Composição da CPA

MEMBROS	SEGMENTO QUE REPRESENTA
Sônia Maria Hey	Corpo Técnico-administrativo
Rosicler Duarte Barbosa	Corpo Técnico-administrativo
Mylena Bermudez Gerke	Docente
Rafael Martini Pedroso	Docente
Anna Soares	Discente
Hemerson Jose Maurilio da Cruz	Discente
Murilo Moreira de Oliveira	Sociedade Civil
Tales Falleiros Lemos	Sociedade Civil

Resoluções: nº 2/2010 / nº 3/2010 / nº 1/2011 / nº 7/2011 / nº 5/2012 / nº 9/2012 /
nº 13/2012 / nº 31/2012 / nº 7/2013 / nº 11/2015 / nº 3/2016 / nº 31/2017 /
nº 11/2018

Ato de nomeação: nº 21/2014

1. APRESENTAÇÃO

"Avaliar para (a)firmar valores". Dilvo Ristoff (1996)

O objetivo do Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional é divulgar os resultados da avaliação à comunidade acadêmica e à sociedade, dado o caráter social da educação, prestando conta publicamente das suas responsabilidades na formação integral dos alunos. Pretende-se explicitar os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, a interpretação dos resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

Este relatório pretende ser uma comprovação material do trabalho de autoavaliação institucional realizado, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Nele devem estar expressas as virtudes, méritos, potencialidades, mas também as omissões, deficiências e fragilidades particularmente dos diversos cursos do Centro Universitário, no que se referem aos eixos e respectivas dimensões previstas em lei e a constante busca da qualidade dos serviços ofertados, reafirmando o compromisso com a sociedade em busca da confirmação da identidade e missão institucional.

Seguir as diretrizes e princípios estabelecidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)¹ nos documentos “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior” (BRASIL. MEC, 2004a) e “Roteiro de Autoavaliação institucional” (BRASIL. MEC, 2004c) tem sido premissa institucional para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

O Relatório Parcial de Autoavaliação a ser postado no Sistema e-MEC² teve roteiro sugerido inicialmente em documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e aprovado pela CONAES, na reunião do

¹ A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, instituído pela Lei número 10.861, de 14 de Abril de 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13082:apresentacao-conaes Acesso em: 11 de março de 2019.

² O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC. O sistema torna os processos mais rápidos e eficientes, uma vez que eles são feitos eletronicamente. As instituições podem acompanhar (pelo sistema) o trâmite do processo no ministério que, por sua vez, pode gerar relatórios para subsidiar as decisões. Disponível em: http://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/login/comum_login.php?691ba69561e311dd66adaae89947c631=Y%20WJhX21hbnRpZGE=. Acesso em 11 de março de 2019.

dia 17 de setembro de 2005. Trazia roteiro com elementos mínimos a serem incluídos nos relatórios e sua finalidade era de apoio ao trabalho das Comissões Próprias de Avaliação (CPA's). Com isso, preservou-se a liberdade de que elas utilizassem outros modelos ou formas de apresentação que fossem mais abrangentes e compatíveis com suas identidades e estratégias de trabalho.

A partir da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, o Relatório de Autoavaliação a ser postado no Sistema e-MEC trata de um documento parcial que segue as orientações da referida Nota, sobre a nova periodicidade do Relatório de Autoavaliação das IES e os prazos que deverão ser cumpridos, conforme texto transcrito: “A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue: até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial; até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial; até 31 de março de 2018 – relatório integral”. Sobre o roteiro a ser seguido para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional proposto pela nota técnica apreciada, estão mantidas partes já adotadas por essa Comissão, aqui transcritas: “[...] Introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise”. Segue detalhamento do que poderá ser abordado em cada uma das partes:

- **Introdução** – Os dados da Instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral.
- **Metodologia** – Na metodologia deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.
- **Desenvolvimento** – Nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a identidade das instituições. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes os cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no artigo 3º da Lei número 10.861, que institui o SINAES”.

Ainda em atendimento às orientações normativas oficiais, este Relatório caracteriza-

se como um Relatório Parcial, conforme previsto pelo MEC/INEP, contendo parte do processo de ciclo avaliativo que será concluído em 2021, registrado no Relatório Integral, a ser apresentado em 2022.

Sobre o novo sistema de organização do Relatório de Autoavaliação, a versão do documento postado referente aos anos de 2018 e 2019, por serem parciais, seguem suas versões de origem, contendo parte do processo de ciclo avaliativo que será concluído em 2021, registrado no Relatório Integral a ser apresentado em 2022. Ainda em atendimento às orientações normativas oficiais, este relatório parcial se divide em 05 Eixos e busca “estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do Relatório de Autoavaliação bem como o processo avaliativo em sua integralidade” (BRASIL, 2014c, p. 4). Os Eixos propostos devem ter conformidade com o PDI e com a identidade da IES e devem ser apresentados conforme proposta da Nota Técnica número 065 aqui transcrita:

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

- Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

- Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

- Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

- Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

- Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

- Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- **Eixo 4: Políticas de Gestão**

- Dimensão 5: Políticas de Pessoal

- Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

- Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- **Eixo 5: Infraestrutura Física**

- Dimensão 7: Infraestrutura Física

A figura a seguir, ilustra a dinâmica de interrelação entre os Eixos propostos e as dimensões avaliadas.

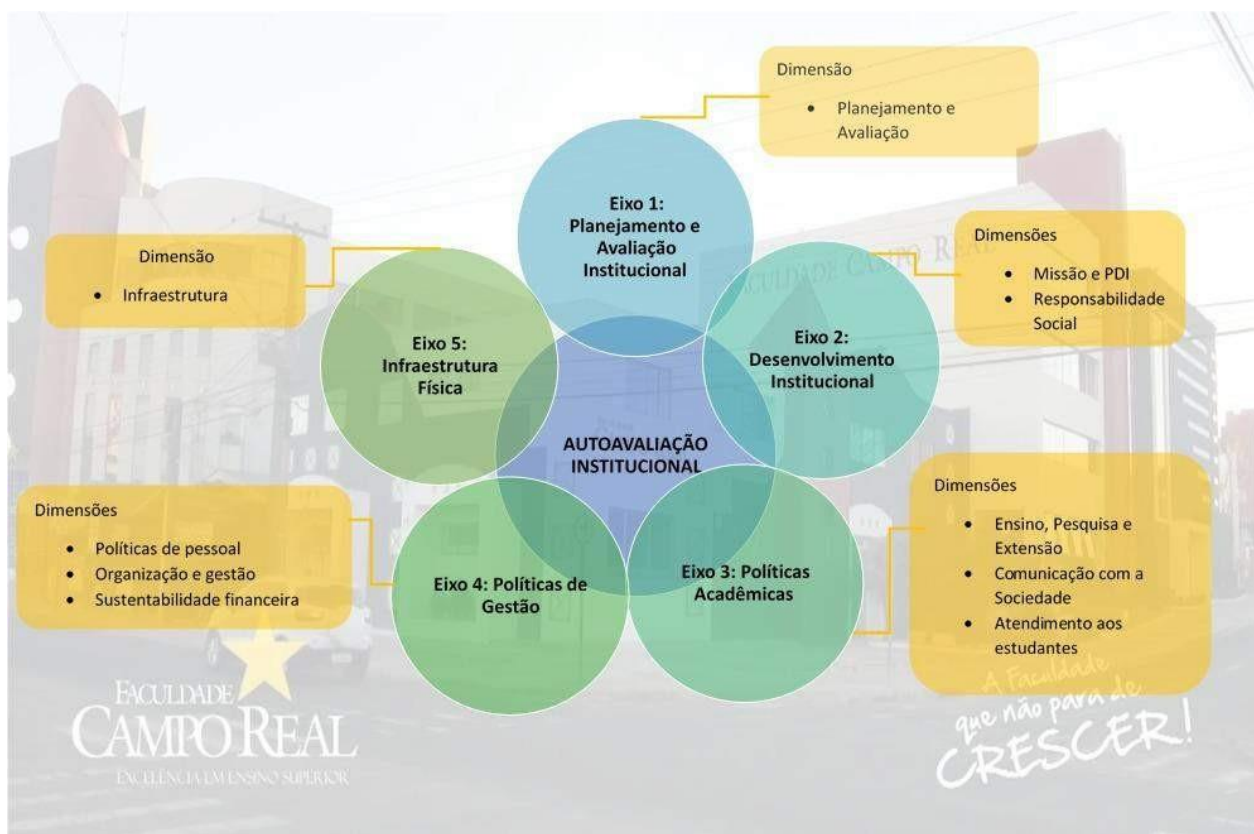


Figura 1 – Dimensões institucionais avaliadas organizadas por Eixos.

A autonomia da instituição na abrangência do relatório é compatível com a identidade institucional e estratégias de trabalho. Essa autonomia, somada ao roteiro inicial proposto, trouxe contribuição para a construção de um documento abrangente, que possibilita a reflexão da instituição, de maneira autônoma e comprometida. O documento remete à complexidade, por sua abrangência, mas elucida com clareza as necessidades institucionais, quando observadas as 10 dimensões, reorganizadas em eixos que também acrescentaram coerência ao que se propõe o documento. As fragilidades apontadas pelo relatório em cada uma das dimensões simplificam o direcionamento do planejamento e das respectivas ações para a busca de soluções. Faz-se desafiador reverter, a cada processo, as fragilidades apontadas em potencialidades; ademais, isso traz à comunidade acadêmica potencial para direcionamento e planejamento.

O documento corresponde ao pensamento de Meneghel, Rolb e Silva (2006), quando consideram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como iniciativa relevante por promover a avaliação compreensiva, pedagógica e horizontal. Com todo esse rico material em mãos, de importante suporte pedagógico, de construção participativa e de caráter formativo, a CPA elabora o relatório final consolidando todas as informações obtidas nas análises parciais realizadas, a citar: análise documental, grupo

focal, respostas abertas, respostas objetivas ao questionário e avaliação pelos usuários dos serviços da IES. A experiência na redação do relatório possibilitou, ainda, e de forma a merecer destaque, a percepção da necessidade de novos instrumentos e mecanismos de coletas de dados que se somariam às informações já obtidas, para consolidação de um relatório com maior capacidade de alcance e conhecimento da instituição e da percepção da comunidade externa.

Avaliar uma instituição de ensino superior (e relatar esse processo em um documento), significa lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas. Significa levar em conta as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos sujeitos, e os elementos estruturais e conjunturais. Nesse sentido, a avaliação caracteriza-se como prática social geradora de múltiplos sentidos (DIAS SOBRINHO, 2008a). O objetivo é criar uma atmosfera para que a comunidade acadêmica forme coletivamente uma consciência dos indicadores que estão contribuindo para a construção do presente e do futuro institucional e daqueles que não estão correspondendo ao pleno andamento das atividades. O relatório tem o compromisso de revelar essa prática.

De acordo com AUGUSTO e BALZAN (2007, p. 608), a CONAES concebe a autoavaliação como

um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social [...] [a] instituição faz uma análise interna sobre o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age [...] procura identificar práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos.

Se o objetivo da autoavaliação é avaliar a IES de maneira global, de forma contínua, buscando identificar a coerência entre a missão e as políticas institucionais realizadas, o processo de elaboração do relatório de autoavaliação deve dedicar-se à “consolidação” da avaliação interna, na qual os resultados das atividades realizadas devem ganhar solidez, com espaço para o processo crítico da autoavaliação. É uma fase de grande importância, pois é nela que acontecem as articulações com os outros instrumentos avaliativos do SINAES, bem como se promove o debate com a comunidade acadêmica (docentes, estudantes e pessoal técnico-administrativo) e a sociedade em torno dos resultados, subsidiando planejamento e propondo ações que visem à melhoria institucional e, também, criando as condições para o processo de avaliação externa.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional no ensino superior é tema de discussão no Brasil há alguns anos. Houve um crescimento de publicações nessa área a partir de 1990, “refletindo não só o interesse, mas a centralidade desta temática no âmbito das reformas e das políticas públicas de educação³”. (BRASIL, 2003)

Em 1993, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) criou a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, com a função de conduzir politicamente o processo, e “com este encaminhamento, ficou clara a posição do MEC neste processo: coordenador, articulador e agente financiador da avaliação institucional, assumindo a postura política de trabalhar em parceria com as universidades”. (BRASIL, 1994)

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) foi “sustentado no princípio da adesão voluntária das universidades” (BRASIL, 2003, p.14), somado os princípios da globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, legitimidade e continuidade. Esse programa “concebia a autoavaliação como etapa inicial de um processo que, uma vez desencadeado, se estendia a toda a instituição e se completava com a avaliação externa”. (BRASIL, 2003, p. 14)

Em 2003 é criado o SINAES, presidido pelo professor José Dias Sobrinho⁴. A autoavaliação institucional é uma das modalidades do instrumento avaliativo instituído pelo SINAES. Tem como fundamento a

[...] necessidade de promover a melhora da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. (BRASIL. 2004a)

³ Neste sentido, cabe destacar as publicações efetuadas pela Revista Avaliação que, apesar de ter surgido em 1996, concentra cerca da metade de toda a produção sobre Avaliação Institucional e Avaliação da Educação Superior no período 1968-2000. (BRASIL, 2003, p. 13)

⁴ Doutor em Ciências Humanas (Educação, 1975, UNICAMP). Realizou um pós-doutorado na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris (1977-1979). É professor titular do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISO (Universidade de Sorocaba) e aposentado da UNICAMP, onde foi Pró-reitor de Pós-Graduação e Diretor da Faculdade de Educação. Presidiu a Comissão Especial de Avaliação (MEC, Brasil). É colaborador de Global University Network for Innovation (GUNI-UNESCO) e do Instituto Internacional de Educación Superior para América Latina y el Caribe (IESALC-UNESCO). É editor da revista Avaliação. Autor de cinco livros e de mais de setenta capítulos e artigos de revistas, sobre a temática de avaliação, acreditação, educação superior e globalização. jose.sobrinho@uniso.br

A Lei Federal número 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a), estabeleceu em seu Artigo 11, o prazo de 60 (sessenta) dias para cada Instituição de Ensino Superior (IES) constituir a sua CPA “com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira”. (BRASIL, 2004a). O Item I do citado artigo determina “constituição por ato dirigente máximo da IES, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada à participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada” (BRASIL, 2004a) e no item II preconiza “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES”. (BRASIL, 2004a) Ainda em atendimento às orientações normativas oficiais, são atribuições da CPA:

1. Implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
2. Conduzir os processos de autoavaliação do Centro Universitário Campo Real;
3. Constituir grupos de trabalhos, tantos quantos forem necessários;
4. Divulgar junto à comunidade acadêmica a sua composição, agenda de atividades e os dados coletados;
5. Conduzir e coordenar o processo sucessório para composição da CPA.

No que se refere à CPA, Comissão que tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação institucional, são cumpridas as normativas estabelecidas e a sua constituição e composição estão estabelecidas na Portaria número 2051/04, no artigo 7º, § 2º, segundo o qual:

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverá ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades. (BRASIL, 2004b).

A formação da CPA tem deliberação prevista em resoluções próprias e é um desafio posto, reiterado por ZAINKO (2008, p. 831) em sua afirmação de que “nas IES a constituição da CPA esbarra em problemas políticos e na escassez de pessoal familiarizado com a questão”. Sobre essa questão, a formação e participação efetiva dos membros responsáveis pela condução do processo de autoavaliação institucional retrata o

comprometimento com os aspectos legais e os princípios de representatividade e de autonomia que se espera de toda a comunidade acadêmica.

Observando o alerta de Morin (PENA-VEGA; ALMEIDA; PETRAGLIA, 2003, p. 149), em sua afirmação de que “para pensar localmente é preciso também pensar globalmente”, são elementos para análise e reflexão do processo de autoavaliação as demandas ministeriais, os parâmetros nacionais, estaduais, regionais e institucionais. Confirmando as intenções desse processo, o autor complementa:

Meu axioma é ao mesmo tempo sistêmico e analítico. Ele se expressa em uma fórmula de Pascal, que cito frequentemente: ‘Considero impossível conhecer o todo sem conhecer especialmente as partes’. Isso implica um caminho do pensamento ‘em vaivém’’. (PENA-VEGA; ALMEIDA; PETRAGLIA, 2003, p. 150).

A análise sistêmica das informações é verificada também na metodologia para a autoavaliação, com enfoque quanti-qualitativo (BOGDAN; BIKLEN, 2003; TURATO, 2003), que prioriza a avaliação formativa, a avaliação do processo, não somente do produto e/ou dos resultados (BALZAN; DIAS SOBRINHO, 1995; ALMEIDA JÚNIOR, 2002).

Os dados quantitativos obtidos são utilizados para a contextualização da realidade da instituição e para dar suporte à abordagem qualitativa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986)

A autoavaliação é uma das modalidades de instrumento avaliativo, instituído pelo SINAES, que tem como fundamento a “necessidade de promover a melhora da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais”.

O Centro Universitário iniciou o processo de autoavaliação em 2004, oportunizando, basicamente, a avaliação do corpo docente pelo corpo discente. A partir das diretrizes do SINAES buscou-se ampliar o processo, no qual não só os alunos avaliavam, mas também os professores e colaboradores do corpo técnico-administrativo.

O processo de autoavaliação se caracteriza pela utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação e consulta formal, por meio de questionários, com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as etapas da avaliação, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise dos resultados e sua publicação.

A avaliação institucional do Centro Universitário é pautada em dados obtidos por meio do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e reitoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados. A comissão de

autoavaliação obtém as informações necessárias para identificar os principais problemas enfrentados pela instituição. Essa metodologia adotada conjuga estratégias de sensibilização e coleta de dados, já adotadas no processo de elaboração do PDI⁵, visando atender aos objetivos da avaliação interna proposta pelo SINAES e às especificidades do Centro Universitário.

A avaliação institucional proposta baseou-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, também, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração do Centro Universitário, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca.

O processo avaliativo é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão administrativa. A coordenação geral deste projeto está a cargo da CPA. Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos, em cada ciclo, visando a identificação de pontos frágeis com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo, que acontece por meio de seminário interno, sob coordenação da CPA, com a participação da comunidade acadêmica. Faz-se um balanço crítico do projeto de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados.

Sobre o Relatório de Autoavaliação a ser postado no Sistema e-MEC, este documento parcial segue as orientações da Nota Técnica nº 065 sobre a nova periodicidade do Relatório de Autoavaliação das IES e os prazos que deverão ser cumpridos.

Sobre a divulgação do processo de autoavaliação, todo processo é realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA, previsto no Calendário Acadêmico. Baseado nesses indicadores a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto é elaborado um perfil institucional que fica à disposição do público no site da instituição. O conjunto de informações obtido,

⁵ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. [...] O PDI deve estar intimamente articulado com a prática e os resultados da avaliação institucional, realizada tanto como procedimento autoavaliativo como externo. Disponível em: http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm. Acesso em: 14 de março de 2019.

após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los.

3. METODOLOGIA

3.1 PROJETO/PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Coordenador da CPA é membro efetivo do grupo de trabalho que se reúne quinzenalmente às quintas-feiras e em reuniões extraordinárias, onde são discutidas as ações realizadas e as que serão adotadas pelo Centro Universitário.

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC na Lei número 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada no Centro Universitário Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais que primam por um processo mais acurado e sistematizado. Atualmente, pontua-se o planejamento geral da autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade e, para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Atendendo uma metodologia com enfoque quanti-qualitativo, os dados quantitativos obtidos são utilizados para a contextualização da realidade da instituição e para dar suporte à abordagem qualitativa. A CPA busca, ao longo de todo o processo, privilegiar a interpretação dos dados coletados, a consulta de documentos pertinentes que subsidiem as análises e a elaboração de novos documentos que forneçam informações complementares às análises, interpretações e deliberações. A citar: Perfil do Ingresso; Relatório de Evasão; Pesquisa de Permanência; Acompanhamento do Egresso; Acompanhamento da Participação no Evento de Iniciação Científica - IC; Acompanhamento da participação na IC no Evento Semana Ambiental; Acompanhamento de participação na IC no Evento Semana da Cultura; Perfil Docente; Relatórios de Pedidos de 2ª Chamada; Pesquisas de Opinião Pública; Avaliação dos eventos institucionais; Avaliação dos eventos dos cursos; Relatório de Benefícios – Gráficos; Relatório de Evolução da Situação Acadêmica – Gráficos comparativos.

A partir do documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação da Instituição” (BRASIL, 2004c), foi elaborada uma tabela com todas as dimensões do SINAES e a respectiva documentação, dados e indicadores exigidos, com o objetivo de reunir todos os documentos necessários à avaliação da instituição. Nessa tabela, foram identificados os setores administrativo-acadêmicos e respectivos responsáveis para o envio da solicitação dos documentos listados.

O fluxo de trabalho contempla o arquivamento de todas as versões de cada documento para consulta futura em caso de eventuais divergências. Esse arquivamento foi intensificado a partir do ano de 2010.

De posse das orientações do roteiro (BRASIL, 2004c), a CPA analisou os tópicos sugeridos e os itens dos núcleos comuns e núcleos optativos foram destacados com o objetivo de identificar aqueles mais apropriados para a avaliação por questionário. Dessa análise foram elaboradas questões para docentes, questões para discentes e questões para corpo técnico-administrativo. Algumas são comuns aos três segmentos. As perguntas são do tipo múltipla escolha com valores de 05 a 10, associados ao grau de satisfação referente ao tópico abordado na questão. No final do questionário, é disponibilizada uma área para comentários abertos de livre expressão do respondente.

O processo de validação dos questionários consiste na aplicação do instrumento, em primeira etapa de fase de teste, a pequenos grupos representantes de cada um dos segmentos, que forneçam informações sobre possíveis falhas no instrumento e/ou no sistema, para fins de correção em tempo hábil. Essa fase conta com o apoio do Núcleo de Tecnologia da Instituição (NTI), desenvolvido um sistema informatizado para resposta aos questionários via Web utilizando os recursos existentes no portal da instituição, conhecidos internamente como aluno on-line, professor on-line e colaboradores on-line. O acesso a esses recursos é feito por meio de login com senha individual, resultando em maior confiabilidade dos resultados. O sistema registra o acesso do aluno, docente ou outro colaborador e impede duplicidade de avaliações, mas não associa o avaliador à avaliação, garantindo anonimato total do avaliador. Esse sistema mantém em arquivo eletrônico os resultados obtidos para que possam ser recuperados com o objetivo de possibilitar a análise comparativa nas avaliações institucionais subsequentes.

Para esse fim, a instituição tem sistema próprio, o que facilita o acesso aos dados e às alterações necessárias. Desde a implantação do uso dos questionários on-line, a CPA optou por realizar a avaliação por meio da livre participação de toda a comunidade acadêmica, considerando toda a população de professores e alunos. Para o técnico-

administrativo, utilizou-se de questionários impressos, para facilitar a adesão. Deliberou-se que, a partir de 2017, seria realizado também via sistema. Para o aperfeiçoamento desse instrumento, o questionário on-line foi atualizado/alterado para o ciclo de 2017, também com propósito de sensibilização (se considera a redução de questões do documento e a extinção de campo obrigatório de comentários).

Nos procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações, previstas no calendário acadêmico, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do técnico-administrativo. É oportuno observar que a credibilidade no processo de avaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices significativos de participação.

Sobre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional, essa é etapa que permeia todas as demais etapas, não ocorrendo em momento estanque. A ampla campanha de divulgação interna é realizada com o apoio da assessoria de comunicação da instituição – Setor de Marketing, utilizando diversas mídias disponíveis na instituição, tais como informativos, terminais de computador para consulta de dados acadêmicos, telas de login dos microcomputadores dos laboratórios de informática, cartazes e banners instalados em pontos estratégicos em todos os blocos da instituição. As reuniões com representantes de turma e os seminários acadêmicos de autoavaliação institucional figuram entre os principais mecanismos de sensibilização, pois congregam a ampla e direta divulgação dos resultados e deliberações já alcançadas, a discussão dos dados e proposição de melhorias. Essa transparência, efetiva participação e liberdade política têm sido relevantes.

Todo o processo de sensibilização tornou cada vez mais explícita a importância da participação de todos os integrantes da instituição, uma vez que o objetivo central do processo é obter informações que permitam visualizar o todo orgânico institucional e, assim, ter condições de evidenciar as potencialidades da instituição e aspectos que podem ser aprimorados.

Encerrado o período de avaliação por questionários on-line, o sistema compila as respostas e fornece relatório em arquivo em formato PDF. Posteriormente, os dados são analisados segundo as dimensões definidas pelo SINAES e confrontados com os dados compilados dos documentos pertinentes. Seguindo essa metodologia, as análises são subsidiadas por documentos, pelo confronto com os seguintes documentos incluídos no objeto da avaliação. Assim, são subsídios: Plano de Desenvolvimento Institucional; Projeto

Pedagógico Institucional; Projeto Pedagógico de Curso; Regimento Interno; Avaliação do ENADE; Diretrizes Curriculares; Indicadores Institucionais; Documentos Internos Regulamentados; Convênios e Acordos; Contratos; Relatórios Acadêmicos; Relatórios Administrativo-Financeiros; Relatório de Acervo; Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional; e, Relatórios de Autoavaliação Institucional.

As respostas às questões objetivas coletadas pelo sistema de avaliação on-line são analisadas, comparadas e os resultados resumidos em gráficos produzidos pela CPA, separadamente, por segmento da comunidade acadêmica. Posteriormente, esses gráficos e tabelas são analisados pela CPA e confrontados com os resultados das análises dos outros instrumentos utilizados na autoavaliação.

Posterior a essa análise dos resultados, o processo de divulgação dos resultados da autoavaliação institucional dos Setores, a CPA cumpre as seguintes etapas:

- **Etapa 01** – Leitura e preparo de síntese dos campos de comentários dispostos nos questionários que fundamentam algumas das considerações no ato da entrega individual do relatório a cada um dos setores;
- **Etapa 02** – Agendamento, junto de cada Setor, de reuniões para devolutiva dos resultados pela CPA;
- **Etapa 03** – Reuniões da CPA com os setores para entrega dos resultados. No ato da entrega, é sugerida/promovida a reflexão e o plano de ações para a superação das fragilidades apontadas pelo processo;
- **Etapa 04** – Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional, com participação de toda a comunidade acadêmica;
- **Etapa 05** – Reuniões com Representantes Discentes junto ao Colegiado dos Cursos. Proposição/Elaboração conjunta de plano de ação;
- **Etapa 06** – Divulgação das deliberações.

A discussão dos resultados, acompanhadas das considerações nos grupos focais, seguidas das proposições de soluções, somam o necessário para consolidar de forma quali-quantitativa a análise dos resultados.

A qualidade não é um ente abstrato. Não é atribuída por um Ranking, por uma nota ou conceito, seja ele proveniente da avaliação que for. A qualidade de uma instituição pode, e deve ser definida por aqueles sujeitos que a fazem ser do jeito que ela é, que lhe dão uma cara, que podem definir seu perfil e o seu papel. A opção pela qualidade, ou pela diferença instintiva, é fruto de uma ação de inovação, de um rompimento com o

paradigma da paquidermia, da lentidão, do deixar estar para ver como é que fica [...] Da espera pela indução de uma política governamental. Ela é uma condição a ser negociada entre as partes interessadas: docentes, alunos, funcionários e a comunidade mais próxima [...] Em minha universidade, por exemplo, tornou-se comum falar sobre a “qualidade da diferença e a diferença da qualidade” a partir do primeiro processo avaliativo realizado. A partir de uma filosofia de avaliação que valorizou a identificação da diferença e não a comparação. (LEITE; BORDAS, 1994)

Acerca da análise e divulgação dos resultados da autoavaliação dos docentes, a CPA cumpre as seguintes etapas:

- **Etapa 01** – Impressão e organização de todos os relatórios disponíveis via sistema;
- **Etapa 02** – Análise dos resultados pela Direção Geral, Coordenação Acadêmica e Coordenação Pedagógica;
- **Etapa 03** – Entrega às Coordenação de Curso, do resultado individual de seus respectivos colegiados;
- **Etapa 04** – Análise dos resultados, por colegiado, com cada Coordenação de Curso;
- **Etapa 05** – Análise e proposição/sugestão, pelos coordenadores de curso, do corpo docente para o próximo semestre letivo, tendo como importantes critérios os resultados de desempenho por disciplinas, turmas e áreas de maior afinidade/desempenho e a proposição individual dos professores, formalizada por meio de documento próprio para esse fim, de carga horária e disciplinas pretendidas;
- **Etapa 06** – Entrega individual aos professores dos relatórios/resultados, acompanhada de análise coparticipativa, tendo a devolutiva desses resultados caráter formativo. É importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno.

O planejamento da CPA prevê o preparo e envio ao MEC/INEP/CONAES do Projeto de Autoavaliação Institucional, atendendo todos os itens previstos na Lei do SINAES. Após a elaboração do Relatório de Autoavaliação interna, sucede-se o trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Sobre a relação entre a autoavaliação e o planejamento geral, foi identificado que

resultou na geração de juízos críticos sobre a Instituição, sinalizando fragilidades e oportunidades com vistas à melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade acadêmica. A autoavaliação permitiu também a criação de mecanismos ao corpo discente, docente e técnico-administrativo participar de forma efetiva dos processos de avaliação da Instituição.

3.2 SUBSÍDIOS

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- Relato Institucional
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
- Projeto Pedagógico de Curso (PPC)
- Regimento Interno
- Avaliação do ENADE
- Diretrizes Curriculares
- Indicadores Institucionais
- Documentos Internos Regulamentados
- Convênios e Acordos
- Contratos
- Relatórios Acadêmicos
- Relatórios Administrativo-Financeiros
- Relatório de Acervo
- Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- Relatórios de Autoavaliação Institucional

3.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

No Centro Universitário Campo Real, os procedimentos de autoavaliação institucional e a participação da comunidade acadêmica têm caráter, em primeira instância, como uma política de gestão. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

No que se refere à Comissão que tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação institucional, Comissão Própria de Avaliação (CPA), faz-se a ressalva de que a instituição cumpre as normativas de que deve ser formada por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Suas atribuições estão estabelecidas na Lei número 10.861/04 e a sua constituição e composição, estão estabelecidas na Portaria nº 2051/04, no artigo 7º, § 2º, segundo o qual:

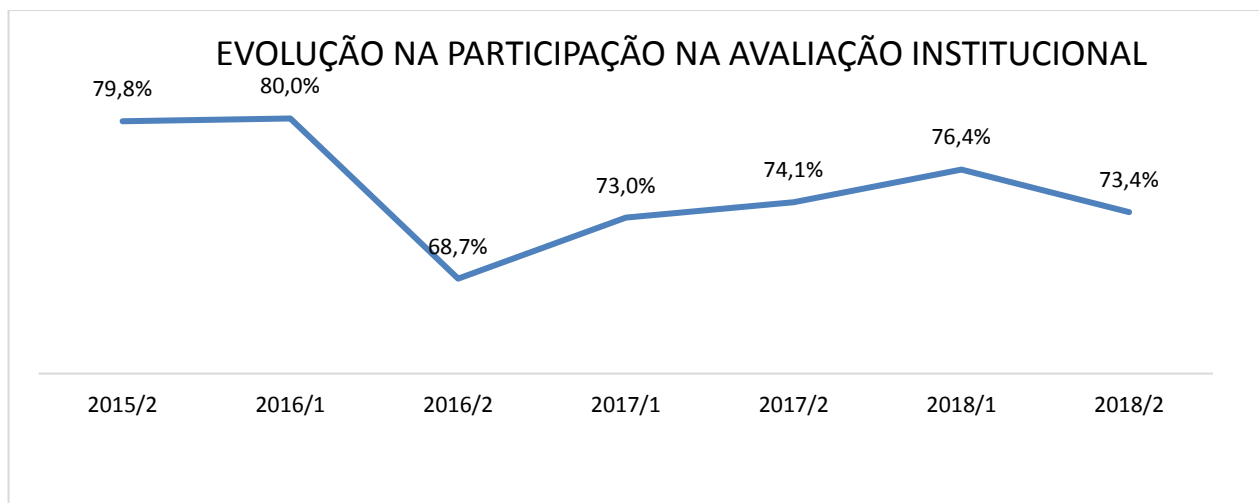
A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverá ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

A formação da CPA, tem deliberação prevista na Resolução nº 01/2011, alterada pela Resolução nº 31/2012. A formação e participação efetiva dos membros responsáveis pela condução do processo de autoavaliação institucional, retrata o comprometimento com os aspectos legais e os princípios de representatividade e de autonomia que se espera de toda a comunidade acadêmica. A composição dessa comissão segue com compromisso a sugestão dos segmentos propostos pelo SINAES, e a participação de todos esses segmentos tem sido uma constante, dando testemunho da importância da representatividade sugerida. Vale observar que, a participação voluntária da sociedade civil e do corpo discente, que seriam, em tese, os maiores desafios para participação comprometida e responsável, tem tido regular e importante contribuição, verificadas nos documentos que registram a história dessa comissão.

Nos procedimentos de autoavaliação institucional e na participação da comunidade acadêmica, registra-se, ainda, a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com etapas estruturadas e bem definidas. Na etapa

de aplicação de questionários, via sistema, aos alunos e docentes, tem-se novo e importante instrumento formal para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.

Nessa etapa, de aplicação de questionários formais via sistema, é oportuno observar que a credibilidade no processo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos nos gráficos e tabela a seguir:

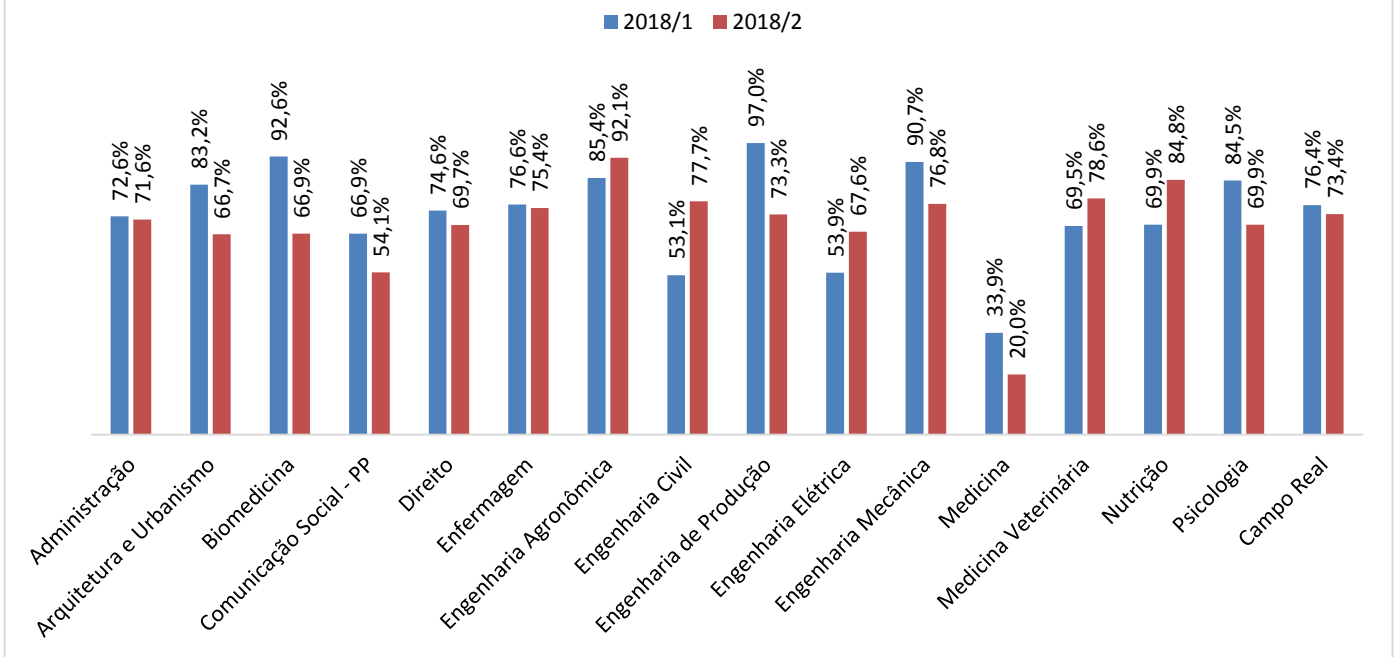


Fonte: Relatórios CPA/2018

PARTICIPAÇÃO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2
ADMINISTRAÇÃO	73,5%	79,8%	70,4%	75,3%	80,4%	72,6%	71,6%
ARQUITETURA E URBANISMO	81,2%	72,8%	58,0%	56,8%	57,3%	83,2%	66,7%
BIOMEDICINA	75,4%	80,0%	65,4%	78,3%	87,1%	92,6%	66,9%
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PP	85,2%	72,8%	42,4%	63,3%	77,4%	66,9%	54,1%
DIREITO	79,6%	77,2%	73,7%	61,6%	57,6%	74,6%	69,7%
ENFERMAGEM	61,9%	76,7%	72,7%	61,2%	72,9%	76,6%	75,4%
ENGENHARIA AGRÔNOMICA	90,5%	83,4%	69,2%	87,1%	80,1%	85,4%	92,1%
ENGENHARIA CIVIL	...	91,3%	38,5%	72,4%	79,5%	53,1%	77,7%
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	73,7%	77,4%	43,8%	65,6%	79,1%	97,0%	73,3%
ENGENHARIA ELÉTRICA	...	91,8%	92,7%	90,3%	76,8%	53,9%	67,6%
ENGENHARIA MECÂNICA	...	78,6%	71,4%	88,0%	83,3%	90,7%	76,8%
MEDICINA	33,9%	20,0%
MEDICINA VETERINÁRIA	90,0%	88,0%	71,3%	82,7%	83,4%	69,5%	78,6%
NUTRIÇÃO	88,7%	81,9%	78,6%	80,9%	84,4%	69,9%	84,8%
PSICOLOGIA	71,6%	81,1%	89,2%	84,9%	90,0%	84,5%	69,9%
CAMPO REAL	79,8%	80,0%	68,7%	73,0%	74,1%	76,4%	73,4%

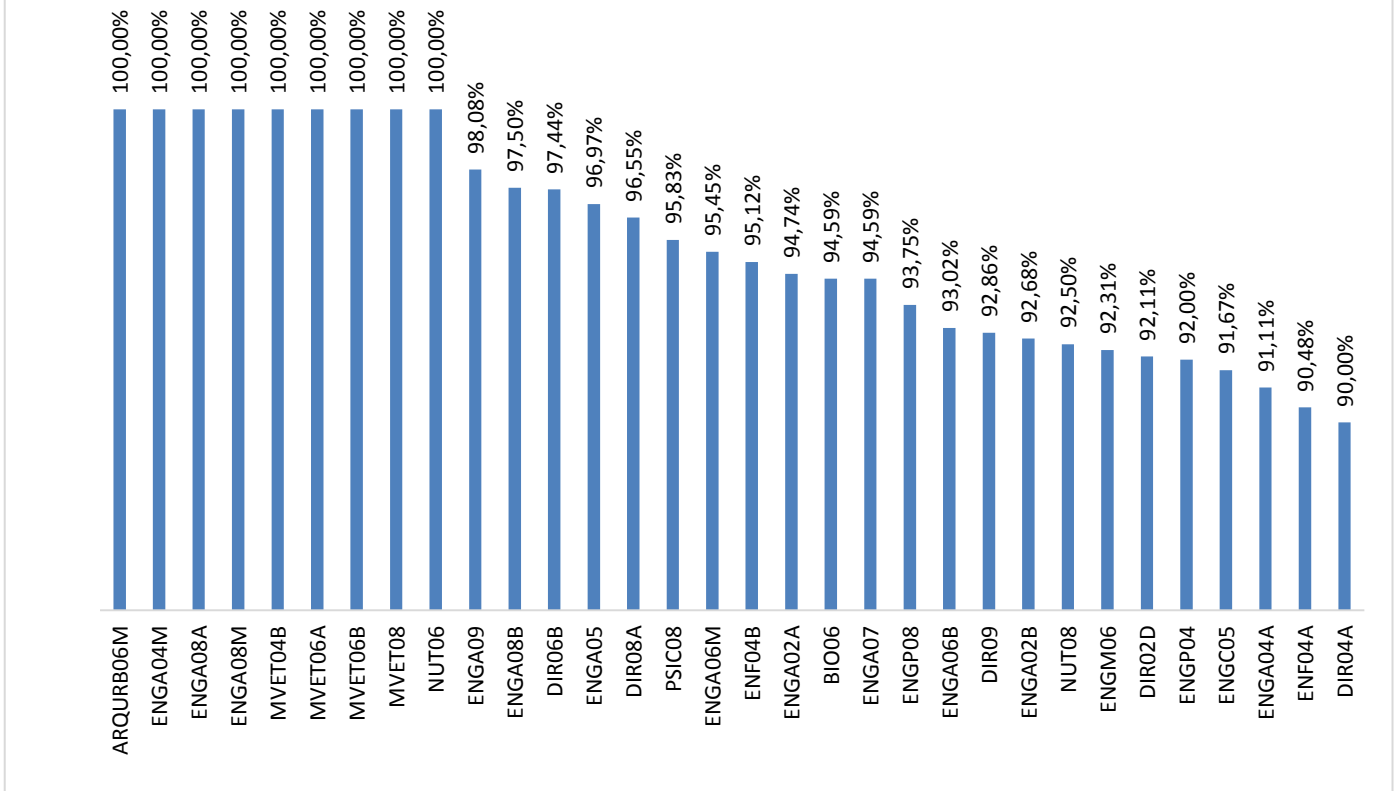
Fonte: Relatórios CPA/2018

PARTICIPAÇÃO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



Fonte: Relatórios CPA/2018

DESTAQUES NA PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2018/2



Fonte: Relatórios CPA/2018

Os índices apresentam significativo percentual de participação discente no processo, e isso retrata uma importante característica de que a cultura avaliativa está devidamente implantada na instituição. A manutenção do percentual de participação pode ser verificada, confirmando assim que a credibilidade se estendeu para os processos realizados em 2016 e 2017, período em que se manteve o índice percentual geral de participação discente. Em 2018, no primeiro semestre o índice alcançado foi de 76,4% e no segundo semestre 73,4%.

Sobre a participação discente nos cursos de Pós-graduação, o processo formal de autoavaliação tem obtido índices de 80% do total de alunos. Nesse segmento, o instrumento via sistema, não se mostrou o mais eficiente para adesão dos alunos. Dessa forma, optou-se pela adoção de questionários impressos, instrumento que facilitou a adesão e a participação dos alunos, aplicados imediatamente ao final de cada módulo cursado. Esse instrumento está em fase de readequação e serão realizados outros testes de adesão no sistema digital.

Sobre a participação docente no processo formal via sistema, no processo ocorrido no segundo semestre de 2016 alcançou índice de participação de 75% do total dos professores. No primeiro semestre de 2017, 73,25% de participação e em 2017/02, 65,43%. No ano de 2018, o primeiro semestre obteve índice de participação de 64,67% e segundo semestre, 64,92%. Verifica-se que a cultura também está estabelecida, contudo, a sensibilização para participação dos professores não deixa de ser novo desafio a cada semestre.

Outra característica que merece destaque é o interesse e expectativa dos docentes ao final de cada processo, em relação aos resultados da avaliação discente. A devolutiva desses resultados aos docentes também retrata uma cultura construída e embasada na confiança, na continuidade e na perspectiva formativa, com efetivo interesse e participação dos docentes pelos resultados e pela discussão individual e coletiva. Essa participação e essa prática tem sido relevante e importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno. Atividades do Programa de Formação Permanente para Docentes da Instituição derivam também da participação dos professores no processo de discussão das necessidades, muitas delas identificadas pelos mecanismos de autoavaliação.

Levando em conta as informações descritas neste tópico, relativo à participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação, ressalta-se que a autoavaliação institucional buscou não se voltar somente para a produção de conhecimento, ou, para

busca de dados em um levantamento apenas quantitativo, mas se configurar como um dispositivo pelo qual a comunidade interfere ativa e organizadamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de decisão e de implementação de mudança. Nesse sentido, tem destaque relevante também a participação da comunidade acadêmica nos Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional, realizados por curso, no início de cada novo semestre letivo. O evento é um importante espaço de divulgação e discussão dos índices obtidos pela Instituição a cada semestre, novo momento de ampla devolutiva em relação às deliberações decorrentes e de construção coletiva de novas proposições para a construção conjunta do planejamento institucional.

Nesse sentido, a participação da comunidade acadêmica nos procedimentos de autoavaliação institucional têm caráter, em primeira instância, como uma política de gestão. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. O comprometimento dos envolvidos no processo foi preocupação de Ristoff (2000) ao afirmar:

Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional. Mesmo que a maioria dos participantes não tenha conhecimentos técnicos e experiências anteriores como sujeitos ativos da avaliação, deve haver o compromisso geral de aprender o suficiente para o desenvolvimento de um rigoroso e justo processo. Por parte da instituição, devem ser assegurados os meios necessários, não só de infraestrutura e tempo, como também e principalmente de liberdade de expressão.

Revela-se que a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional é etapa que permeia todas as demais etapas, não ocorrendo em momento estanque. A ampla campanha de divulgação interna é realizada com o apoio da assessoria de comunicação da instituição – Setor de Marketing, utilizando diversas mídias disponíveis na instituição, tais como informativos, terminais de computador para consulta de dados acadêmicos, telas de login dos microcomputadores dos laboratórios de informática, cartazes e banners instalados em pontos estratégicos em todos os blocos da instituição. As reuniões com representantes de turma e os seminários acadêmicos de autoavaliação institucional figuram entre os principais mecanismos de sensibilização, pois congregam a ampla e direta divulgação dos resultados e deliberações já alcançadas, a discussão dos dados e proposição de melhorias. Essa transparência, efetiva participação e liberdade política têm sido relevantes.

A avaliação institucional do Centro Universitário é pautada em dados obtidos por meio do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-

administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e reitoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados. As reuniões da CPA com representantes discentes nos colegiados dos cursos e representantes de turma são uma prática regular para a promoção da participação na identificação das fragilidades e pontos que requerem melhorias, momento especialmente oportuno também para a coleta imediata de soluções propostas pelos alunos, ampliando a coparticipação e a corresponsabilidade.

O informativo dos resultados da autoavaliação institucional mostra-se também meio de efetiva participação da comunidade acadêmica, pois é elaborado com sugestões dos alunos representantes de turma, com imagens representativas (fotos) de acadêmicos de todos os cursos, textos com depoimentos dos alunos, dos egressos, dos professores, sobre o processo, sobre as deliberações e sobre a instituição como um todo.

A integração dos processos avaliativos está compreendida no contexto da dinâmica avaliativa do Centro Universitário, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e do pessoal técnico-administrativo, observando-se que é importante componente político ligado à autonomia da IES. Observa-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição possibilita uma reflexão contínua e participativa sobre suas ações, de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição nesse diálogo entre a comunidade acadêmica e os órgãos oficiais, especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

3.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O processo de autoavaliação institucional é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão administrativa. Sua coordenação geral está a cargo da CPA. Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos, em cada ciclo, visando a identificação de pontos frágeis com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo. Faz-se um balanço crítico, junto da comunidade acadêmica, do projeto de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados.

Os resultados decorrentes dos relatórios de avaliação externa são relevante

instrumento para a construção do Relato Institucional, do PDI, dos PPC's, e são retrato de indistinta colaboração entre os agentes. Observando o que prevê a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES número 065, no que tange a sugestão de roteiro e a definição das especificidades e prazos, a instituição, por meio da CPA, cumpre o proposto e já em relatório parcial busca atender a divulgação das análises das comissões externas *in loco* e o planejamento para alcançar as proposições dos avaliadores.

A ampla divulgação junto ao Município de Guarapuava e região acerca dos resultados finais dos processos de avaliação externa acompanhada de respectivos esclarecimentos à comunidade acadêmica e à comunidade externa interessada, vem contribuindo para com a compreensão sobre os critérios de avaliação e regulação do Ministério da Educação - MEC, e de maneira importante, para com o crescimento institucional e o desenvolvimento regional, e de indistinta colaboração entre os agentes.

A oferta de novos cursos e a exponencial procura pela Instituição – a citar, novos alunos, obtenção de novos títulos e transferência externa – podem ser também resultado da compreensão dessa métrica de qualidade no Ensino Superior. A tabela a seguir apresenta dados relacionados a matrículas nessas modalidades no período compreendido entre 2017/01 a 2018/02:

Cursos	2017/1		2017/2		2018/1		2018/2	
	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências
ADMINISTRAÇÃO	2	5	0	1	1	3	1	2
ARQUITETURA	3	4	0	0	1	3	1	0
BIOMEDICINA	1	1	0	0	1	1	2	1
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PP	0	0	0	0	0	1	0	0
DIREITO	20	4	1	1	17	10	4	5
ENFERMAGEM	1	9	0	1	1	6	1	6
ENG. AGRONÔMICA	3	5	0	0	4	1	3	6
ENG. CIVIL	7	8	1	0	3	4	0	6
ENG. DE PRODUÇÃO	1	0	0	0	2	0	0	0
ENG. ELÉTRICA	3	3	0	0	2	5	0	2
ENG. MECÂNICA	0	1	0	0	0	0	0	1
MEDICINA	0	0	0	0	0	0	0	0
MEDICINA VETERINÁRIA	3	4	0	0	2	4	1	2
NUTRIÇÃO	6	3	0	0	2	1	1	0
PSICOLOGIA	4	2	1	0	4	3	2	0
CAMPO REAL	54	49	3	3	40	42	16	31

Fonte: CPA/2018

As informações apresentadas na tabela demonstram o ingresso de novos alunos nas modalidades Obtenção de Novo Título e Transferência externa, tendo destaque nas matrículas no curso de Direito e Engenharia Agrônômica. Os cursos de Enfermagem, Engenharia Agrônômica e Engenharia Civil apresentaram destaque na procura por transferência externa no ano de 2018/02, e a procura por novos cursos ofertados pela Instituição, com destaque para Engenharia Agrônômica e Psicologia no ano de 2018/01. Bem como, a procura pelos cursos, em especial a expressiva procura pelo curso de Direito demonstrada entre os anos de 2017 e 2018, demonstram a credibilidade da Instituição junto à comunidade.

Índices levantados a partir de instrumento de pesquisa de opinião pública, conduzida pela CPA e aplicada por amostragem no município de Guarapuava e em outros 7 municípios da região⁶, tendo como critério de seleção os relatórios do perfil do ingresso, apontam informações que fortalecem critérios para manutenção dos mecanismos de divulgação da Instituição, bem como, apontam fragilidades a serem consideradas e superadas.

Sobre a amostra da Pesquisa de Opinião pública:

- Corresponde à população em idade representativa (de 12 a 60 anos);
- Corresponde à população ativa na Indústria, Comércio e Serviços;
- Estratificação calculada com base no percentual de homens/mulheres da população total;
- Erro amostral em 8,0% - intervalo de confiança de 95%.

Sobre alguns dos dados levantados pela pesquisa:

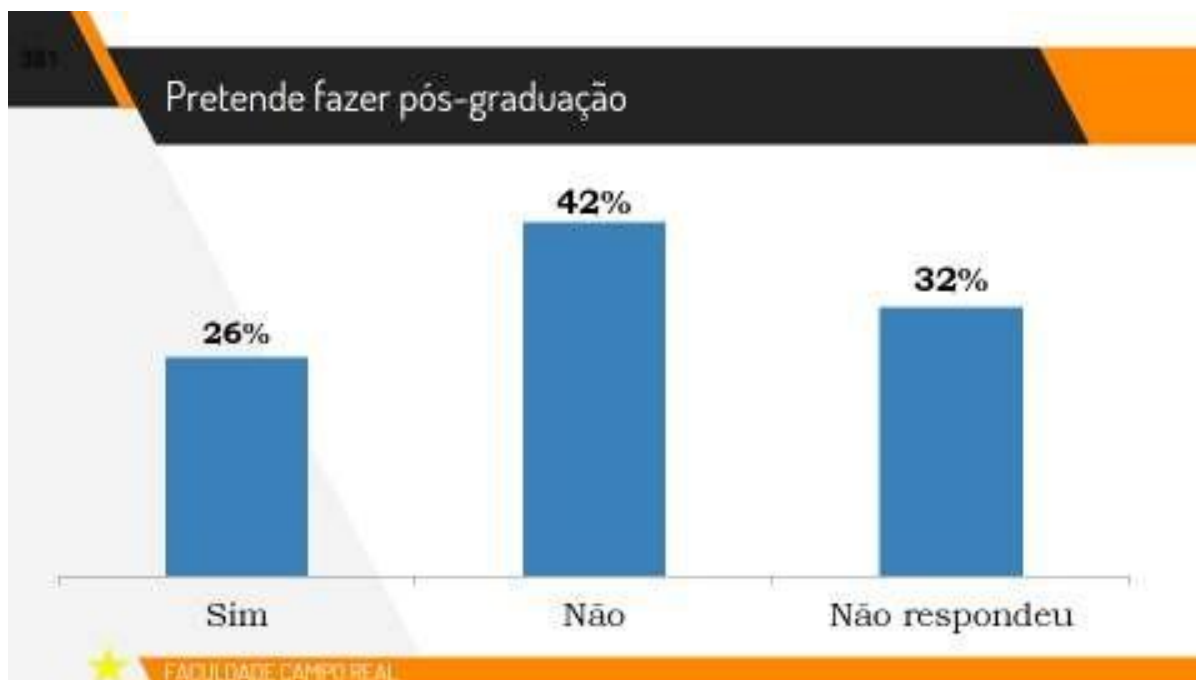
⁶ Guarapuava – pop. 167.328 / Cândói – pop. 14.483 / Irati – pop. 56.207 / Laranjeiras do Sul – pop. 30.777/ Pinhão – pop. 30.208 / Pitanga – pop. 32.638 / Prudentópolis – pop. 48.720 / Turvo – pop. 13.937.



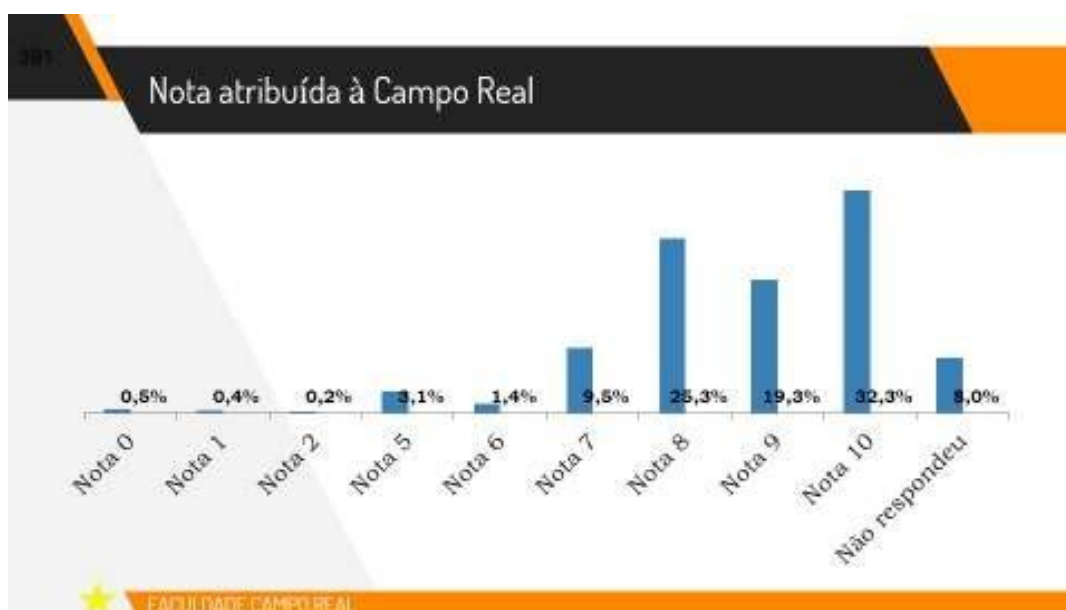
Fonte: CPA/2017



Fonte: CPA/2017



Fonte: CPA/2017



Fonte: CPA/2017

As informações apresentadas nos gráficos tratam de extrato dos instrumentos da pesquisa de opinião pública e são importante fonte para amplo planejamento das ações institucionais junto à região, contribuindo significativamente no diagnóstico de fragilidades e potencialidades da IES.

O Centro Universitário Campo Real teve o reconhecimento da Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava - ACIG, em 2014, quando recebeu o Prêmio Mérito

Empresarial como a melhor Média Empresa de Guarapuava, e, em 2016, o Prêmio Mérito Empresarial, período em que concorreu na categoria Empresa de Grande Porte. No ano de 2017, foi classificada na categoria Inovação, por já ter recebido o prêmio nos anos anteriores. Um prêmio que tem a credibilidade de toda a região, pela seriedade e transparência, tendo, entre os critérios para a comprovação das informações solicitadas, a verificação minuciosa de informações institucionais, muitas delas contidas nos documentos organizados e fornecidos pelos processos de autoavaliação conduzidos pela CPA. Mais uma vez, a organização desses dados e seu caráter público, possibilitaram a divulgação das informações de maneira eficiente e transparente.

A divulgação do processo de autoavaliação é realizada conforme cronograma traçado pela CPA, previsto no Calendário Acadêmico. Baseada nesses indicadores, a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas. As informações obtidas, após trabalho de organização, análise e interpretação, permitem compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los.

Espaços privilegiados na Instituição - a citar: editais internos situados em locais de maior trânsito da comunidade acadêmica e externa têm amostras de informações (por meio de textos e imagens) derivadas das deliberações a partir dos resultados e das proposições de melhorias, sejam elas decorrentes do processo de autoavaliação ou de avaliação externa.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto, também são elaborados materiais institucionais impressos, disponibilizados à comunidade acadêmica. Esses ficam à disposição do público no site da instituição. São eles: os informativos ENADE, os informativos de avaliação institucional e os relatórios anuais de autoavaliação institucional.

Os Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional realizados por curso e promovidos pela CPA, as reuniões com representantes discentes nos colegiados de curso e representantes de turma e as reuniões com pessoal técnico-administrativo de cada um dos setores da instituição, têm sido de relevante importância para o alcance dos propósitos de ampla divulgação dos resultados e das deliberações já alcançadas a partir desses resultados. De toda forma, tem destaque a busca coletiva por novas soluções a partir dessa divulgação das informações.

É possível concluir que a análise e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e avaliações externas da instituição atendem a princípios como criação e manutenção de espaços de discussão dos resultados, de liberdade política, de

garantia de transparência e de construção coletiva do conhecimento.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 EIXO 01 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1.1 Dimensão 08 – Planejamento e Avaliação

Planejamento e Avaliação institucional: Planejamento e Avaliação, especialmente em Relação aos processos, Resultados e Eficiência da Autoavaliação Institucional.

Itens avaliados

- a) Planejamento geral com os objetivos institucionais e sua efetividade;
- b) Procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica;
- c) Relação entre Autoavaliação e o Planejamento geral.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- c) Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Análise

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC – Lei número 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada no Centro Universitário Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais que primam por um processo mais acurado e sistematizado. Atualmente pontua-se o planejamento geral da Autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade e, para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Após a elaboração do Relatório Parcial de Autoavaliação, sucedeu-se o trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Foi elaborado e divulgado um cronograma de ações em função dos resultados do Processo e Avaliação Interna, em consonância com as dimensões avaliadas.

O compromisso da Instituição em relação ao incremento de uma cultura avaliativa fortaleceu-se e todas as coordenações promoveram reformulações e readequações nos Projetos Pedagógicos de seus cursos.

Nos procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com aplicação de questionários aos alunos e docentes, para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.

É oportuno observar que a credibilidade no processo de avaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos.

Sobre a relação entre a autoavaliação e o planejamento geral, foi identificado que resultou na geração de juízos críticos sobre a Instituição, sinalizando fragilidades e oportunidades com vistas à melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade acadêmica. A autoavaliação permitiu também a criação de mecanismos ao corpo discente, docente e técnico-administrativo para participar de forma efetiva dos processos de avaliação da Instituição.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Adesão ao mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Incipiente acesso ao link de acompanhamento do egresso.

Potencialidades

- a) Avaliação Institucional implantada em 2004, em conformidade com a Lei número 10.861, de abril de 2004;
- b) Alto comprometimento do corpo discente com a autoavaliação;
- c) Direção Geral comprometida com a Avaliação Institucional;
- d) Resultado da Autoavaliação divulgado no site da Instituição, pelo NAPP, pelo NUPE, pelo Corpo Docente, pelos Informativos da CPA e nos Seminários Acadêmicos sobre Avaliação Institucional;
- e) Planejamento incorpora ações em função do resultado da autoavaliação;
- f) Docentes recebem semestralmente relatórios individuais do resultado quantitativo da avaliação institucional discente.

4.2. EIXO 02 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.2.1. Dimensão 01 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

O Centro Universitário Campo Real foi criado com a missão de formar pela excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

Itens Avaliados

- a) Missão e Valores institucionais
- b) Objetivos e Finalidades
- c) Políticas
- d) Compromissos da IES
- e) Contexto socioeconômico
- f) Definição das Políticas Institucionais no PPI
- g) Articulação entre o PDI e o PPI em relação às atividades acadêmicas

- h) Conhecimento do PDI e PPI pela comunidade acadêmica
- i) Atualização do Regimento Interno
- j) Relatórios da Comissão de Ingresso
- k) Perfil do ingressante
- l) Acompanhamento do Egresso

Fonte

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional
- b) Regimento Interno
- c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- d) Relatório de Autoavaliação Institucional

Análise

O perfil institucional como linha norteadora das ações acadêmicas e administrativas está definido no Projeto Pedagógico Institucional, e permeia os demais documentos da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógicos dos cursos e o Regimento Interno, que explicitam a finalidade, objetivos e compromisso com sua missão pública, enquanto Instituição de Ensino Superior.

O Projeto Pedagógico Institucional, enquanto instrumento político, teórico e metodológico, e o Plano de Desenvolvimento Institucional direcionador das estratégias e metas orientam as atividades administrativas e acadêmicas em sintonia com os objetivos institucionais e a visualização dos entraves, possibilidades e potencialidades no fazer acadêmico. O compromisso da instituição está visível nesses documentos que guiam seu dia a dia.

O Centro Universitário, desde sua fundação, tem dedicado esforços para elevar a quantidade de cursos oferecidos, primando pela busca da excelência nos serviços ofertados, comprometida com uma educação de qualidade e com o desenvolvimento da região e do país. Atualmente, o Centro Universitário oferta 15 cursos de graduação (Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Direito, Enfermagem, Engenharia Agrônoma, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Psicologia).

Bacharelado em Direito foi o primeiro curso autorizado a funcionar, e os mais

recentes, Engenharia civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Medicina.

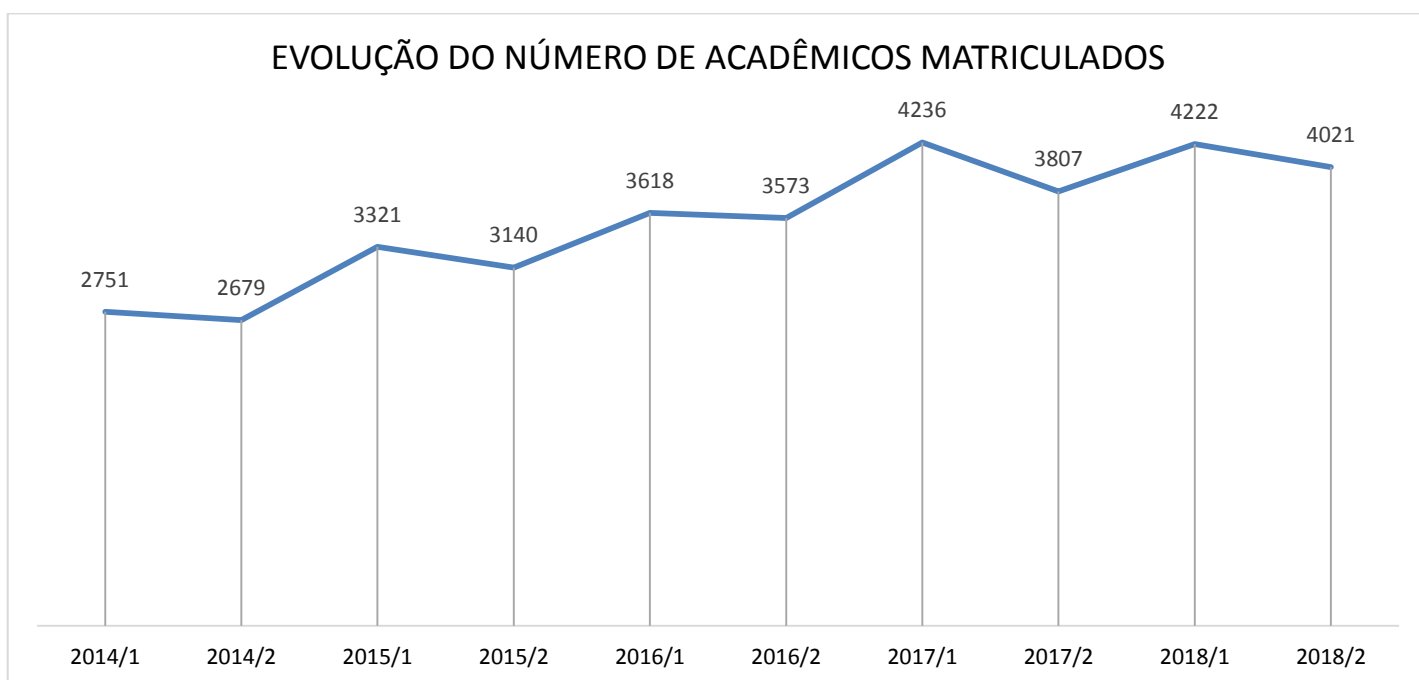
O contexto socioeconômico da região onde está inserida demonstra a necessidade de grandes transformações nas suas estruturas sociais, sendo a educação o grande pilar para essas mudanças e cumprindo o Centro Universitário o dever que lhe foi socialmente outorgado.

As políticas educacionais estão bem definidas no Projeto Pedagógico Institucional que se encontra articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas políticas são visíveis e factíveis no Projeto Pedagógico Institucional, nas suas políticas e no PDI por meio da seleção das áreas estratégicas, dos objetivos e metas, da existência de previsão de atuação para o ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação institucional. Em relação ao conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional poderia haver maior divulgação para o corpo discente, somente a Missão e a Visão que estão permanentemente divulgados no site institucional e em cartazes por toda a instituição e, para o corpo docente estão disponíveis no Portal do Professor e, também, na Sala dos Professores. O Projeto Pedagógico Institucional teve versão resumida impressa e disponibilizada para alunos e professores, na sala dos professores, nas recepções e na biblioteca da instituição. Os representantes de turma também receberam em mãos a versão sintetizada e impressa do Projeto Pedagógico Institucional. A instituição constatou por meio de levantamento junto ao corpo docente, que nem todos os professores conhecem o Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir dessa constatação foram discutidos com o grupo da CPA a definição de ações como meio de promover um maior conhecimento das referências documentais pela comunidade acadêmica.

A sistemática do Projeto de Autoavaliação e as atividades desenvolvidas, numa primeira fase do trabalho avaliativo proposto no decorrer do ano de 2010, demonstram que os princípios, os objetivos e a metodologia (em uma proposta de continuidade detalhada para ocorrer nas fases seguintes, projetadas para os anos seguintes), a importância de se ter o conjunto das dimensões institucionais compondo o grande objeto das análises avaliativas e dos encaminhamentos decorrentes.

O desenvolvimento institucional, o encaminhamento, a superação das expectativas e da satisfação, contribuíram para com a visibilidade da IES como um todo e podem ser demonstradas na evolução do número de alunos.

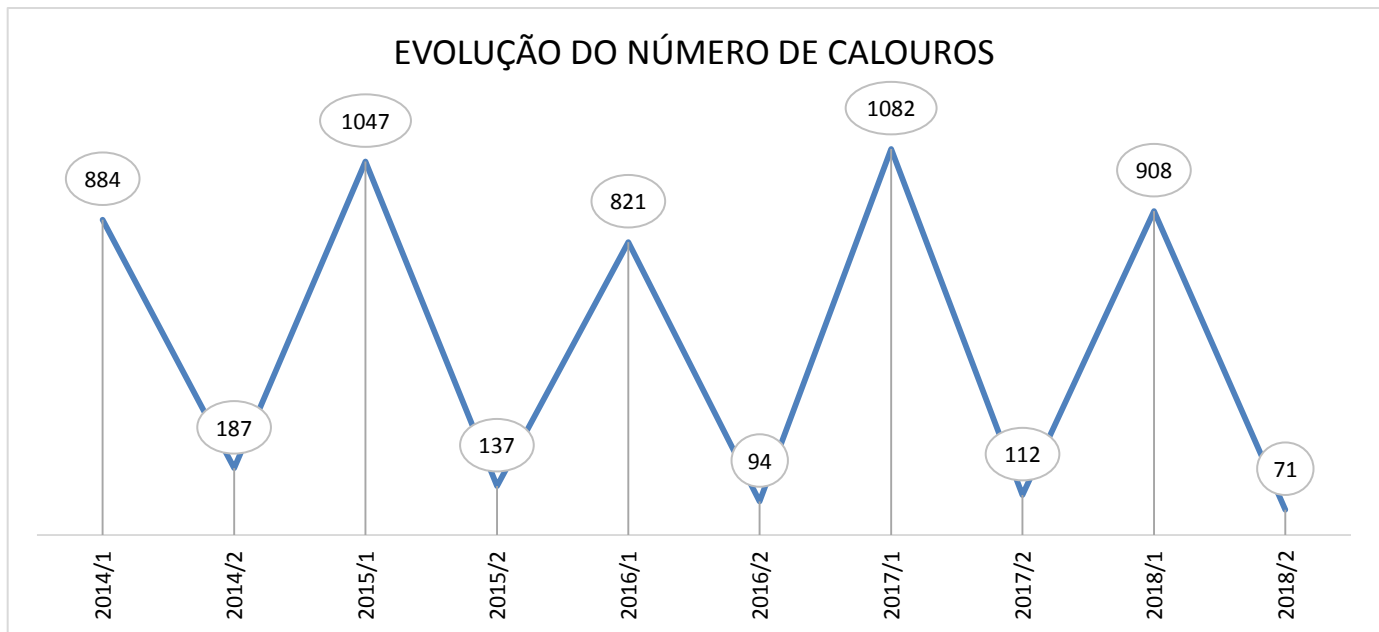
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACADÊMICOS MATRICULADOS



Fonte: Relatórios da CPA/2018

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACADÊMICOS MATRICULADOS POR CURSO								
CURSO	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2
ADMINISTRAÇÃO	461	429	393	364	385	336	366	355
ARQUITETURA	165	150	199	195	254	234	276	262
BIOMEDICINA	195	177	192	187	187	169	173	167
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PP	139	113	149	128	167	113	139	110
DIREITO	806	767	871	880	1017	920	1020	976
ENFERMAGEM	169	174	183	182	243	229	268	271
ENG. AGRONÔMICA	680	645	694	706	725	688	674	632
ENG. CIVIL			99	114	191	171	190	187
ENG. DE PRODUÇÃO	194	181	170	157	179	162	167	153
ENG. ELÉTRICA			39	41	66	56	78	75
ENG. MECÂNICA			22	20	52	35	54	51
MEDICINA							64	64
MEDICINA VETERINÁRIA	161	164	238	237	344	306	337	321
NUTRIÇÃO	121	111	125	124	158	138	144	137
PSICOLOGIA	230	229	244	238	268	250	272	260
CAMPO REAL	3321	3140	3618	3573	4236	3807	4222	4021

Fonte: Relatórios da CPA/2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

Os dados apresentados permitiram a comparação entre o número de matriculados ingressantes entre 2014/01 a 2018/02, e pode-se afirmar que o conjunto de alunos aumentou no Centro Universitário Campo Real, entre estes anos, percentual expressivo e positivo. Em 2017, o número de matrículas foi ampliado, o que se verifica nos gráficos e manteve seu aumento no ano de 2018, o que demonstra a qualidade do serviço prestado.

No ano de 2014, a IES avançou para próximo de 2751 alunos, expressando a continuidade do crescimento por meio das políticas implantadas a partir de 2010. Em 2016, o ano letivo foi finalizado com 3573 alunos, em fevereiro de 2017 iniciou o ano letivo com 4236 alunos. Finalizou o ano de 2018 com 4021 alunos confirmando a assertividade das ações institucionais e exponencial credibilidade.

Sobre a evolução do número de alunos ingressantes pelo Centro Universitário Campo Real nos últimos anos, destacam-se com um aumento absoluto nos anos de 2014 e 2015, tendo continuidade em 2017 e 2018. A compreensão dessa realidade passa pela consideração de alguns fatores:

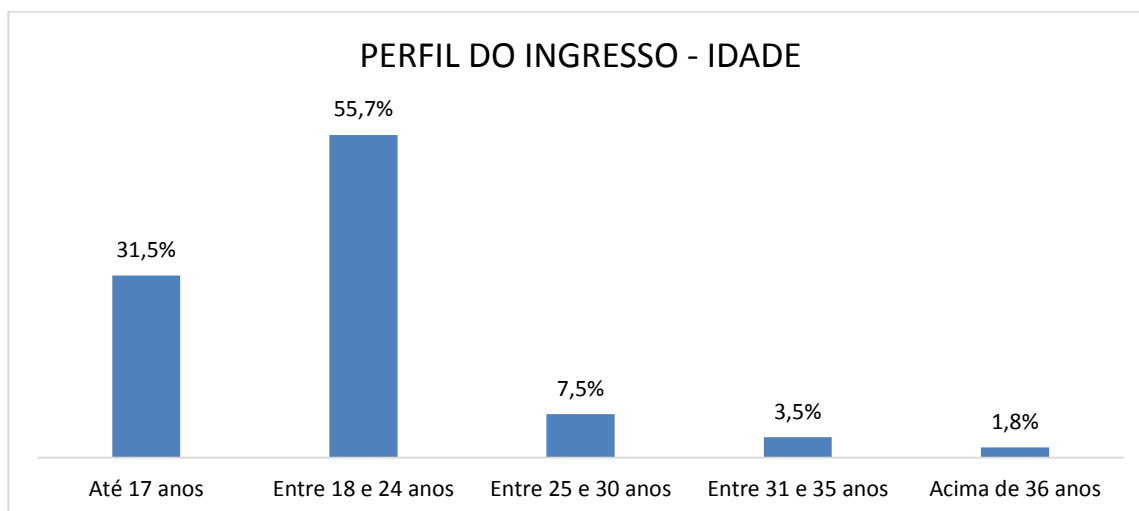
1. Expansão da educação superior brasileira, com uma ampla possibilidade de acesso à benefícios financeiros estudantis;
2. Eficiente campanha de vestibular, com ampla divulgação do centro universitário e dos cursos em Guarapuava e toda a região;
3. Investimento na política de expansão e divulgação dos cursos do centro

- universitário;
4. Exigência, pelo novo perfil do aluno, de condições de infraestrutura favoráveis ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos de cursos;
 5. Satisfação dos discentes e de egressos em relação a seus cursos e a instituição como um todo (satisfação retratada na Avaliação Institucional);
 6. Reconhecimento do trabalho realizado pela IES, com atribuição do Prêmio Mérito Empresarial em sua categoria pela Associação comercial do Município de Guarapuava;
 7. Destaque atribuído aos Cursos pelo Guia do Estudante;
 8. Bons índices atribuídos pelo Ministério da Educação ao Centro Universitário e aos cursos, diferenciando a IES no Município e em toda a região.

O perfil do egresso está descrito e assegurado no Projeto Pedagógico de Curso, contudo, o perfil do ingressante não estava definido no Projeto Pedagógico Institucional. A partir de 2010 foi definido no início de cada semestre e gerados a partir da análise de indicadores como dados de identificação (gênero, idade e cidade de origem/endereço), formação acadêmica (Rede de ensino e tipo de escolaridade do Ensino Médio).

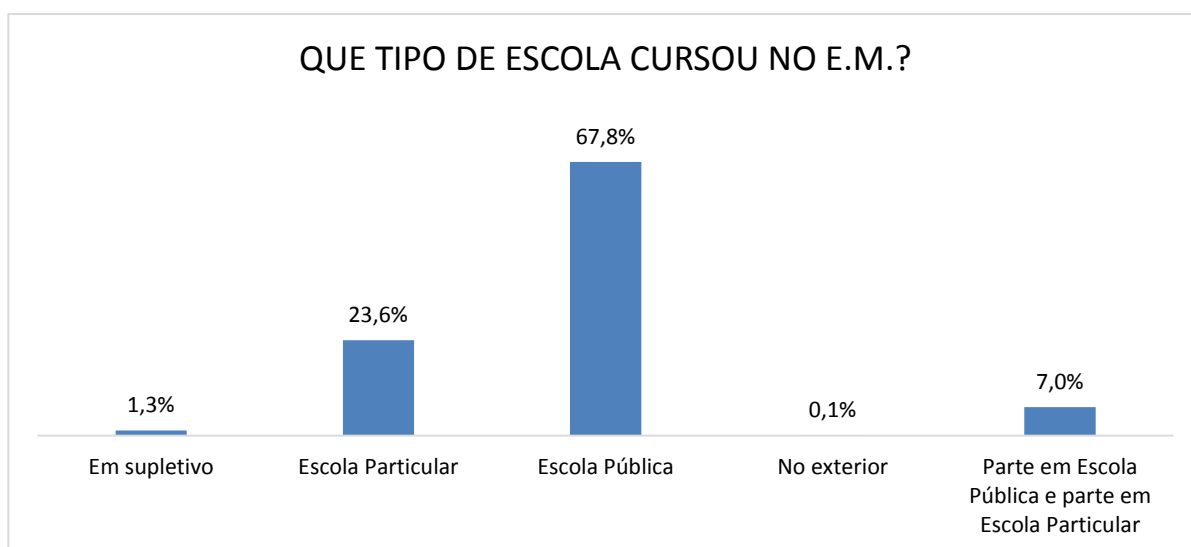
Ressalta-se que o ingresso ocorre por vestibular, transferência externa, obtenção de novo título, ou pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI, os três últimos sem a necessidade de vestibular.

Seguem algumas informações descritas no perfil do ingressante, componentes do perfil do ingresso descritos no PPI e nos PPC's de cada curso. As informações tratam de extratos do instrumento de pesquisa “Perfil do Ingresso” e são importante fonte para amplo planejamento das ações institucionais, a citar, o planejamento do setor de captação de alunos – Comissão de Ingresso, contudo, contribuindo significativamente nas ações diagnósticas para o planejamento de ensino, de acolhimento e de manutenção desses novos alunos.

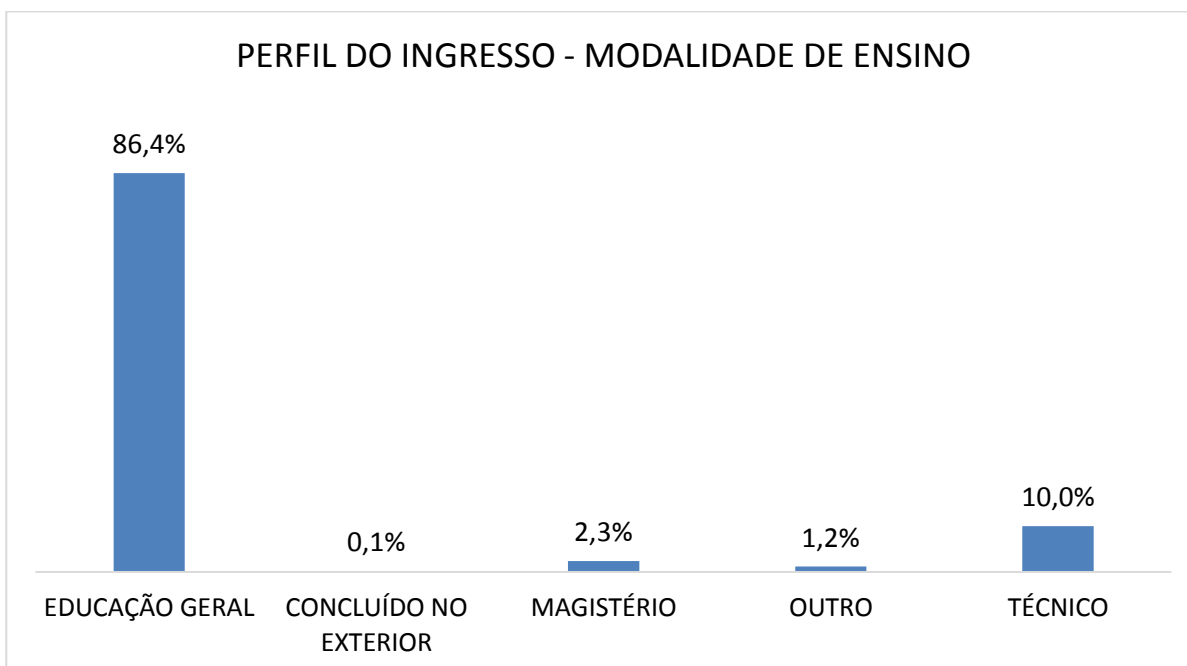


Fonte: Relatórios da CPA/2018

No ano de 2018 em relação à idade, os gráficos demonstram que 31,5% dos ingressantes têm idade até 17 anos, e que entre 18 e 24 anos, somam 55,7%. Dessa forma, próximo de 87,2% dos alunos ingressantes têm idade entre 17 e 24 anos. E que entre 25 e 30, somam 7,5%, entre 31 e 35 anos, 3,5%, sendo que apenas 1,8% tem idade acima de 36 anos.

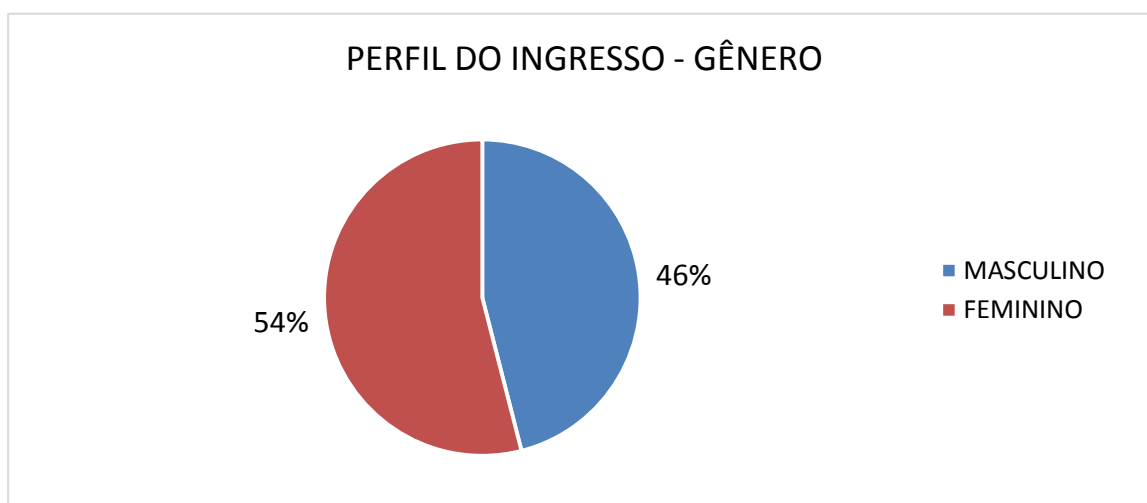


Fonte: Relatórios da CPA/2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

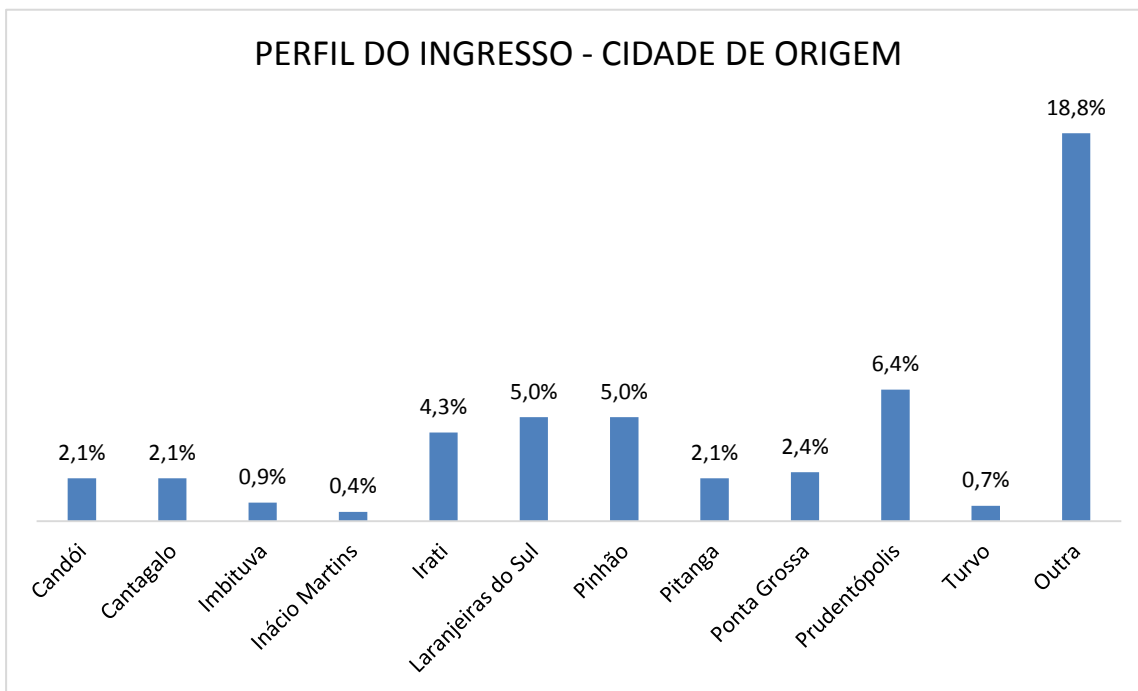
Os gráficos acima apresentam informações do Perfil do Ingressante acerca da modalidade de ensino e tipo de escola em que cursou o Ensino Médio (E.M.) no ano de 2018 na instituição. Sobre o tipo de escola em que cursou o E.M. 67,8% estudou somente em escola pública, 23,6% somente em escola particular, 7% cursou parte em escola pública e parte em escola particular e apenas 1,3% em ensino supletivo. A respeito da modalidade de ensino o índice de alunos que concluíram o Ensino Médio em educação geral é expressivo e atinge 86,4% dos ingressantes no ano de 2018, ainda o gráfico apresenta a informação de que 10% cursou ensino técnico e 2,5% magistério.



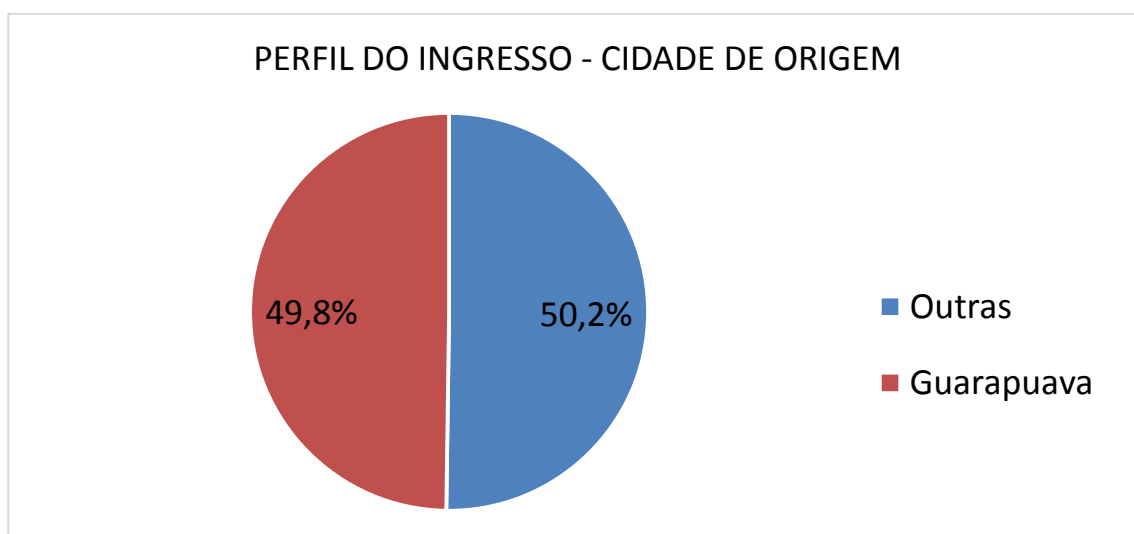
Fonte: Relatórios da CPA/2018

A respeito do gênero, em 2018 os ingressantes masculinos eram 46% e os femininos 54%. Os dados reafirmam a igualdade proporcional de matrículas, com uma pequena predominância feminina. Percebe-se que os dados possuem percentual análogo aos anos anteriores.

Fator relevante no perfil do ingresso é o percentual de alunos não residentes em Guarapuava, como apresentado nos gráficos a seguir:



Fonte: Relatórios da CPA/2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

Os alunos ingressantes no Centro Universitário no ano de 2018 são na maior parte não residentes em Guarapuava e somam 50,2% do total de acadêmicos que iniciaram uma graduação. Quanto aos residentes em Guarapuava, estes somam 49,8%. Desta forma, percebe-se um relevante percentual dos alunos não residentes em Guarapuava, reafirmando a importância da instituição para o desenvolvimento regional de Guarapuava e dos municípios vizinhos.

A figura a seguir, ilustra a dinâmica de interrelação entre os Municípios do estado-membro do Paraná e o percentual de alunos ingressantes no ano de 2018, residentes nos municípios destacados:



Figura 01 - Fonte: Relatórios da CPA/2018

Os resultados apresentados na figura confirmam a importância do Centro Universitário não só para Guarapuava como também para toda a região, apontando a crescente procura pela instituição de alunos vindos de outras cidades, o que pode ser considerado também um diferencial da instituição.

Observa-se que em 2018 do total de alunos ingressantes residentes nas principais da região, exceto Guarapuava, percentual importante reside nas cidades descritas no gráfico e figura, com destaque para os Municípios de Laranjeiras do Sul, Pinhão e Prudentópolis. Esse diferencial tem relevância tanto para o desenvolvimento regional, quanto de maneira particular para os colegiados de cada curso, no encaminhamento das

metodologias e práticas de ensino. Em 2018, o número de alunos residentes em Guarapuava manteve-se com índice próximo de 50%.

4.2.1.1. Evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional

O documento produzido pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior – CEA (BRASIL. MEC, 2003) assinala que são princípios do SINAES: integração, participação, promoção de valores democráticos, respeito à diversidade, busca da autonomia, afirmação da identidade e dimensão formativa - Lei número 10.861 (BRASIL, 2004).

O Centro Universitário Campo Real, ao assumir esse compromisso, fortaleceu as ações de gestão em consonância com esses princípios.

Em linhas gerais, as análises e considerações apresentadas pelos processos de avaliação institucional são importante objeto de gestão, de suporte para o Relato Institucional, para o acompanhamento do cumprimento no disposto no PDI, e principal base para elaboração de sua versão atualizada. A atualização do PDI se utilizando dessas informações foi retrato da devida atenção ao conjunto de informações disponíveis.

Diante do cenário regional e nacional destaca-se o alto percentual de preenchimento e manutenção de vagas pelo Centro Universitário Campo Real, com consequente imagem pública fortalecida pelo caráter público dos conceitos dos relatórios de avaliação externa e do conceito final da instituição divulgado na mídia. Agrega-se a isso, a crescente demanda de profissionais interessados em integrar o corpo docente e o corpo técnico-administrativo da instituição.

Sobre a manutenção das vagas, os relatórios da CPA demonstram que os índices de evasão têm apresentando expressivo avanço institucional, reflexo de eficientes políticas institucionais.

ESTUDO SOBRE A EVASÃO							
CURSO	SITUAÇÃO	INICIOU 2018/2	FORMANDOS 2018/2	PERMANECE EM 2019/1	EVASÃO		%
Administração	CALOUROS	134	65	129	5	14	3,7%
	VETERANOS	221		147	9		5,8%
Arquitetura e Urbanismo	CALOUROS	51	0	48	3	11	5,9%
	VETERANOS	211		203	8		3,8%
Biomedicina	CALOUROS	50	37	46	4	1	8,0%
	VETERANOS	117		83	-3		-3,8%
Comunicação Social - PP	CALOUROS	40	4	39	1	-2	2,5%
	VETERANOS	70		69	-3		-4,5%
Direito	CALOUROS	240	107	227	13	45	5,4%
	VETERANOS	736		597	32		5,1%
Enfermagem	CALOUROS	74	38	75	-1	3	-1,4%
	VETERANOS	197		155	4		2,5%
Engenharia Agrônômica	CALOUROS	110	116	104	6	22	5,5%
	VETERANOS	522		390	16		3,9%
Engenharia Civil	CALOUROS	49	0	49	0	13	0,0%
	VETERANOS	138		125	13		9,4%
Engenharia de Produção	CALOUROS	32	43	32	0	5	0,0%
	VETERANOS	121		73	5		6,4%
Engenharia Elétrica	CALOUROS	23	0	20	3	3	13,0%
	VETERANOS	52		52	0		0,0%
Engenharia Mecânica	CALOUROS	22	0	23	-1	-1	-4,5%
	VETERANOS	29		29	0		0,0%
Medicina	CALOUROS	64	0	63	1	1	1,6%
	VETERANOS	0		0	0		0,0%
Medicina Veterinária	CALOUROS	51	44	49	2	12	3,9%
	VETERANOS	270		216	10		4,4%
Nutrição	CALOUROS	35	40	33	2	8	5,7%
	VETERANOS	102		56	6		9,7%
Psicologia	CALOUROS	65	63	61	4	8	6,2%
	VETERANOS	195		128	4		3,0%
Campo Real	CALOUROS	1040	557	998	42	143	4,0%
	VETERANOS	2981		2323	101		4,2%

Fonte: Relatórios da CPA/2018

As informações apresentadas na tabela demonstram importantes índices de manutenção de vagas pela Instituição.

Os problemas revelados nas análises efetuadas nos resultados dos processos de autoavaliação institucional, demonstram-se na maioria operacionais e de infraestrutura, enquanto que as potencialidades se concentram em aspectos essenciais da vida acadêmica como a qualidade do corpo docente, do ensino, dos serviços e do atendimento dos setores do Centro Universitário Campo Real.

O trabalho de Avaliação Institucional está orientado por princípios como a continuidade, a perspectiva formativa e a credibilidade. Baseia-se no conhecimento da realidade em um processo ativo e ininterrupto e que exige investimentos, avaliação formativa, redirecionamento e aperfeiçoamento. Pode-se inferir que essa ação avaliativa é

uma estratégia pedagógica que tem a mais alta significação, pelo fato de ter possibilitado a geração de uma expressiva massa de informações atualizadas para o uso do replanejamento dos cursos, observando-se as novas exigências impostas num novo redesenho universitário. Isso significou ampliar e intensificar o processo de integração de diferentes setores resgatando princípios de trabalho coletivo, marca desse Centro Universitário, bem como contribuir para o atendimento às demandas dos Coordenadores de Curso que necessitam de subsídios para o desenvolvimento de suas atividades.

A integração dos processos avaliativos está compreendida e fortalecida no contexto da dinâmica avaliativa do Centro Universitário, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e das diferentes dimensões da instituição. A autonomia desse processo tem um componente político ligado à autonomia da IES, observando-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição possibilita uma reflexão contínua sobre suas ações de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição no diálogo com os órgãos oficiais e especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

Outro ponto a ser considerado é que a autoavaliação realizada não é completa e nem definitiva. A continuidade do processo avaliativo tem sido fundamental para aprofundar aspectos revelados, ampliar o universo da avaliação e revelar a evolução institucional.

Os procedimentos de avaliação legitimados a partir da deliberação de ações e aquisições desenvolvidas no processo de Gestão, propiciam o cumprimento dos objetivos e metas propostos no PDI (e a conseqüente evolução institucional), tais como:

- **Planejamento e Gestão Acadêmica e Administrativa**

Continuar a oferta e ampliação da qualidade dos serviços educacionais de excelência aos discentes – Ampliação da oferta de cursos de graduação a partir de levantamento das necessidades regionais e aumento da qualidade dos serviços acadêmicos;

Acesso às informações – Facilitação do acesso às informações de controle acadêmico, com formação de pessoal técnico-administrativo para o setor de controle acadêmico e planejamento e normatização dos processos de controle acadêmico, a partir da implantação da política de conservação do acervo acadêmico (Portaria MEC nº 1224/2013);

Equilíbrio Financeiro – Manutenção do equilíbrio financeiro por meio da ampliação do Programa de Financiamento Estudantil com recursos próprios da IES e da redução da

evasão;

Comunicação Interna – Desenvolvimento de mecanismos de melhoria da comunicação interna com a implantação de chats online e de acompanhamento das discussões realizadas em reuniões de Conselhos por plataforma online;

Programa de Formação Permanente – Reformulação da política de formação permanente dos docentes e técnico-administrativo. Ampliação da oferta de eventos de formação continuada que atendam à expectativa tanto dos docentes quanto do pessoal técnico-administrativo;

Laboratórios – Implantação de Laboratórios para os novos cursos implantados na vigência do PDI 2018-2022, possibilitando projetar espaços que atendam aos cursos de forma integrada;

Meio Ambiente – Fortalecer e ampliar as ações relacionadas ao Meio Ambiente por meio da melhora da coleta seletiva, da racionalização no uso de água, papel e energia, redução de papéis nos arquivos acadêmicos, envolvimento de todos os acadêmicos direta ou indiretamente nas ações que contemplem o meio ambiente;

Comissão Própria de Avaliação – Ampliação e fortalecimento da CPA e do sistema de avaliação institucional, por meio de adequação dos instrumentos para avaliação da iniciação científica, extensão e pós-graduação. Ainda, ampliação da integração do conhecimento produzido na CPA ao cotidiano da IES para tomada de decisões e melhoria na prestação de serviços educacionais;

Ampliação das Ações de Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira e de Direitos Humanos – Disseminação e promoção do conhecimento acerca da Educação das relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e de Direitos Humanos, inserção de disciplina obrigatória em todos os cursos de pós-graduação da instituição.

▪ **Planejamento Organização e Gestão do Ensino**

Melhoria na Metodologia de Ensino – Aprimoramento do uso das metodologias ativas a todos os docentes da IES. Utilização de novas metodologias de ensino focadas no aprendizado do discente para aperfeiçoamento da interação docente-discente;

Acompanhamento do Ingressante – Aperfeiçoamento de ações de nivelamento e de acompanhamento do ingressante visando a evitar a evasão e aumentar a qualidade de aprendizagem nos anos iniciais dos cursos de graduação;

Participação na Autoavaliação Institucional – Melhoria do processo de participação da autoavaliação institucional, com a valorização da participação por meio dos retornos realizados nos Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional e a reformulação do instrumento de avaliação;

Ensino – Melhorias no Ensino por meio da troca de experiências com instituições semelhantes públicas e privadas – a citar: Seminários das Coligadas UB e o estabelecimento de convênios para novos campos de estágio;

Iniciação Científica – Ampliação das atividades de Iniciação Científica na Instituição com o estímulo dos docentes para o desenvolvimento de projetos de ensino, de Iniciação à Pesquisa e de Extensão, assim como, organização de núcleos temáticos de estudos por áreas do conhecimento, implantação de grupos de estudos e monitorias;

Extensão – Ampliar as atividades de Extensão desenvolvidas nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação, por meio de ofertas de cursos de extensão relacionadas com todos os cursos da Instituição e ampliação da representatividade da IES junto com órgãos de participação pública;

Processos de Ensino – Melhorias no planejamento, acompanhamento e supervisão dos processos de ensino de graduação, supervisão e atualização constante dos PPC's, por meio da criação do NUPE – Núcleo de Planejamento de Ensino, responsável pelo acompanhamento e melhoria acadêmica, e pelo fortalecimento dos NDE's com a criação de espaço e agenda próprios para reuniões;

Ampliação das Ações de Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira e de Direitos Humanos – Disseminação e promoção do conhecimento acerca da Educação das relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e de Direitos Humanos, inserção de disciplina obrigatória em todos os cursos de graduação da instituição que não disponham da disciplina na matriz curricular;

Meio Ambiente – Disseminação e promoção do conhecimento acerca da Educação Ambiental na instituição, inserção de disciplina obrigatória em todos os cursos de

graduação da instituição que não disponham da disciplina na matriz curricular;

Acessibilidade – Intensificação das ações voltadas à acessibilidade física, atitudinal e pedagógica, por meio do fomento de ações extensionistas na temática e de eventos acadêmicos sobre acessibilidade. Ainda, instituir o Simpósio de Acessibilidade na IES.

▪ **Atividades de Pós-graduação e Extensão**

Dedicação Docente – Otimização dos professores com tempo integral e parcial, por meio do aumento de cursos e projetos de extensão na IES;

Atividades Complementares e Sociais – Intensificação da política institucional de responsabilidade com a ampliação das atividades complementares e sociais e a criação de projetos institucionais específicos;

Atividades de Extensão – Ampliação das atividades de extensão por meio do aumento das parcerias e da oferta de atividades de extensão;

Acompanhamento do Egresso – Ampliação da política de acompanhamento do egresso com a criação de formulário e instrumento próprios de acompanhamento;

Pós-Graduação – Manutenção e ampliação da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu por meio de pesquisa de mercado para detectar as necessidades locais e regionais relacionadas à atualização de profissionais;

Eventos – Fomentar evento interno sobre extensão com o intuito de trabalhar tecnicamente com as questões da extensão, trazendo pessoal externo para enriquecer as trocas;

Divulgação – Socialização das atividades, ações comunitárias e serviços de extensão;

- Sobre as ações desenvolvidas no processo de Gestão que propiciaram o atendimento às insatisfações/expectativas dos alunos, identificadas no processo de autoavaliação institucional, são algumas:

Cantina/Restaurante – Esse item foi o que obteve o maior índice de insatisfação nas avaliações realizadas e, por se tratar de setor que tem terceirizada a oferta dos serviços, foi solicitada aos administradores do setor que respondessem às insatisfações e expectativas dos alunos. Foi priorizada a ampliação e reestruturação dos respectivos espaços, a maior variedade e oferta de produtos, a ampliação do número de colaboradores

para o atendimento, e a melhoria do atendimento;

Estacionamento – Esse item recebeu expressivo investimento, dada a compreensão institucional sobre sua necessidade. A realocação do estacionamento dos professores e demais colaboradores, ampliou o espaço destinado aos alunos. A aquisição de novo espaço para esse fim – próximo à instituição – demonstram a preocupação para com a ampliação do seguro acesso à instituição, maior agilidade e conforto dos alunos;

Laboratórios e ambientes para atividades práticas – A prioridade do Centro Universitário nesse quesito foi, além da implantação dos novos laboratórios, a ampliação e a reestruturação dos espaços existentes. O Centro Tecnológico contou com a inauguração de novos laboratórios que atendem às aulas dos cursos de Engenharias e de Arquitetura e Urbanismo. O Bloco da Saúde passou por reestruturação e a realocação de laboratórios que atenderão aos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Medicina. O curso de Publicidade e Propaganda teve seus laboratórios realocados, reestruturados e modernizados;

BZZ – Agência Experimental – A Agência Experimental do curso de Publicidade e Propaganda foi inaugurada em novo espaço, atendendo as necessidades do curso, de maior e melhor espaço;

Empresa Jr e Centro Empreendedor – Realocação e reestruturação da Empresa Junior do Curso de Administração e Criação do Centro Empreendedor;

Salas de Aula – Atendendo o plano de Expansão, aquisição de novo espaço físico, para construção de novas salas de aula;

Espaços de Convivência – Ampliação e reestruturação dos espaços de convivência da instituição;

Auditório Campo Real – Inauguração de novo espaço para atividades coletivas institucionais;

Mini Auditório – Inauguração de novo espaço para atividades coletivas institucionais;

Casa da Memória – Situada na Fazenda Experimental – Guardará e preservará acervo que conte parte da história das fazendas de Guarapuava;

Condições de acessibilidade – Nesse sentido, os projetos arquitetônicos foram revistos e modificados para garantir a adequação às normas e a supressão de barreiras arquitetônicas. Entre os requisitos atendidos estão piso tátil, elevadores/plataformas,

rampas, rebaixamento de meio-fio, ampliação de vagas de estacionamento e aquisição de carteiras destinadas para esse fim.

Ações Realizadas

Leitura e análise do Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios da Avaliação Institucional, entrevistas com acadêmicos e professores da instituição.

Fragilidades

- a) Divulgação incipiente do PDI
- b) Baixa apropriação do PDI pelos discentes
- c) Baixa apropriação do PDI pelos docentes

Potencialidades

- a) O lema “Excelência no Ensino Superior” é amplamente divulgado;
- b) As metas são claras em relação aos objetivos institucionais;
- c) Sintonia entre os Projetos desenvolvidos e as Políticas definidas no PPI;
- d) O Plano de Desenvolvimento Institucional e o projeto Institucional são documentos norteadores do fazer acadêmico e coerentes entre si;
- e) Construído o perfil do ingressante;
- f) Acompanhamento do Egresso em construção;
- g) Revisão do Regimento Interno;
- h) A Missão e os valores institucionais são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica;
- i) Revisão e atualização do PDI.

4.2.2. Dimensão 3 - Responsabilidade Social da Instituição

A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição Social, ao Desenvolvimento Econômico e Social, à defesa do Meio

ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.

Itens Avaliados

- a) Transferência de conhecimento para o desenvolvimento regional e nacional;
- b) Relação com os setores públicos, produtivos e com o mercado de trabalho;
- c) Relação com instituições sociais, culturais e educativas;
- d) Ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e da promoção da cidadania;
- e) Ações desenvolvidas para a inclusão e assistência aos integrantes da comunidade acadêmica;
- f) Inclusão social.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Atividades;
- d) Convênios/Acordos para fins de responsabilidade social;
- e) Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

O Centro Universitário, por meio dos projetos pedagógicos, formaliza orientação e propicia aos acadêmicos desenvolvimento de atitude com relação à responsabilidade social, para isso organiza e desenvolve projetos, tanto de forma autônoma, quanto em forma de parceria com instituições, ONG's, órgãos públicos e privados, visando implementar as políticas contidas nos documentos oficiais vigentes. Com isso, busca assegurar a transferência de conhecimentos para o desenvolvimento regional e nacional.

As questões ambientais estão relacionadas às mais diversas áreas, sendo muito importante a oportunidade multidisciplinar de momentos que proporcionem reflexão e um olhar especial a esta causa. Diante disso, a Instituição por meio de Programa de Extensão e respectivos projetos promoveu ações, entre elas a VI Mostra de Ações em Defesa do Meio Ambiente, com ampla adesão de Instituições de Ensino e Empresas locais. O evento foi enriquecido com a inscrição e apresentação de projetos de pesquisa pelos alunos e

docentes (bem como, participação aberta e adesão de alunos e professores de outras instituições), que trataram de questões relacionadas ao tema central “Meio Ambiente”. Relacionado à causa, foram realizadas exposições de Arte promovidas pelo Projeto Arte em Campo, do Centro Universitário. O Projeto Arte em Campo, por meio de programa institucionalizado promoveu diversas exposições com obras de artistas locais e apresentações culturais diversas, com o intuito de incentivar e divulgar a arte e cultura de Guarapuava e região.

A implantação da Clínica Multidisciplinar – Realclin proporcionou mais um espaço para o desenvolvimento de ações do Programa de Extensão Saúde Integral e projetos sociais, por realizar atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Complementa a formação profissional dos alunos dos cursos da Saúde, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos, sendo também campo para os estágios curriculares obrigatórios.

Preocupada com a permanência dos discentes no ensino superior, a Instituição mantém Programas de Financiamento e de Bolsas acessados pelos alunos de forma significativa. Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo e oportuniza inclusão e permanência no meio acadêmico. Essa é uma forma de inclusão de alunos que estavam em situação desfavorecida visando prepará-los para o mercado de trabalho. Algumas ações têm respaldo de parcerias com órgãos públicos e setores produtivos.

INCENTIVOS/BOLSAS/FINANCIAMENTOS/DESCONTOS/CONVÊNIOS																			
Curso\Modalidade de descontos	Adaptação	Amigo Real	Bolsa Curso Medicina	Bolsa de estudos / Estágios	Bolsa Mantenedora	Convênio Empresa	Crédito	Desconto em Folha	Departamento Financeiro	FIES	Funcionário	Mensalidade Flex	Obtenção de Novo Título	Pagamento Semestral	Parcelamento Campo Real	Política Institucional	Programa Próximo Passo	PROUNI	Retido
ADMINISTRAÇÃO	12	22	0	2	0	39	70	0	23	32	8	42	2	4	50	34	1	123	19
ARQUITETURA	1	21	0	3	0	6	53	0	14	77	3	32	21	13	58	26	1	35	10
BIOMEDICINA	3	6	0	4	0	2	32	1	7	41	1	25	6	1	30	8	0	45	5
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PP	1	8	0	2	0	4	24	0	4	27	3	18	1	2	16	5	1	37	8
DIREITO	10	83	0	12	1	40	178	3	50	174	12	128	124	32	144	105	4	199	48
ENFERMAGEM	2	16	0	6	0	10	60	0	10	58	1	52	5	5	66	9	1	37	2
ENG. AGRÔNOMICA	3	56	0	4	0	30	103	0	35	189	4	54	35	33	93	49	18	135	23
ENG. CIVIL	3	20	0	2	0	5	46	0	12	66	2	29	14	5	23	21	0	21	12
ENG. DE PRODUÇÃO	2	6	0	4	0	33	27	0	10	68	1	13	6	5	8	12	3	29	8
ENG. ELÉTRICA	3	4	0	0	0	5	26	1	2	14	1	15	7	5	4	8	2	15	7
ENG. MECÂNICA	1	1	0	2	0	1	22	0	0	16	0	16	0	0	3	4	0	8	2
MEDICINA	0	0	2	0	0	0	8	0	0	9	0	0	0	15	0	0	0	6	0
MEDICINA VETERINÁRIA	2	22	0	21	0	2	47	0	17	119	5	32	15	12	54	31	9	31	10
NUTRIÇÃO	2	12	0	4	0	1	29	0	4	24	0	25	9	4	24	13	1	26	3
PSICOLOGIA	4	15	0	2	0	3	44	0	9	74	1	38	22	12	47	19	0	37	1
CAMPO REAL	49	292	2	68	1	181	769	5	197	988	42	519	267	148	620	344	41	784	158

Fonte: Relatórios da CPA/2018

A tabela apresenta dados acerca dos incentivos, bolsas, financiamentos, descontos e convênios de acesso dos acadêmicos, respectivos números e percentuais por curso. Verifica-se que no ano de 2018, 784 alunos acessaram bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e que 988 acessaram Programa de Financiamento do Ministério da Educação Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O Convênio Empresa, desconto que beneficia alunos que são funcionários de empresas locais conveniadas com a Instituição, teve 181 beneficiados. Foram 42 funcionários da Instituição se beneficiaram de políticas de descontos, sendo que outros 181 acadêmicos se beneficiaram por meio de estágio remunerado. O Programa Institucional Amigo Real beneficiou 292 alunos e 158 obtiveram redução do valor da mensalidade em virtude da retenção no período, por não alcançar desempenho acadêmico para o avanço de período no curso. Ainda, a tabela apresenta em

números absolutos os alunos que foram beneficiados no ano de 2018 pelo ProUni por curso, com destaque para o número de beneficiados nos cursos de Direito e Engenharia Agrônômica.

A oferta de cursos visando o desenvolvimento regional, a concessão de bolsas, a existência de fontes de financiamento estudantil e a diversidade de ações para o desenvolvimento das finalidades institucionais são ações que realçam a Responsabilidade Social institucional.

Há preocupação da instituição em trabalhar o tema responsabilidade social nas atividades de ensino e para oficializar essa ação oferecem, durante o percurso do acadêmico, seminários e encontros que versam sobre o tema e possibilitam vivência e aplicabilidade com as ações de responsabilidade social.

Destaca-se que a Ação Social da Instituição é cada vez mais reconhecida e requisitada pela comunidade local e da região. Foi reconhecida também pela ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior e pelo Movimento Nós Podemos Paraná, do sistema FIEP, sendo condecorada com o Selo de Instituição Parceira para os Objetivos do Milênio.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Relatórios de Atividades Complementares, dos Convênios e Termos de compromisso para fins de responsabilidade social, dos Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil e do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Insuficiência de informações sistematizadas sobre benefícios sociais resultantes das ações institucionais.

Potencialidades

- a) Oferta de cursos visando o desenvolvimento regional;
- b) Concessão de bolsas;
- c) Existência de fontes de financiamento estudantil;

- d) Difusão para a comunidade acadêmica das ações voltadas para o desenvolvimento social;
- e) Conscientização do corpo discente quanto a sua responsabilidade social, ainda enquanto acadêmicos, e posteriormente, como profissionais;
- f) Programa Institucionalizado de incentivo e divulgação da Arte e Cultura;
- g) Programa Institucionalizado de ações que promovem e incentivam a defesa do meio ambiente;
- h) Diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição;
- i) Reconhecimento da sociedade em relação à responsabilidade social da Instituição;
- j) Representatividade da IES em órgãos de classe e conselhos;
- k) Parcerias estáveis;
- l) Incipiente continuidade de ações junto ao mesmo público-alvo beneficiado;
- m) Serviços gratuitos à comunidade prestados pela Clínica Escola, BZZ (Agência Experimental do Curso de Publicidade e Propaganda) e Escritório de Prática Jurídica.
- n) Implantação de programa de incentivo financeiro aos alunos vinculados com Projetos Sociais;
- o) Suprimento, por parte da IES, das fontes de financiamento estudantil reduzidas pelo governo federal;
- p) Continuidade de ações junto ao mesmo público-alvo beneficiado;
- q) Implantação de instrumento de avaliação discente das ações realizadas.

4.3. EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

4.3.1. Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

4.3.1.1. Ensino

Itens Avaliados

- a) Organização didático-pedagógica;
- b) Práticas Pedagógicas na construção do conhecimento;
- c) Práticas de avaliação do Processo ensino-aprendizagem;
- d) Currículo e o perfil desejado;
- e) Busca e aplicação de tecnologias no ensino;
- f) Participação dos docentes no desenvolvimento do PPC.

Fonte

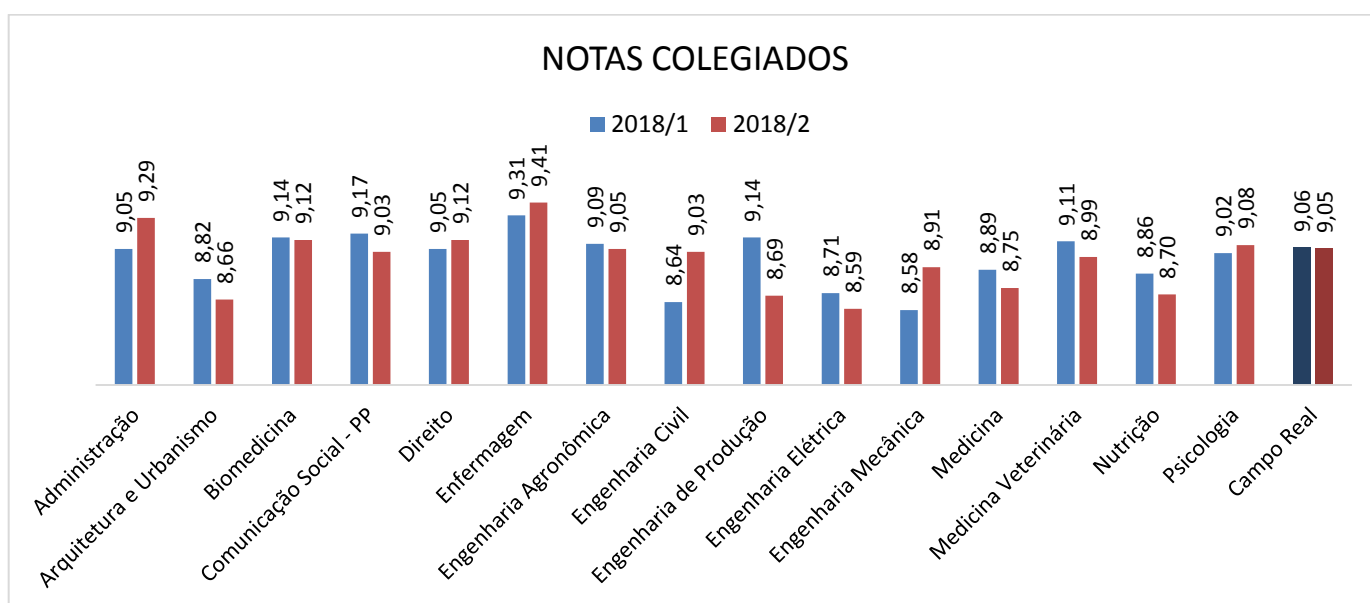
- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatórios do ENADE;
- d) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- f) Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Análise

O currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos estão de acordo com os objetivos da instituição e as diretrizes curriculares nacionais. A integralização mínima e máxima plenamente atendidas dentro dos requisitos legais, os planos de ensino e as bibliografias atualizadas. A reforma curricular é uma prática que faz parte do repensar dos cursos, por força da legislação vigente, ou pela constatação da necessidade de adequações sentida pelo colegiado e Núcleo Docente Estruturante dos Cursos (NDEs). A melhoria no currículo objetiva o aperfeiçoamento no perfil do egresso. Essa mudança parte do grupo de professores, que são responsáveis pelas atualizações das disciplinas, ementas e bibliografias. A avaliação da aprendizagem está coerente com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, com foco na aprendizagem e está prevista no Regimento Interno da IES. O Projeto Pedagógico Institucional e o Regimento Interno, também estão à disposição da comunidade

acadêmica na biblioteca. Percebe-se que, em alguns casos, a interdisciplinaridade é, ainda, uma prática que merece aprimoramento. É preciso criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes disciplinas para o enriquecimento do processo de aprendizagem.

Grande parte do corpo docente do Centro Universitário tem na sua formação inicial, ou continuada, disciplinas ou cursos na área da docência. A construção do perfil docente ampliou o conhecimento e a análise dessas informações. A manutenção da qualidade do corpo docente mostrou a necessidade de contratação de docentes com perfil em conformidade com os interesses da instituição. Atendendo a essa condição, houve aumento da contratação de professores não residentes em Guarapuava, cujo deslocamento e hospedagem ocorre conforme necessidade prevista no horário semanal das aulas.



Fonte: Relatórios da CPA/2018

MÉDIA DO CORPO DOCENTE							
Cursos	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2
Administração	8,93	8,96	9,19	9,30	9,26	9,05	9,29
Arquitetura e Urbanismo	8,56	8,76	8,56	8,69	8,82	8,82	8,66
Biomedicina	9,22	9,17	9,14	9,05	9,22	9,14	9,12
Comunicação Social - PP	9,14	9,00	8,98	9,23	9,15	9,17	9,03
Direito	9,17	9,15	9,02	9,02	9,03	9,05	9,12
Enfermagem	9,55	9,24	9,53	9,52	9,47	9,31	9,41
Engenharia Agrônômica	8,62	8,82	8,85	9,02	9,13	9,09	9,05
Engenharia Civil	...	9,00	8,72	8,60	8,90	8,64	9,03
Engenharia de Produção	8,73	8,52	9,03	8,85	8,77	9,14	8,69
Engenharia Elétrica	...	9,15	8,87	8,90	8,92	8,71	8,59
Engenharia Mecânica	...	9,07	8,71	8,90	8,91	8,58	8,91
Medicina	8,89	8,75
Medicina Veterinária	8,96	9,12	9,23	9,07	9,17	9,11	8,99
Nutrição	9,23	9,34	9,26	9,31	9,02	8,86	8,70
Psicologia	9,11	8,62	8,80	8,97	8,46	9,02	9,08
Campo Real	8,95	8,98	9,00	9,05	9,06	9,06	9,05

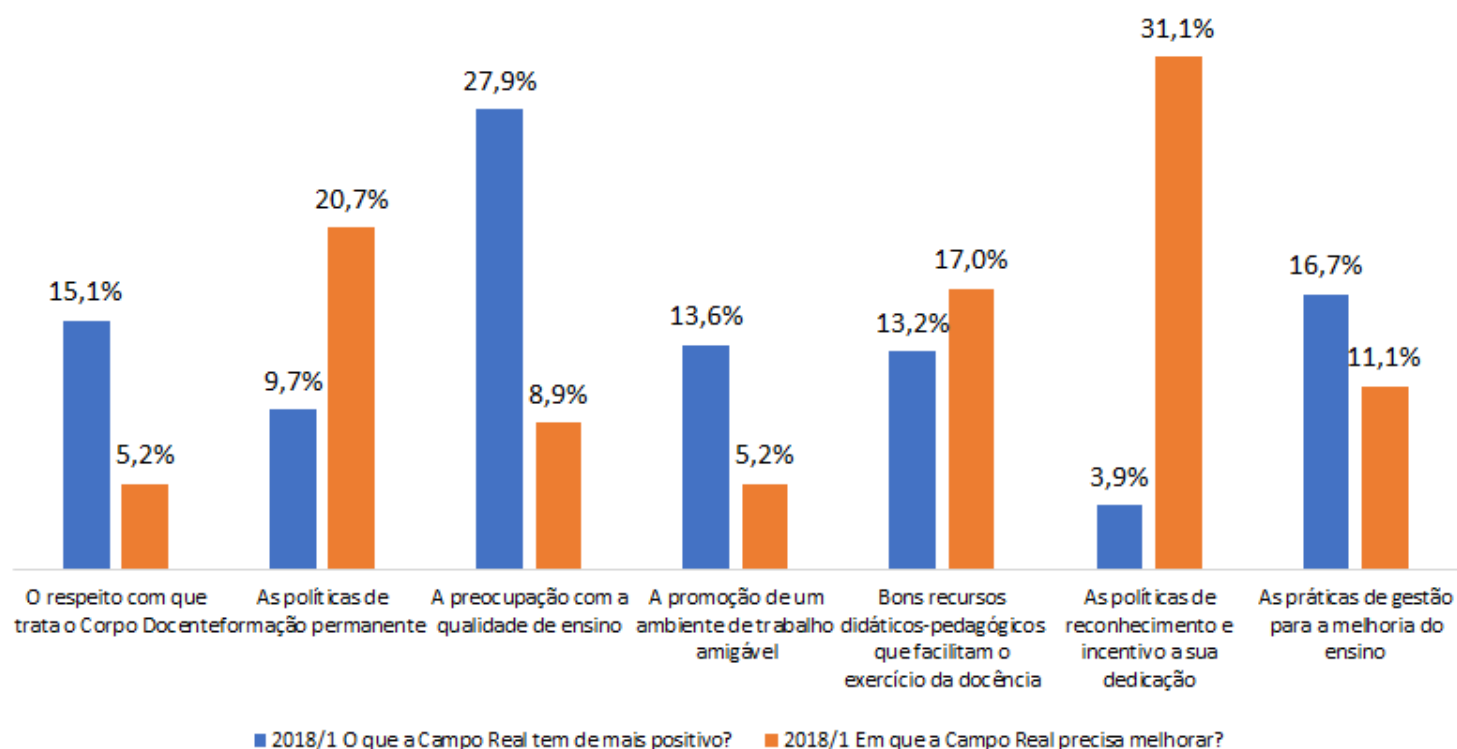
Fonte: Relatórios da CPA/2018

No gráfico e na tabela intitulados “Notas Colegiados” e “Média do Corpo Docente”, tem-se a avaliação feita pelos alunos em relação a sua satisfação com o corpo docente dos cursos. A partir dessa análise é possível verificar que a instituição tem adotado medidas assertivas em relação à contratação e manutenção de corpo docente atualizado e competente. Destacam-se no ano de 2018/2 os cursos de Administração, Biomedicina, Comunicação Social – PP, Direito, Enfermagem, Engenharia Agrônômica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Psicologia que se mantêm com média acima de nove, além do curso de Administração, que vem despontando com melhora progressiva no período pesquisado.

Acerca da autoavaliação realizada semestralmente pelo corpo docente, as informações oferecem importante subsídio para que se possa ampliar os níveis de satisfação dos professores e a consequente melhoria dos processos de ensino.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - DOCENTES

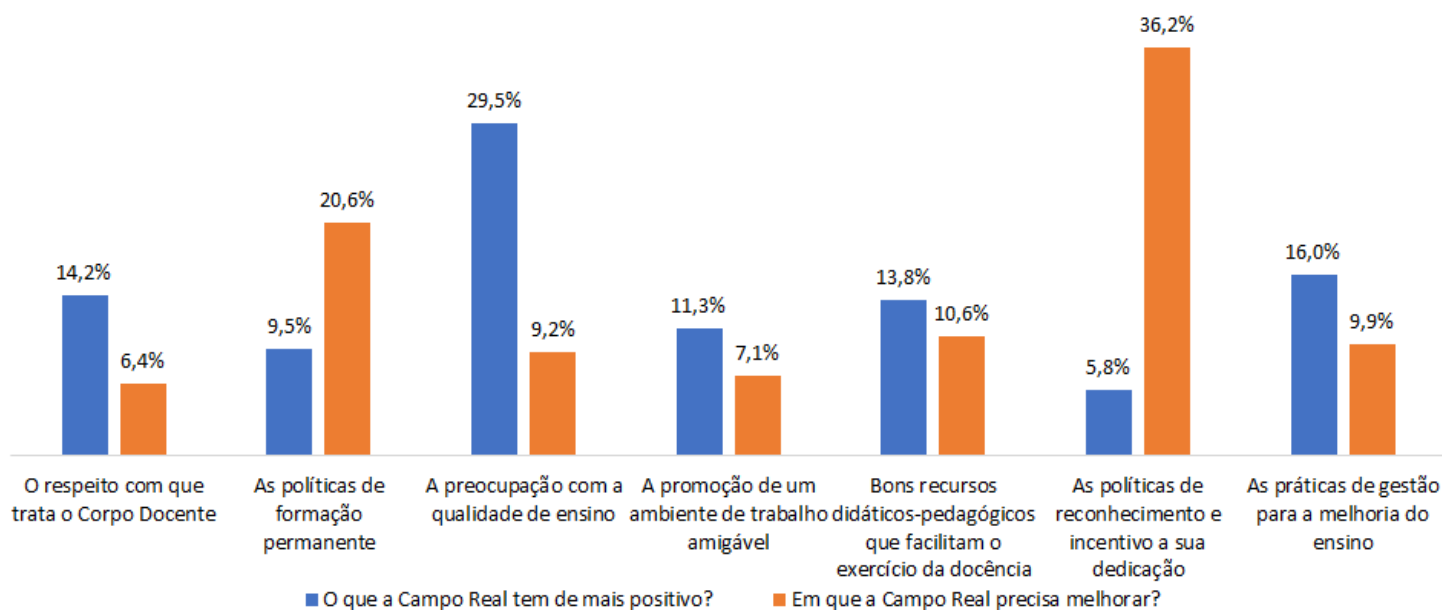
Potencialidades e Pontos a serem revisados pela Campo Real



Fonte: Relatórios da CPA/2018

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - DOCENTES

Potencialidades e Pontos a serem revisados pela Campo Real

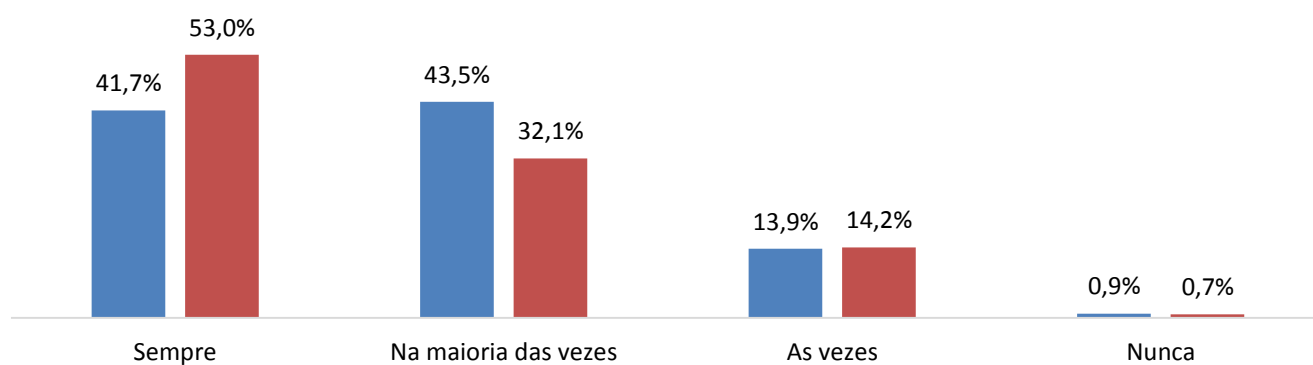


Fonte: Relatórios da CPA/2018

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - DOCENTES

A instituição se preocupa em mantê-lo amparado e valoriza o trabalho que você desenvolve apresentado políticas de ensino a sua dedicação?

■ 2018/1 ■ 2018/2



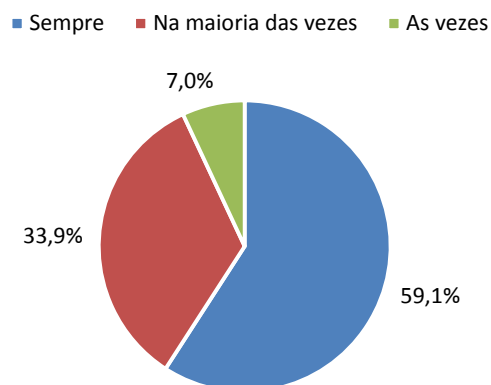
Fonte: Relatórios da CPA/2018

Do instrumento utilizado para este processo, destaca-se o gráfico que indica índices de satisfação dos professores acerca das potencialidades e pontos a serem revisados pela Instituição, sobressaindo-se as políticas de reconhecimento e incentivo a dedicação como algo a ser revisto, especialmente na melhor comunicação das ações já praticadas. No ano de 2018, questionados sobre a preocupação da instituição em manter o professor amparado e valorizado por meio de políticas de ensino para sua dedicação, no primeiro semestre, 41,7% afirmou que sempre, e 43,5% afirmou que na maioria das vezes, somando assim, um índice de satisfação de 85,2%. No segundo período de 2018, 53% dos professores afirmou que sempre, e 32,1% afirmou que na maioria das vezes, somando um índice de satisfação de 85,1% dos professores que responderam à pesquisa.

Sobre o que a Campo Real tem de mais positivo, no segundo semestre de 2018, os professores que indicaram a preocupação com a qualidade de ensino somaram 29,5%, e ambas com 14,2% da indicação dos professores, encontramos a indicação do respeito com que a IEs tratar o corpo docente e as práticas de gestão para a melhoria do ensino.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - DOCENTES - 2018/1

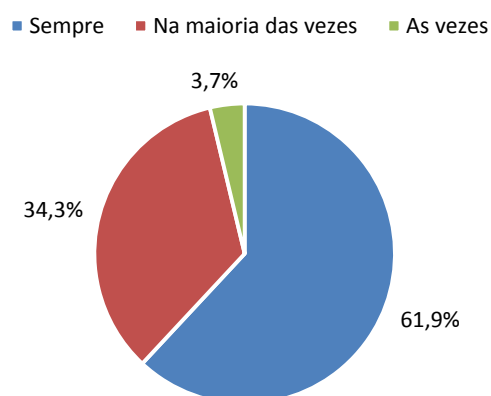
O ambiente de trabalho na IES favorece o relacionamento interpessoal?



Fonte: Relatórios da CPA/2018

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - DOCENTES - 2018/2

O ambiente de trabalho na IES favorece o relacionamento interpessoal?



Fonte: Relatórios da CPA/2018

Os dados apresentados demonstram que ao serem indagados se o ambiente de trabalho na IES favorece o relacionamento interpessoal, no primeiro semestre de 2018, 59,1% dos professores afirmaram que sempre, 33,9% na maioria das vezes, somando 93% de satisfação. No segundo semestre de 2018, 61,9% dos professores afirmaram que sempre, 34,3% na maioria das vezes, somando 96,2% de satisfação, índice expressivo e que reflete o bom relacionamento entre professores, coordenadores, direção geral e demais funcionários. Esta tem sido uma preocupação refletida nas ações do Setor de Gestão de Pessoas da Instituição.

Ainda, buscando atender os interesses institucionais, o Centro Universitário

aprimorou o uso de novas tecnologias educacionais para aproximar o presencial do virtual na graduação. Em entrevista com alguns membros discentes e docentes que utilizam essa prática, observou-se um saldo altamente positivo, pois alguns alunos que apresentavam dificuldade com o uso de tecnologias, hoje já se comunicam de maneira virtual, obtendo bom desempenho no uso desses recursos e maior ganho na aprendizagem.

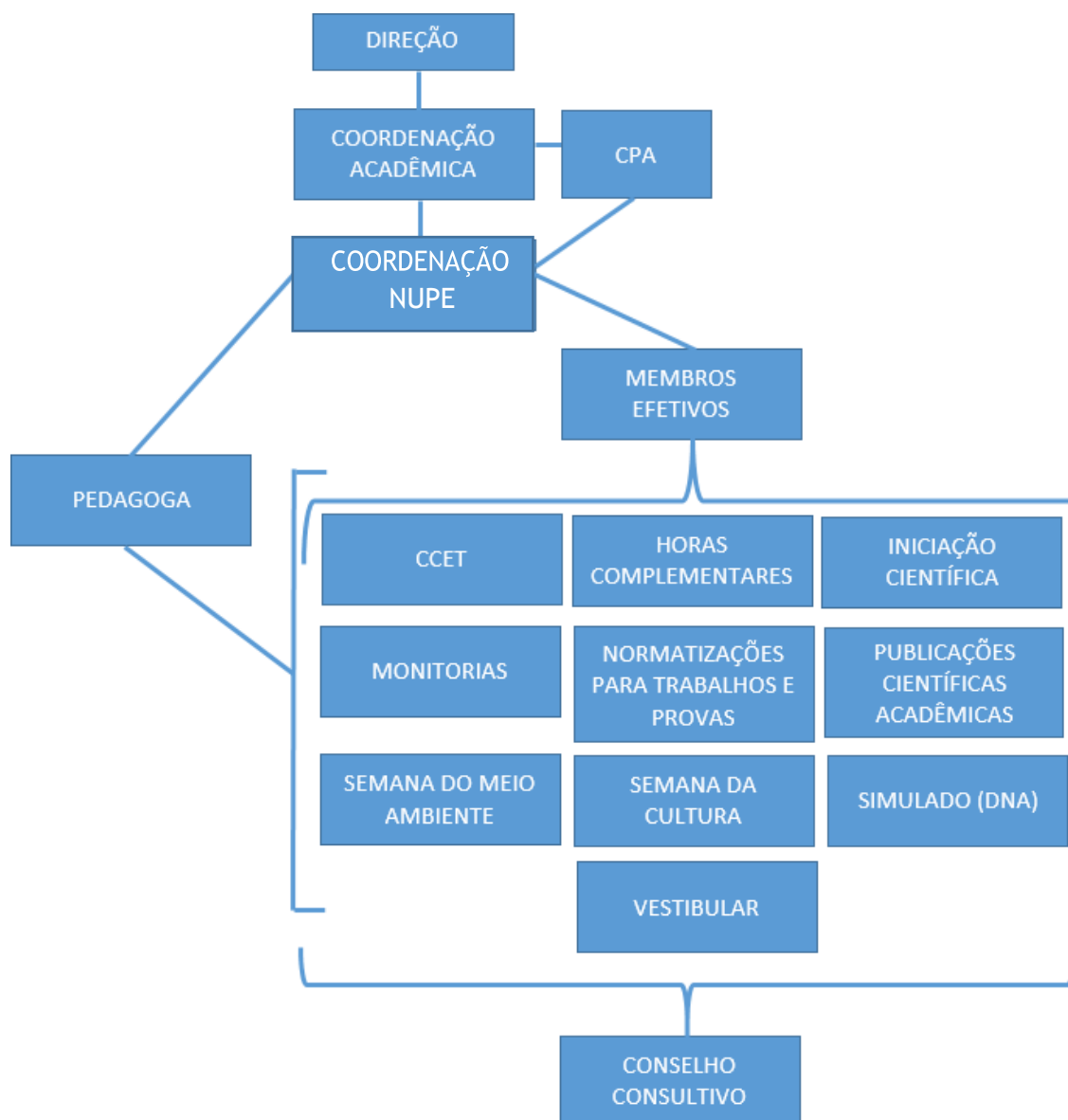
No início de 2016, a Instituição instituiu o NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE), por meio da Resolução Nº 01/2016 – SEC, que em seu artigo 1º prevê:

Artigo 1º: O Núcleo de Planejamento do Ensino é comissão multidisciplinar ligada à Coordenação Acadêmica e à Direção Geral da Faculdade Campo Real, bem como à Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tem como objetivo geral orientar, planejar e executar processos de melhoria do ensino-aprendizagem de todos os cursos da Instituição, assessorando os coordenadores de Curso e a Direção no desenvolvimento de suas atividades didático-pedagógicas centradas no ensino.

Do planejamento, organização e execução de atividades atribuídas ao NUPE, subscrevemos o que o artigo 4º delibera:

Artigo 4º: O processo de planejamento, organização e execução de qualquer atividade contará com o acompanhamento da Coordenação Acadêmica e da Direção da IES. I - O NUPE deverá apresentar, durante a reunião semanal dos coordenadores de curso, o planejamento das atividades, bem como regulamentações a serem discutidas. III - Todas as atividades deverão seguir um calendário próprio a partir do calendário acadêmico da IES aprovado em todos os conselhos. III - A pauta de reuniões e atividades será encaminhada semanalmente aos Setores da IES, bem como aos Coordenadores de Curso e Direção. IV - Todas as atividades levarão em consideração o processo pedagógico voltado para ensino-aprendizagem, para tanto, deverão estar intimamente relacionadas aos princípios educacionais, culturais e sociais da LDB 9394/96 e estarão ligadas às matrizes curriculares dos cursos de graduação.

O organograma abaixo mostra a composição geral do NUPE:

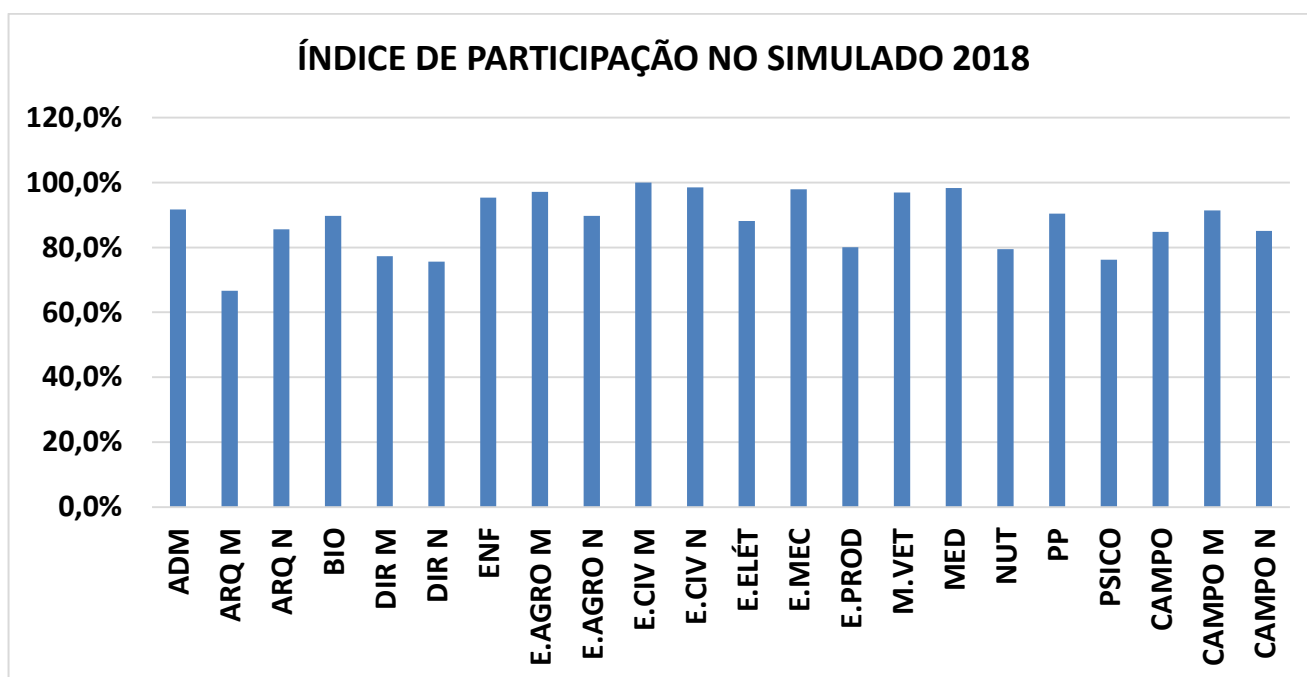


Fonte: Resolução Nº 01/2016 – SEC

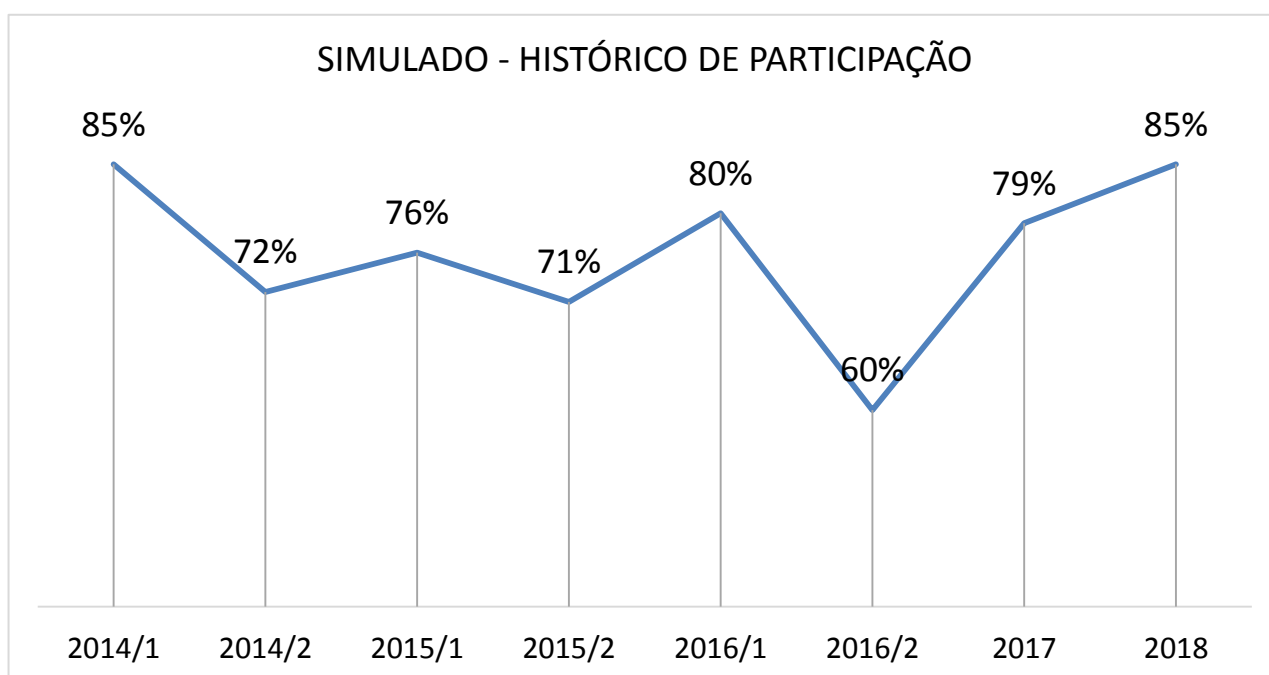
Sobre as obrigações do NUPE, estão dispostas no artigo 8º do documento que o institui e estão centradas no tripé: planejamento, organização e execução, seguido do processo de acompanhamento das atividades dos colegiados.

Práticas que estimulam a leitura e a escrita, a citar os encaminhamentos para a resolução de questões previstas no “Simulados Preparatórios de Carreiras” (testes avaliativos previstos semestralmente no calendário acadêmico), buscam novas metodologias e nova organização das metodologias de ensino e aprendizagem. Os gráficos a seguir apresentam a adesão/participação dos acadêmicos à proposta. Estes dados fornecem diagnóstico para continuidade ou redirecionamento das ações docentes e

discentes:



Fonte: Relatórios da CPA/2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

A leitura dos dados sobre a participação dos acadêmicos no Simulado Preparatório de Carreiras de 2014/01 a 2018, além do índice de participação geral 2018, apresentam os cursos de Engenharia Civil, Medicina e Engenharia Mecânica com maior índice de

participação, respectivamente, indicando onde se deve fortalecer as ações dos cursos, nesse caso, com destaque para o curso de Arquitetura e Urbanismo, com 66,7% de participação dos acadêmicos, menor participação entre os cursos em 2018. Vale ressaltar que em 2017, a atividade passou a ser realizada anualmente. Os índices gerais de participação demonstram que no ano de 2018 obteve-se novamente índice importante e significativo de participação dos alunos.

Não só a participação, mas também o aproveitamento por curso é analisado de acordo com o desempenho apresentado pelos acadêmicos. Da mesma maneira, são levantados os dados de desempenho nas provas das turmas que compõem os cursos, para que sejam direcionadas ações pedagógicas pontuais em todos os momentos da formação dos acadêmicos. O gráfico e tabela selecionados a seguir demonstram índices de participação das turmas do curso de Nutrição, o que é importante indicador de interesse e comprometimento com as ações institucionais e de corresponsabilidade com a aprendizagem.

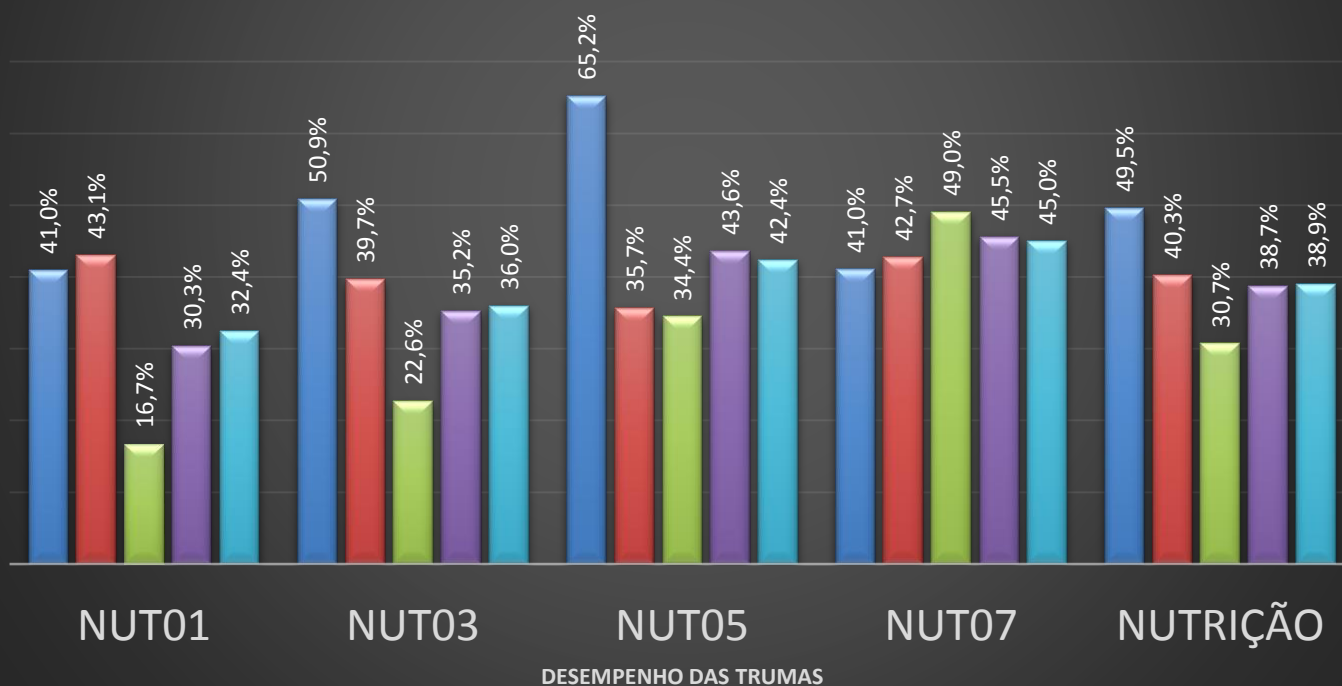
Comparativos em Nutrição					
Turmas	Gerais Discursivas	Gerais Objetivas	Específicas Discursivas	Específicas Objetivas	Aproveitamento Total
NUT01	41,0%	43,1%	16,7%	30,3%	32,4%
NUT03	50,9%	39,7%	22,6%	35,2%	36,0%
NUT05	65,2%	35,7%	34,4%	43,6%	42,4%
NUT07	41,0%	42,7%	49,0%	45,5%	45,0%
NUTRIÇÃO	49,5%	40,3%	30,7%	38,7%	38,9%

Fonte: Relatórios da CPA/2018

Simulados Coligadas UB 2018

Comparativo dos desempenhos entre turmas

■ Gerais Discursivas ■ Gerais Objetivas
■ Específicas Discursivas ■ Específicas Objetivas



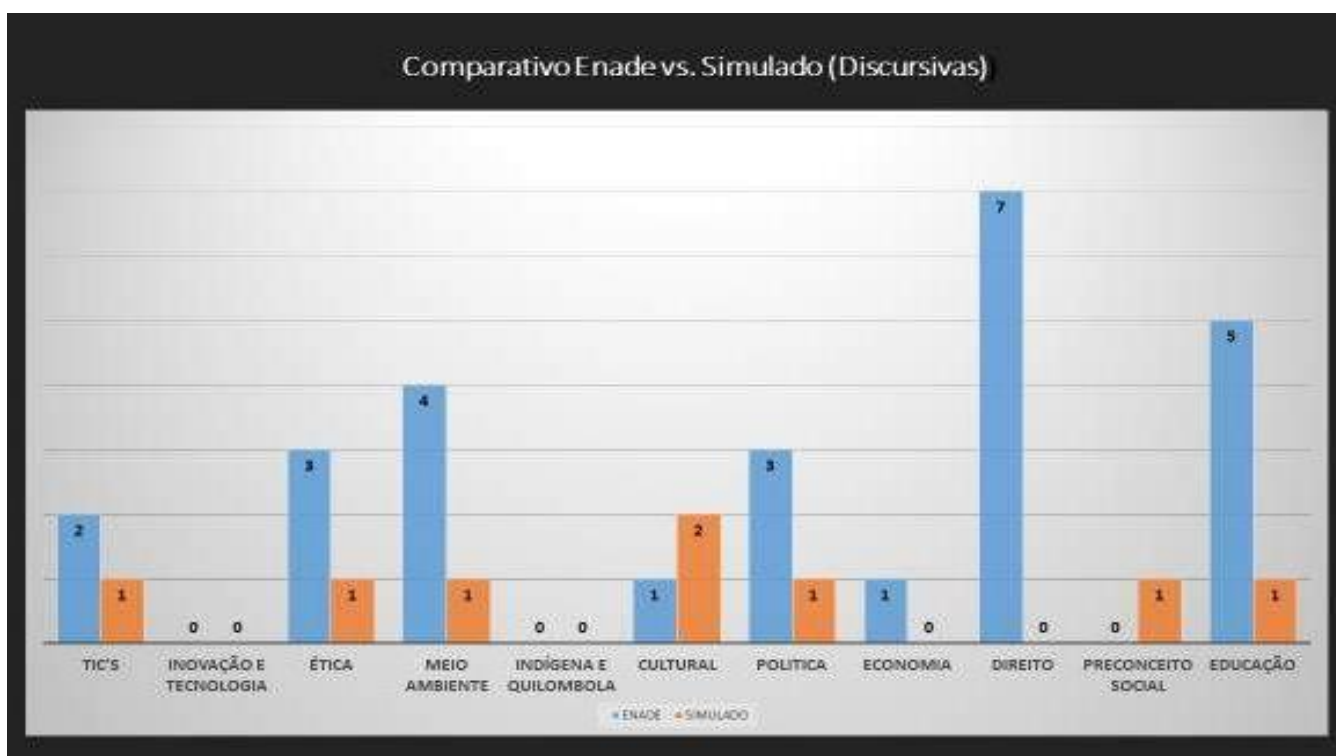
Fonte: Relatórios da CPA/2018

Sobre desempenho e análises de desempenho específicos nos cursos, no gráfico anterior, a fim de exemplificar, pode-se analisar o desempenho no curso de Nutrição em 2018, a partir do instrumento avaliativo. Fica evidente, a partir dos dados levantados que ações específicas devem ser tomadas no que diz respeito a questões específicas e gerais descritivas especialmente a partir do 3º semestre do curso. Importante diagnóstico para NDE, colegiado e acadêmicos.

Paralelamente, realizou-se levantamento das áreas de conhecimento de maior incidência nas últimas edições do ENADE, no que se refere a Conhecimentos Gerais, com parâmetro das áreas prestigiadas nas provas do Simulado Preparatório de Carreiras.



Fonte: Relatórios da CPA/2017



Fonte: Relatórios da CPA/2017

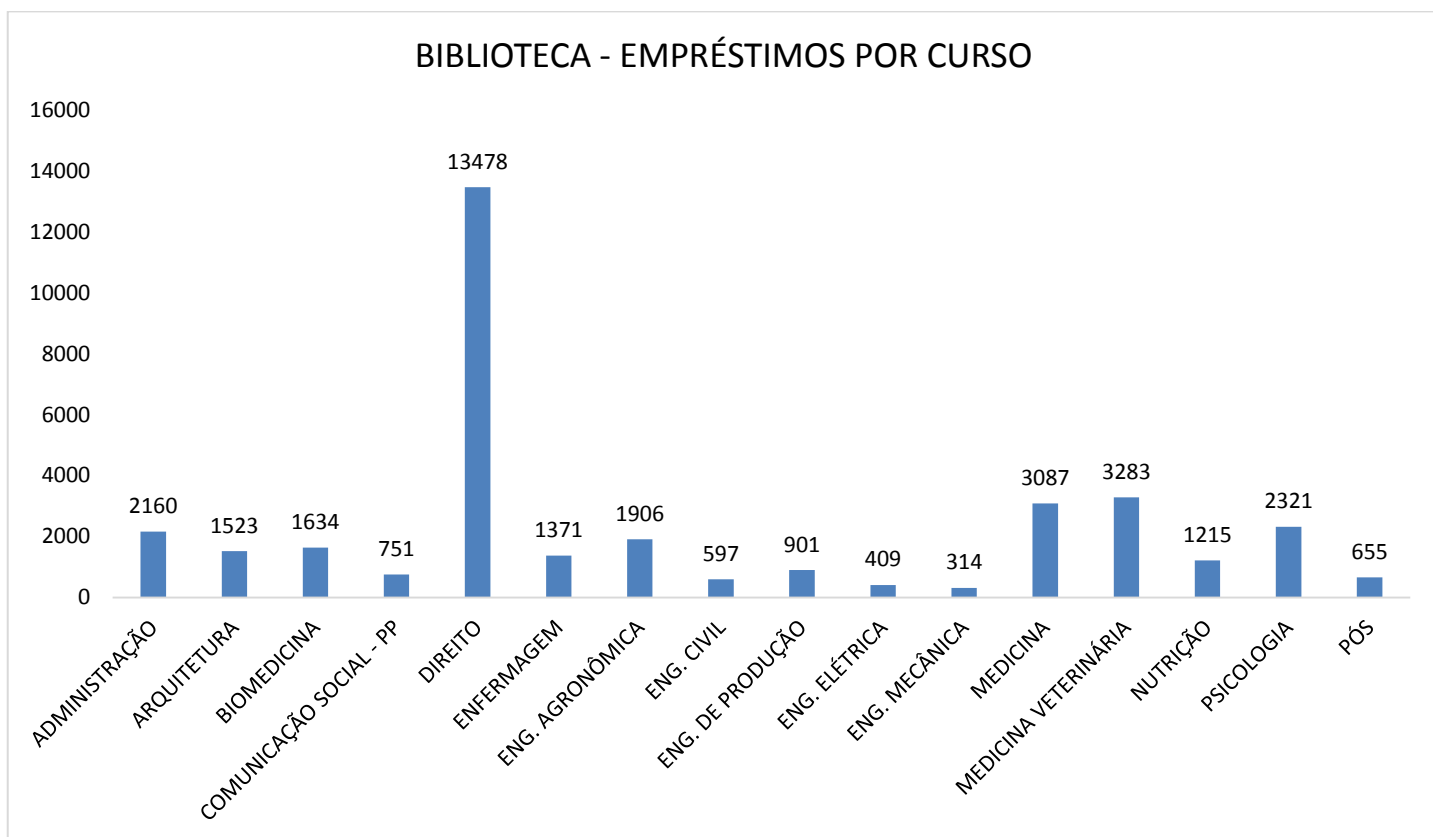
As informações dos gráficos acima demonstram que em algumas áreas, como Inovação e Tecnologia, Indígena e Quilombola e Direito, não há coerência entre os temas

abordados no ENADE e no Simulado. Diagnóstico a ser revisto na elaboração dos próximos cadernos/edições do simulado.

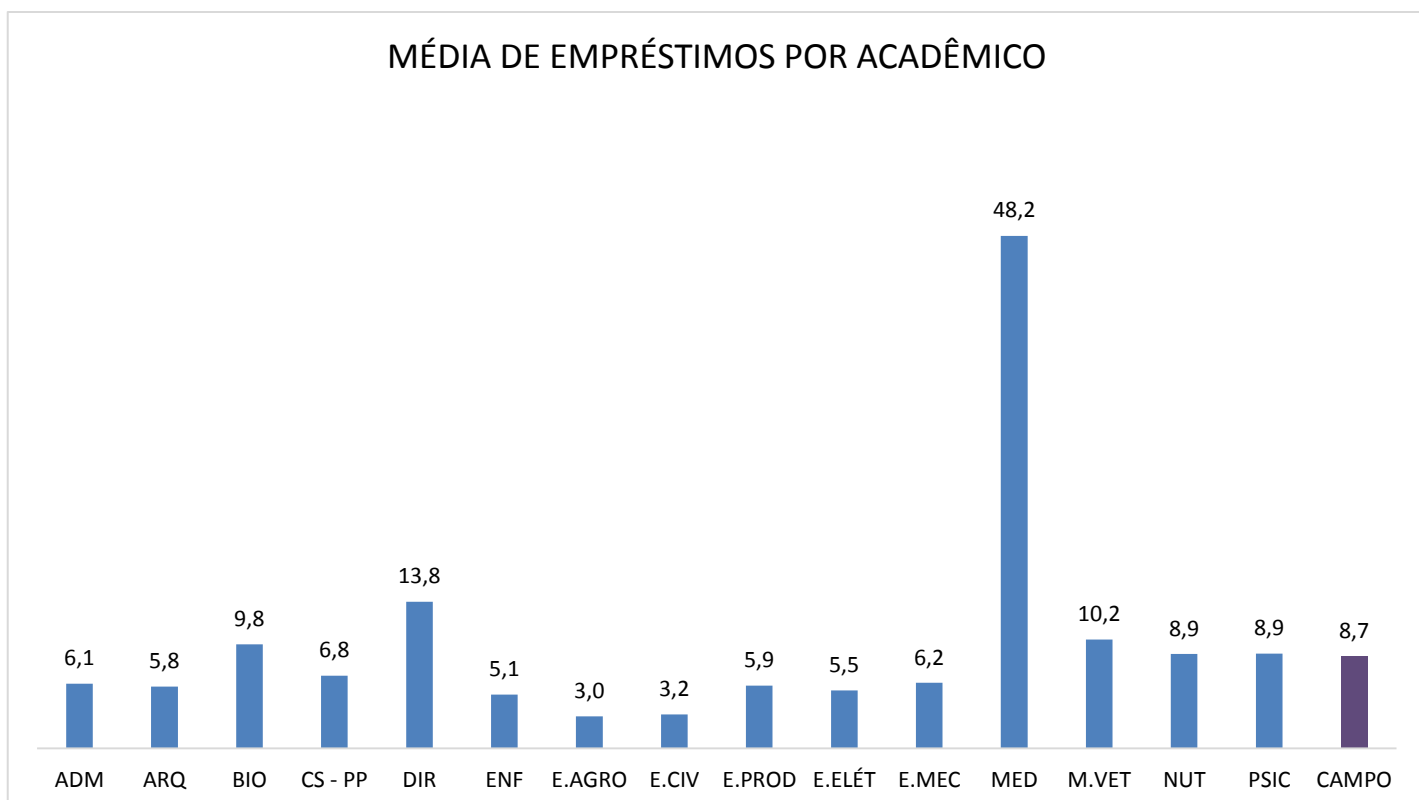
Após a aplicação do simulado, a instituição ainda se preocupa em coletar dados referentes à percepção do acadêmico frente a todo o processo de avaliação perpetrado por esse instrumento. Nesse sentido, é aplicada uma Pesquisa Pós-Simulado, que indica a visão do acadêmico sobre a prova e as dificuldades enfrentadas por eles na resolução das questões propostas.

Para que todo esse processo não se restrinja somente a uma ação isolada, a coordenação pedagógica, a partir do trabalho do NUPE, realiza periodicamente a análise das matrizes de provas mensais e bimestrais. Nessa análise, são conferidos alguns quesitos básicos que aproximem as avaliações da instituição e a avaliação feita pelo ENADE. Assim, é verificado se as avaliações contêm questões com peso avaliativo descrito, se há questões discursivas a serem respondidas pelos alunos e se constam da prova questões que seguem o padrão de itens ENADE. Percebe-se o envolvimento dos docentes e dos colegiados na formação dos acadêmicos em relação aos padrões de avaliação do INEP.

Sendo a aprendizagem e desempenho dos acadêmicos proporcionalmente ligada à qualidade e quantidade de leitura realizada, são organizados dados referentes ao número de empréstimos realizados na Biblioteca Acadêmica, o que oferece também importante dado acerca da condução dos planos de ensino.



Fonte: Relatórios da CPA/2018



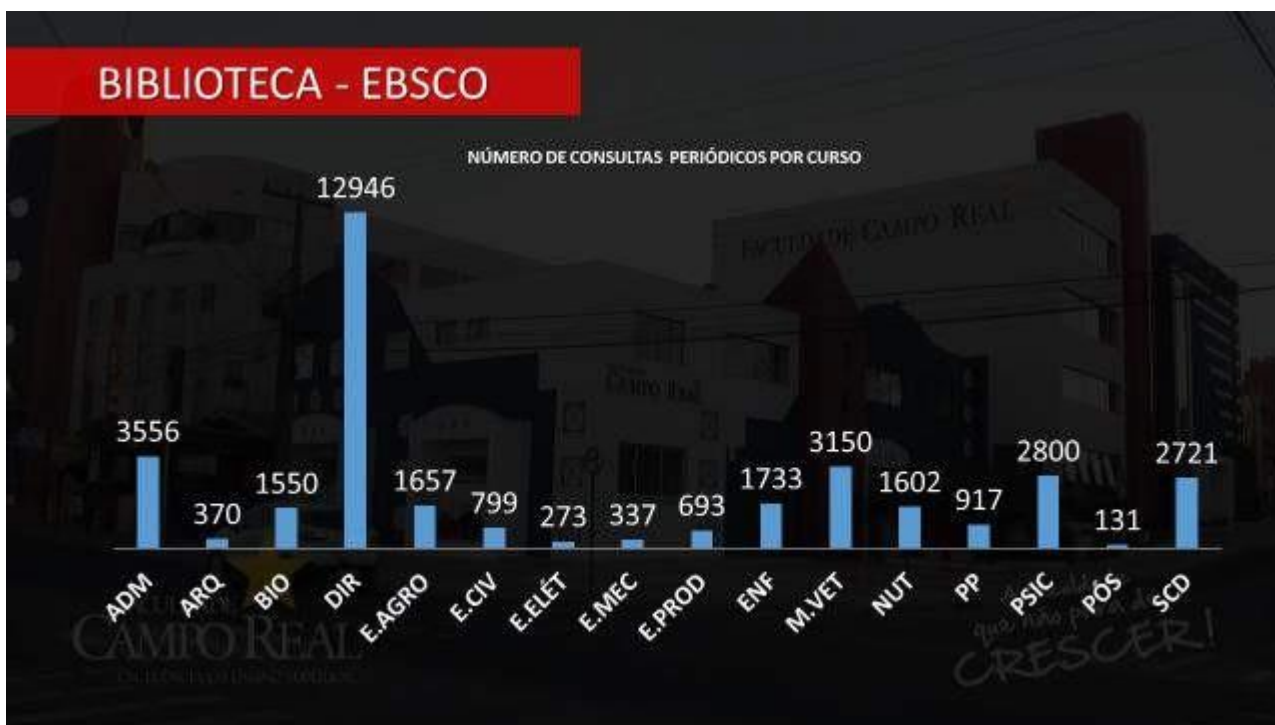
Fonte: Relatórios da CPA/2018

O gráfico apresenta o número absoluto de empréstimos por aluno, por curso, e geral

do Instituição no ano letivo de 2018. Observa-se que o curso de Medicina se destaca com a média de 49 empréstimos por aluno, seguido dos cursos de Direito e Medicina Veterinária, com pouco mais de 10 empréstimos por aluno. O curso de Engenharia Agrônoma apresentou o menor número de empréstimos, com pouco mais de 3 empréstimos por aluno.

A aquisição da Plataforma Ebsco intensificou as ações da Instituição para estímulo à leitura e a fontes alternativas de acesso às obras e periódicos. Trata-se de uma base de dados contendo MEDLINE Complete, a mais abrangente fonte de periódicos de medicina em texto completo do mundo, provendo artigos na íntegra de aproximadamente 2.570 periódicos indexados. Destes, mais 2.450 possuem indexação de capa a capa na MEDLINE.

A MEDLINE Complete oferece informações médicas reconhecidas sobre medicina, enfermagem, nutrição, veterinária, biologia, sistema de saúde, ciências pré-clínicas e muito mais. Utiliza a indexação MeSH (Títulos de assuntos médicos) com árvore, hierarquia em árvore, subtítulos e recursos de expansão para pesquisar citações em mais de 5.000 revistas biomédicas especializadas. Esta base de dados possui também texto completo para muitos dos periódicos mais utilizados na MEDLINE, inclusive o *Annals of Internal Medicine*. Possui ainda mais de 2.800.000 artigos em texto completo retroativos a 1902. E uma segunda base, Fonte Acadêmica. Possui uma abrangência em todas as áreas do conhecimento, com ênfase em particular para agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia. Alguns dos títulos de periódicos nesta coleção exclusiva são: Acta Reumatológica Portuguesa, Acta Scientiarum, Direito, Estado e Sociedade, Educação, Estudos Ibero-Americanos, Letras de Hoje, Recursos Hídricos, Religião e Sociedade, Revista Brasileira de Finanças, Revista Eletrônica de Enfermagem e Revista NERA. Em constante expansão de fascículos retrospectivos, esta base de dados inclui uma coleção completa de artigos retroativos em psicologia do periódico Teoria e Prática, desde 1999. Possui resumos detalhados em várias línguas, além de uma ampla indexação de cada artigo, beneficiando o usuário e tornando mais relevantes suas buscas na base de dados. É atualizada semanalmente e até o momento oferece texto completo para mais de 360 publicações acadêmicas científicas. As duas bases são acessadas de qualquer computador pelos alunos e professores da instituição facilitando o acesso para a pesquisa.



Fonte: Relatórios da CPA/2017

O gráfico apresenta o número absoluto de acessos por curso à Plataforma Ebsco, com destaque para o curso de Direito, com 12.946 acessos. O curso de Administração apresenta segunda posição, com 3.556 acessos. A ampla divulgação da aquisição da plataforma e os acessos já realizados com produtividade devem acrescentar o necessário para que se amplie a utilização e o conhecimento acerca do recurso.

A partir das novas práticas propostas pela Instituição, subsidiadas pelo programa de Formação Permanente e de formação e estudo individuais dos docentes (também compartilhadas com os demais), busca-se metodologias com ênfase para a leitura, a escrita, o raciocínio e as práticas interdisciplinares. Já foram verificadas que essas práticas acrescentaram melhores encaminhamentos nas metodologias de ensino, estudo e de desempenho dos acadêmicos.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Relatórios do ENADE, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2018.

Fragilidades

- a) Baixa apropriação dos Projetos Pedagógicos de cursos pelos discentes;
- b) Incipientes as práticas de interdisciplinaridade em alguns cursos.

Potencialidades

- a) Os Projetos Pedagógicos dos cursos refletem fundamentos, princípios e diretrizes dos Projetos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional;
- b) Coerência entre organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso;
- c) Revisão e atualização sistemática das matrizes curriculares;
- d) Regular investimento quanto à utilização e disponibilidade de novas tecnologias no ensino;
- e) Cumprimento das metas para o ensino com alcance de pequeno e médio prazo;
- f) Programa de Formação Permanente para Coordenadores contemplando elaboração e adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- g) Aumento das práticas interdisciplinares;
- h) Implantação do NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE).

4.3.1.2 Pesquisa

Itens avaliados

- a) Políticas e Práticas Institucionais para a iniciação científica;
- b) Articulação da iniciação científica com as demais atividades acadêmicas;
- c) Critérios para o desenvolvimento da iniciação científica, participação docente e discente e divulgação dos trabalhos.

Fontes

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Projeto de Iniciação Científica;
- d) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;

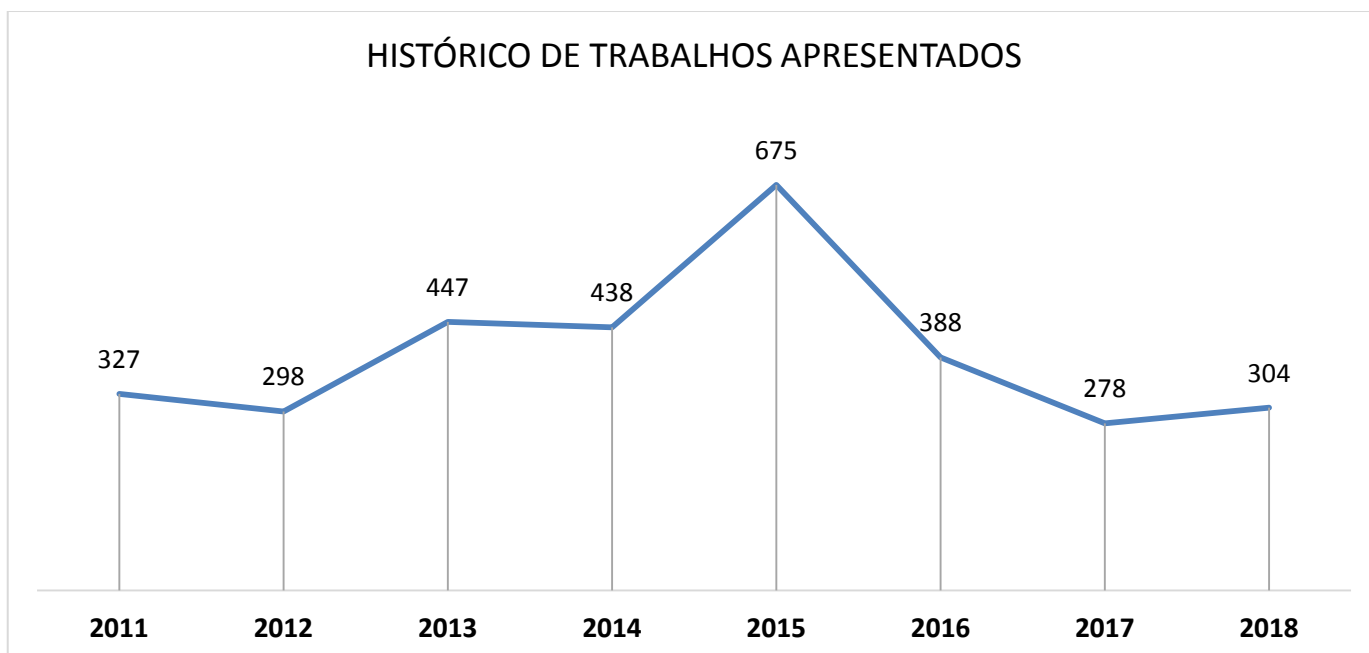
e) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2018.

Análise

As políticas e práticas institucionais para a Iniciação científica da IES estão definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico Institucional. O Centro Universitário oferece formas de o aluno ingressar na investigação acadêmica, como por exemplo, a Iniciação Científica e os Grupos de Estudos que poderão ser realizados com execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa, ou ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do aluno se integre a um projeto desenvolvido por professores.

Diante da análise dos resultados, constataram-se alguns pontos de destaque tais como a existência de um grupo de docentes aptos para atuarem na Iniciação Científica, a institucionalização e impressão da Revista Científica *Propagare* e da Revista de Iniciação Científica. Essas ações permitem à comunidade acadêmica enveredar rumo à Iniciação Científica, para isso basta determinação das partes diretamente envolvidas.

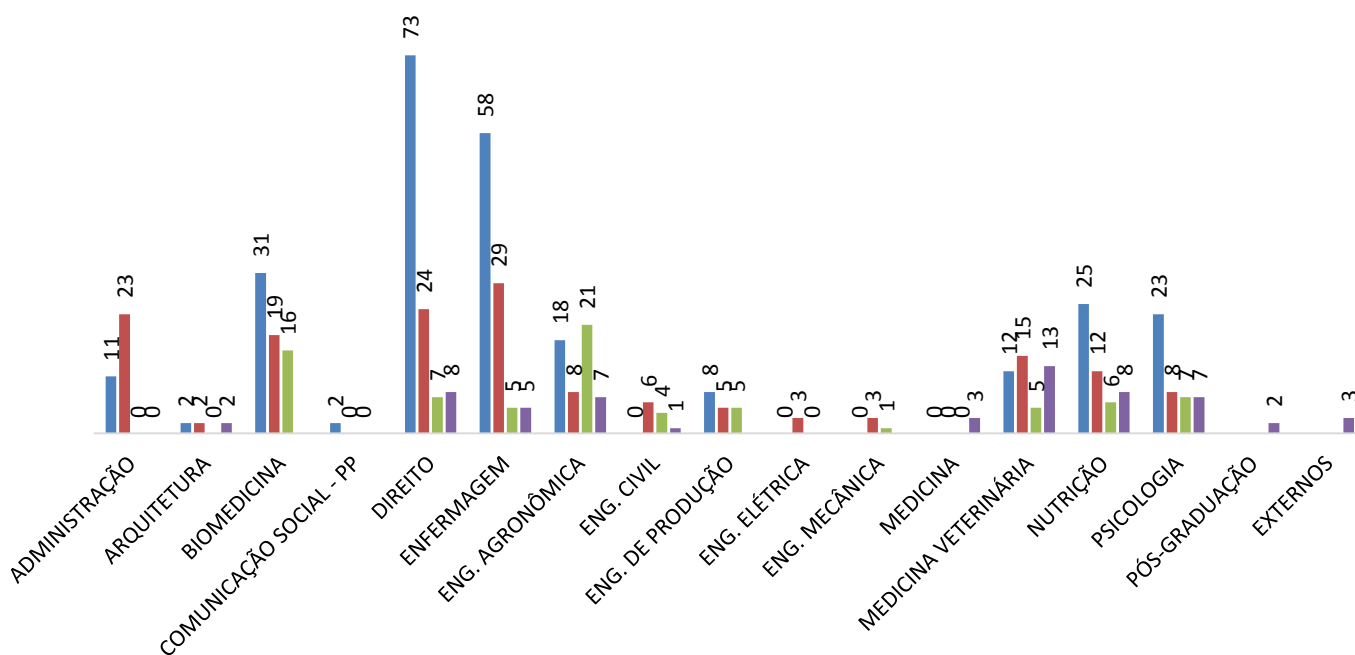
Sobre o Encontro de Iniciação Científica promovido pela IES, a CPA coletou e organizou os dados de participação, por curso, em cada uma das modalidades:



Fonte: Relatórios da CPA/2018

HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO POR CURSO PAINÉIS

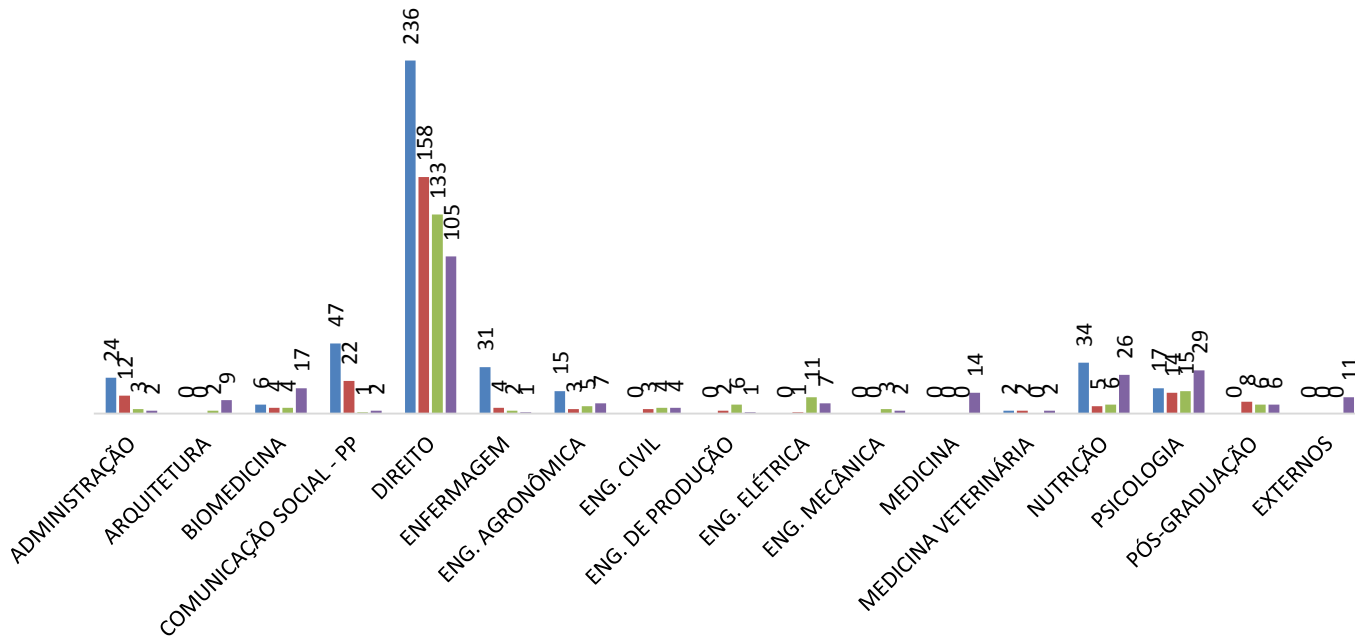
■ 2015 ■ 2016 ■ 2017 ■ 2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

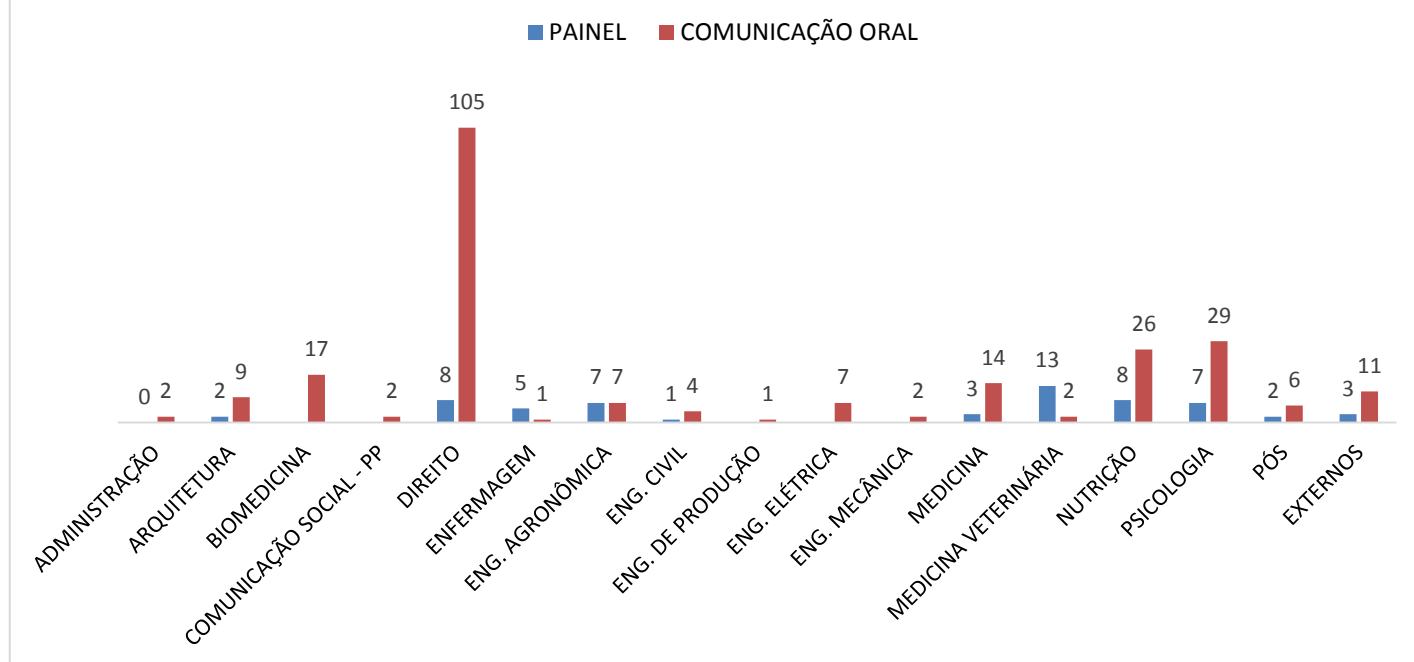
HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO POR CURSO COMUNICAÇÃO ORAL

■ 2015 ■ 2016 ■ 2017 ■ 2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

PAINEL e COMUNICAÇÃO ORAL 2018



Fonte: Relatórios da CPA/2018

Com base nos dados apresentados nos gráficos, percebe-se a regularidade da participação dos alunos nos Encontros de Iniciação Científica promovidos pela IES, bem como, proporção entre o aumento do número de alunos e a participação no evento. A leitura dos gráficos aponta também, para notável necessidade de estímulo às propostas de iniciação científica em alguns cursos.

Com a proposta de estimular a iniciação científica, dois outros eventos também previstos nos Planos de Ensino das disciplinas promovem a participação dos alunos, por meio de painéis científicos, sendo eles a Semana Ambiental e a Semana da Cultura. Vale antecipar que para 2016, um terceiro evento paralelo ao Encontro de Iniciação Científica permitiu submissão de trabalhos de iniciação científica, este na modalidade painel científico, contudo, com submissão obrigatória de resumo expandido; trata-se do Simpósio Integrado de Saúde. A CPA coletou e organizou os dados de participação nos eventos já realizados, que têm os índices de participação expressos nos gráficos a seguir:



Fonte: Relatórios do CPA/2016

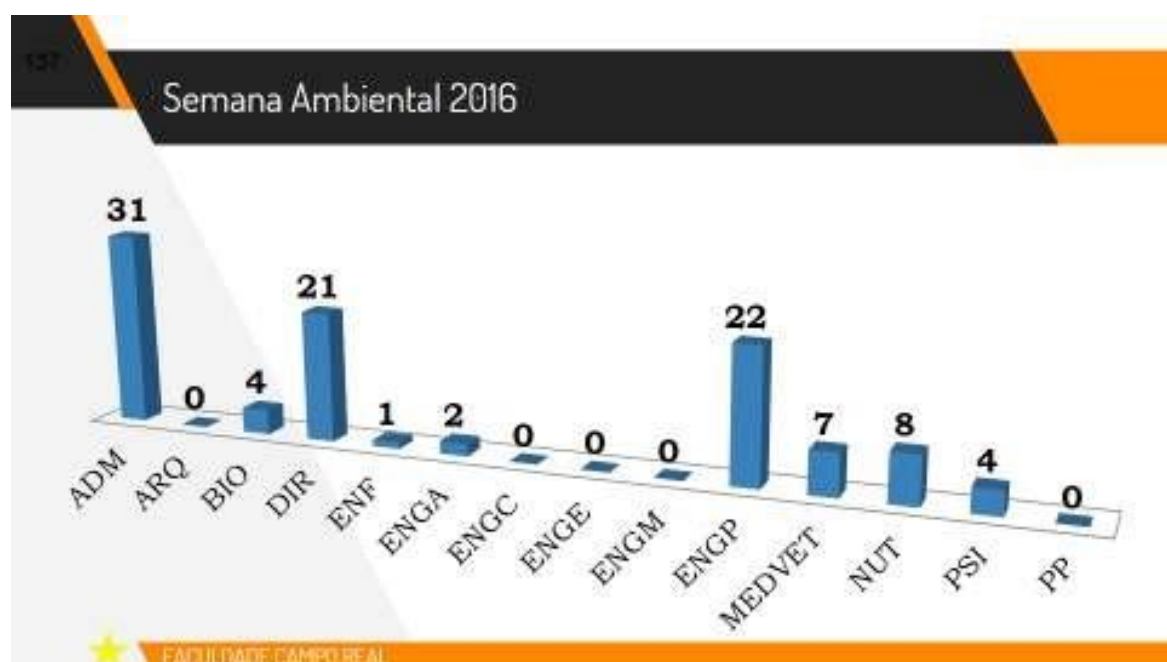


Fonte: Relatórios da CPA/2016

Os dados levantados e organizados em 2016 apresentam a evolução da participação na mostra científica da Semana da Cultura, percebendo-se o avanço na adesão também nessa proposta institucional. Apresenta, ainda, importante informação para redirecionamentos nos cursos com baixa participação. Observa-se que o Curso de Publicidade e Propaganda vem apresentando trabalhos em formato de documentários e exposições fotográficas, o que não exime a necessidade de estímulo a participação nas modalidades propostas pela Mostra Científica.



Fonte: Relatórios do CPA/2016



Fonte: Relatórios do CPA /2016

A leitura dos dados organizados com a inclusão das informações obtidas no evento de 2016, apresentam diminuição na participação dos cursos, exceto entre os cursos de Direito, Administração e Engenharia de Produção. Nos demais, verifica-se necessidade de fortalecimento da proposta. Vale observar que a inclusão de Comissões Científicas específicas para cada evento científico acrescentou qualidade expressiva aos trabalhos.

A partir do ano de 2017, optou-se por trabalhos de IC - modalidade comunicação oral e painel científico - em um único evento, o Encontro de Iniciação Científica realizado no segundo semestre de cada ano, com a manutenção de resumos expandidos. Observou-se que os aspectos quali-quantitativos dos trabalhos estão estabelecidos, atendendo às expectativas institucionais no encontro realizado para este fim, previsto no calendário acadêmico para o mês de outubro de cada ano letivo.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projeto de Iniciação Científica, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2018.

Fragilidades

- a) Incipiente fonte de fomento;
- b) Incipiente participação de alguns cursos;
- c) Incipiente continuidade dos projetos de iniciação à pesquisa.

Potencialidades

- a) Existência de um grupo de docentes capacitados para a Iniciação Científica;
- b) Institucionalização de um Programa de Iniciação Científica;
- c) Institucionalização da Revista de Iniciação Científica;
- d) Institucionalização da *Revista Propagare* - Revista Científica do Centro Universitário Campo Real;
- e) Implantação de mecanismo institucionalizado eletrônico para a divulgação da produção acadêmica;
- f) Institucionalização de 02 eventos acadêmicos para apresentação de projetos de iniciação a pesquisa – Simpósio Integrado de Saúde e Evento de Iniciação Científica;

- g) Inserção gradativa de projetos de iniciação a pesquisa como atividade regular nos Planos de Ensino das disciplinas;
- h) Aumento dos “Grupo de Estudos” ofertados, com produção específica de cada grupo;
- i) Implantação de programa de incentivo financeiro aos alunos vinculados à pesquisa;
- j) Aumento da produção científica dos professores;
- k) Aumento do número de professores em programas de pós-graduação stricto sensu;
- l) Incentivo financeiro para participação de professores em eventos científicos, nacionais e internacionais.

4.3.1.3 Extensão

Itens Avaliados

- a) Políticas institucionais de extensão;
- b) Articulação da extensão com as demais atividades acadêmicas;
- c) Participação dos discentes nas ações extensionistas na formação discente;
- d) A contribuição e relevância das ações de extensão para a comunidade acadêmica;
- e) Relevância das atividades de extensão para a comunidade em que a instituição está inserida.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- c) Regulamento das Atividades Complementares;
- d) Projetos de Extensão;
- e) Relatórios de Atividades dos Cursos;
- f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

A extensão se consolida como uma responsabilidade da Instituição com o seu

entorno, por meio da qual se torna um canal para compartilhar os saberes, visando as transformações sociais, econômicas e políticas e é fator integrador das diversas atividades acadêmicas que têm como compromisso:

- a) Promover ações que favoreçam a parceria entre o Centro Universitário e a comunidade;
- b) Comprometer a comunidade acadêmica com o desenvolvimento social e local do país;
- c) Estimular parcerias que viabilizem atividades com setores da sociedade para incentivar a cooperação com o mundo do trabalho e a solidariedade;
- d) Compor parcerias em busca de ampliação de oportunidades e o seu autossustento;
- e) Avaliar, sistematicamente, o programa de extensão, verificando se reflete os objetivos esperados.

As atividades de extensão que são desenvolvidas têm reflexos na integração da comunidade acadêmica. Essas ações buscam divulgar junto à comunidade, especialmente junto àqueles que integram o meio acadêmico, o resultado de trabalhos produzidos pelos alunos, sob a orientação dos docentes, a exemplo da Semana de Iniciação Científica que é um evento anual e envolve todos os cursos e toda a comunidade acadêmica. As monografias dos egressos que obtiveram destaque têm espaço para apresentação e discussão.

O Centro Universitário estimula e cria oportunidade para que os alunos exerçam a prática do seu aprendizado juntamente com a comunidade. Atividades que se classificam como eventos, projetos e cursos de extensão contam com participação dos alunos, supervisão dos coordenadores de curso e do coordenador das atividades de extensão e pós-graduação. É acompanhado também pela coordenação de atividades complementares, que integra tais atividades e mantém o controle da efetividade.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projetos de Extensão, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2018.

Fragilidades

- a) Incipiente avaliação sistematizada para os projetos de extensão;
- b) Incipiente demanda para cursos de extensão em algumas áreas;
- c) Incipiente oferta de atividades na modalidade “Cursos de Extensão” em algumas áreas.

Potencialidades

- a) Extensão articulada com a matriz curricular dos cursos;
- b) A existência de um órgão que coordena as atividades de extensão;
- c) Implantação de um Programa Institucionalizado para as Atividades de extensão;
- d) Oferta de cursos e projetos de extensão em todo as áreas;
- e) Participação da comunidade acadêmica nos projetos de extensão;
- f) Incentivo aos professores para que promovam maior número de cursos de extensão;
- g) Envolvimento da comunidade externa nos projetos de extensão;
- h) Oferta de atividades de extensão em consonância com as sugestões de docentes e discentes.

4.3.1.4 Pós-Graduação

Itens Avaliados

- a) Políticas Institucionais para a Pós-Graduação;
- b) Integração entre a Graduação e Pós-Graduação;
- c) Expansão e manutenção da Pós-Graduação;
- d) Cursos ofertados no período 2010-2018;
- e) Incentivo à qualificação do professor para o magistério superior.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Oferta de Cursos - Período 2010-2018;

- d) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

As políticas de Pós-Graduação da IES estão definidas nos documentos oficiais norteadores das práxis institucionais – PDI, PPI e Regimento Interno e as práticas implementadas estão em consonância com o definido.

Vale ressaltar que os cursos oferecidos estão em plena sintonia tanto com a formação acadêmica, quanto com as demandas regionais, visando atingir também a comunidade externa.

As fragilidades da Pós-Graduação institucional foram detectadas principalmente na inexistência de avaliação sistematizada para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e a falta de uma política que incentive a produção intelectual, artística e cultural.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, Projetos de Extensão, Relatório de Oferta de cursos no período 2010-2018, Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Inexistência de mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Insuficiência de avaliação sistematizada para os cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- c) Insuficiente política de incentivo para a produção intelectual, artística e cultural.

Potencialidades

- a) Incentivo à participação e frequência do corpo discente, docente e administrativo nos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela IES;
- b) Incentivo à participação e frequência da comunidade externa;
- c) Aumento do número de cursos ofertados;

- d) Implementação do modelo de projeto pedagógico como requisito para abertura de novos cursos;
- e) Ação coordenada entre todos os coordenadores dos cursos de pós-graduação, mediados pela Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- f) Implementação de regulamento geral para a elaboração dos trabalhos finais;
- g) Implantação de instrumento de avaliação dos cursos de Pós-Graduação, módulo a módulo;
- h) Fomento da realização de visitas técnicas e aulas em campo relacionadas aos módulos ministrados;
- i) Inserção da Pós-graduação no Evento de Iniciação Científica da Instituição;
- j) Titulação dos professores acima do mínimo legal.

4.3.2 Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade

Itens Avaliados

- a) Políticas para a comunicação;
- b) Recursos e qualidade da comunicação interna;
- c) Estratégias e recursos na comunicação externa;
- d) Serviço de Ouvidoria;
- e) Comprometimento da comunicação interna e externa com a missão e os objetivos institucionais;
- f) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Site da Instituição
- c) Manual do Docente;
- d) Manual do Discente;
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

As políticas para a comunicação estão definidas por meio de canais de comunicação e sistema de informação que funcionam e garantem a clareza da organização, da gestão e da visão de futuro. Existem mecanismos definidos para a coleta, sistematização e divulgação da informação e sua respectiva periodicidade.

Para garantir a articulação entre os diversos setores institucionais utilizam-se os serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação *internet* e *intranet* que além de divulgação funcionam como mecanismos que colaboram na tomada de decisões, bem como nas funções de acompanhamento e controle.

Nas estratégias e recursos na comunicação externa a IES mantém práticas consolidadas de divulgação com visão de futuro e que permitam dialogar com o entorno a fim de identificar demandas, bem como formas de apoio acadêmico e institucional e utiliza meios de comunicação fidedignos e eficazes que democratizam e facilitam o acesso às informações, aos trabalhos e as atividades realizadas na IES.

Há a divulgação pública dos critérios de seleção e admissão de estudantes.

Com a implantação da ouvidoria, tornou mais rápida e prática a resolução de pedidos e reclamações dos acadêmicos e docentes. A ouvidoria é um canal onde os alunos, docentes e instituição estão interligados para melhoria da comunicação interna.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, do Manual do Docente e do Discente e do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) A divulgação das informações institucionais de interesse dos discentes nem sempre atingem o alvo, ou seja, os próprios acadêmicos;
- b) Insipiente inclusão digital na zona rural na região de Guarapuava.

Potencialidades

- a) Existência de órgão estruturado para a comunicação e marketing;
- b) Ampliação do corpo técnico-administrativo no Setor;

- c) O site permite interatividade entre a comunidade acadêmica, a comunidade externa e o Centro Universitário;
- d) E-mail institucional como instrumento de comunicação entre seus pares;
- e) Imagem pública da instituição é forte, conhecida pelo slogan “Excelência no Ensino Superior”;
- f) “Contato com o Reitor” – Canal eficiente de comunicação;
- g) “Fale Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- h) “Trabalhe Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- i) “Manual do Acadêmico” – Manual eficiente de informação para o discente;
- j) “Campo Real Passo a Passo” – Manual eficiente de informação para o docente;
- k) “Infocampo” – Informativo institucional com circulação gratuita e regional;
- l) “DNA da Notícia” – Informativo do curso de Biomedicina com circulação gratuita e direcionada;
- m) “Informativo da CPA” - Informativo da Comissão Própria de Avaliação - com circulação gratuita e direcionada à comunidade acadêmica;
- n) “Informativo da REALCLIN” – Informativo da Clínica de Saúde do Centro Universitário, com circulação gratuita, direcionada à comunidade acadêmica (em especial aos alunos e professores dos cursos da Saúde) e à comunidade externa;
- o) Mídias Sociais – www.facebook/camporeal - www.twitter.com/campo_real - www.youtube.com/estudiocamporeal – *Instagran* - Canais eficientes de comunicação e de “feedback”.

4.3.3 Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes

Itens avaliados

- a) Políticas de acesso, seleção e permanência de discentes;
- b) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino;
- c) Dados estatísticos da evolução dos cursos;
- d) Acompanhamento do egresso.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos de cursos;
- c) Relatórios do NAPP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- d) Relatórios de Acompanhamento do Egresso;
- e) Link do Egresso;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão definidas no PDI, no PPI, no PPC, no Regimento Interno e documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos). Para dar continuidade às políticas contam-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação, especialmente aos ingressantes.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP), acompanha as políticas de acesso, seleção e permanência de discentes que estão definidas e implementadas. Os dados estatísticos da evolução dos cursos são resultados da interpretação e análise do processo avaliativo institucional, bem como de demanda legal referente aos cursos.

A instituição faz parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras, seminários e mostras de profissões, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências do Centro Universitário em horários alternativos para a implementação dos estudos em laboratórios, biblioteca, salas de aula, auditório e salão nobre.

O NAPP é incrementado para fazer os atendimentos aos alunos e professores diante das adversidades acadêmicas, a citar o Programa de Nivelamento que visa oportunizar ao aluno ferramentas para ajudá-lo a iniciar a trilha acadêmica do conhecimento. A ampla divulgação e análise do perfil do ingresso pelos docentes e corpo técnico-administrativo faz parte de um programa institucional que está sendo estruturado e tem metas específicas

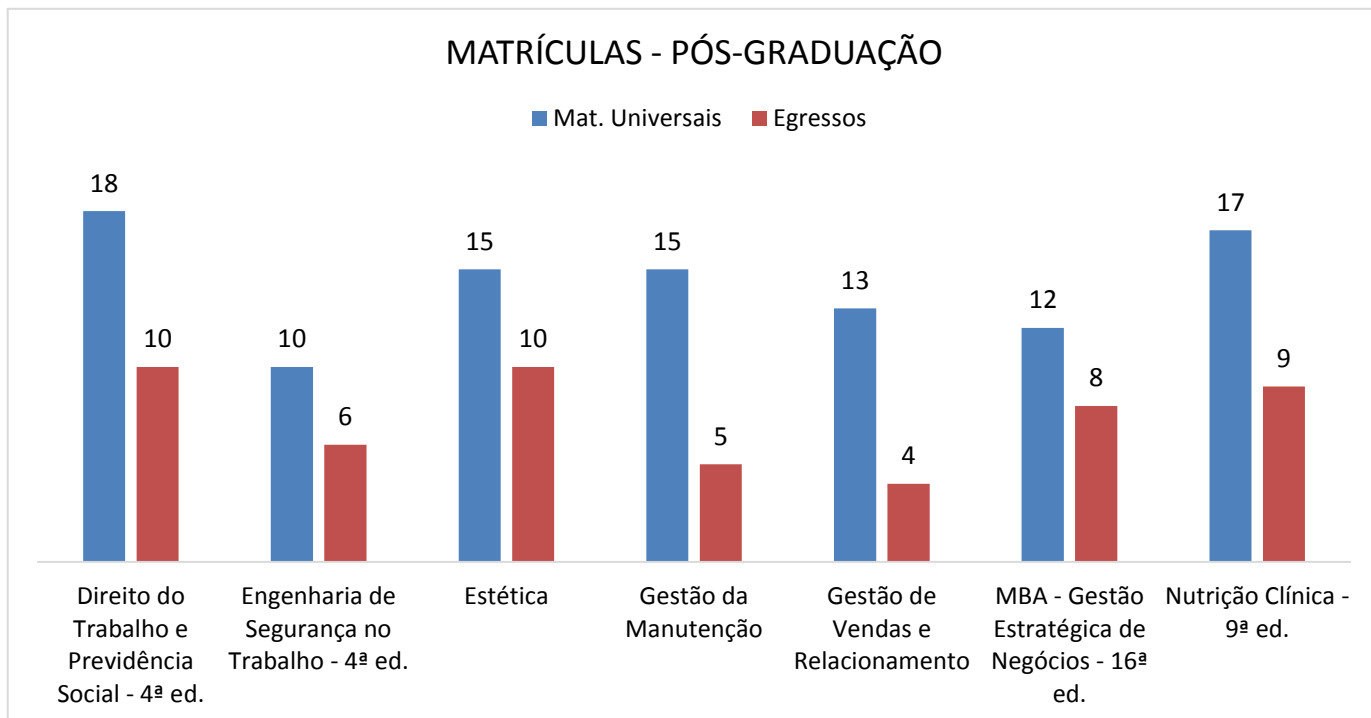
para inibição dos índices de evasão apontados.

A implementação do Programa de Monitoria também acrescentou novas oportunidades aos acadêmicos, a citar, a ampliação das possibilidades de organização e implementação de novos grupos de estudo em horários alternativos. Ainda, de ampliação das possibilidades e incentivo às práticas de iniciação científica. Salienta-se que as práticas possibilitadas pelo Programa de Monitoria devem contribuir sensivelmente para com a inibição da evasão de alunos.

Os dados coletados e organizados pela CPA permitem a realização de um estudo comparativo entre o percentual de alunos evadidos por curso, tendo a visualização da informação sobre o percentual de evasão de alunos calouros e alunos veteranos, o que permite o direcionamento das medidas com caráter de prioridade.

Foi implantado um programa de contato com Egressos para maior divulgação dos cursos ofertados pela Instituição e com registro de informações que pesquisam e ampliam a construção do relatório sobre os índices de satisfação do egresso e seu posicionamento no mercado de trabalho.

Sobre o incentivo e matrículas de egressos nos cursos de Pós-Graduação, relatórios da CPA apresentam a crescente continuidade dos estudos na Instituição:



Fonte: Relatórios do CPA /2016

O gráfico acima demonstra dados acerca das matrículas de egressos nos cursos de

Pós-graduação da Instituição, sendo percentual expressivo, reafirmando a qualidade de ensino da instituição.

Dados obtidos pelo Programa de Acompanhamento do Egresso da Instituição informam que próximo de 60% dos egressos estão atuando em sua área de formação. Entre os entrevistados, 97% indicariam o Centro Universitário para familiares e amigos, para realização do curso de graduação.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório do link do egresso, Relatórios de bolsas e dos Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Dificuldade de atualização dos contatos de parcela dos egressos;
- b) Projeto de acompanhamento do egresso pouco estruturado;
- c) Incentivo insuficiente à participação de eventos e divulgação de trabalhos discentes;
- d) Inexistente mecanismo eletrônico para avaliação da IES pelo egresso.

Potencialidades

- a) Atuação eficiente do NAPP;
- b) Divulgação para egressos dos cursos ofertados pela instituição;
- c) Significativa taxa de retorno do egresso para os cursos de pós-graduação;
- d) Implantação de questionário eletrônico respondido pelos egressos;
- e) Implantação de política para o egresso, com previsão de incentivos à permanência na IES (descontos na pós-graduação, utilização da biblioteca, etc.) e incentivo à pesquisa nos laboratórios da IES.

4.4 EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

4.4.1 Dimensão 5 - Políticas de Pessoal

As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, seu Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas condições de trabalho.

Itens avaliados

- a) Critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo;
- b) Plano de Cargos, Carreira e Salários homologado e implantado para o corpo docente e técnico-administrativo;
- c) Programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo;
- d) Estrutura de Poder;
- e) Clima Institucional e Relações interpessoais;
- f) Grau de satisfação pessoal e profissional;
- g) Experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo e os objetivos institucionais.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Planos de Cargos, Carreiras e Salários;
- c) Relação do Corpo Docente;
- d) Regimento Interno da IES;
- e) Quadro do Corpo Docente e Regime de Trabalho (integral, parcial e horista);
- f) Quadro do Corpo Docente e titulação (doutor, mestre e especialista);
- g) Quadro do Corpo Docente e Experiência no Magistério Superior e profissional;
- h) Relação de funcionários do corpo técnico-administrativos;
- i) Escolaridade do corpo técnico-administrativos;
- j) Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Análise

Da análise dos documentos que avaliam as Políticas de Pessoal, as Carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, o Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e as condições de trabalho, conclui-se que os critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo estão definidos nos documentos oficiais, muito embora nem sempre as admissões ocorram pelo Processo Seletivo Institucionalizado. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários para docentes foi homologado e imediatamente implantado em outubro de 2010, e do corpo técnico-administrativo em dezembro de 2010.

No programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo foi identificado que a instituição apoia a participação dos docentes em cursos de formação permanente, existindo uma política de formação, com programa planejado semestralmente para docentes e anualmente para o corpo Técnico-administrativo, como também conta com equipe do NAPP, para suporte técnico e orientação didático-pedagógica.

Com referência ao item estrutura de poder, o Centro Universitário conta com procedimentos adequados para conduzir os processos de tomadas de decisão dentro de uma estrutura organizacional colegiada em conformidade com o Regimento Interno da IES.

A deliberação das decisões, dentro dos cursos, acontece via colegiado de curso constituída do coordenador e de representantes dos corpos docente e discente, e quando há necessidade de uma tomada de decisão institucional, a Diretoria Geral a define, juntamente com a mantenedora.

O clima institucional e a satisfação nas relações interpessoais são incentivados, realçando os índices de satisfação pessoal e profissional.

A experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo atende os objetivos institucionais. O corpo docente e administrativo da IES passa por uma seleção para ingresso. Nessa fase serão averiguadas a experiência e a formação do profissional.

Para garantir a formação permanente, a IES oferece por meio do NAPP e do NUPE Programa de Formação Permanente.

No início de 2016, a Instituição instituiu o NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE), por meio da Resolução Nº 01/2016 – SEC., que em seu artigo 1º prevê:

Art. 1º O Núcleo de Planejamento do Ensino é comissão multidisciplinar ligada à Coordenação Acadêmica e à Direção Geral da Faculdade Campo Real, bem como à CPA. Tem como objetivo geral orientar, planejar e executar processos de melhoria do ensino-aprendizagem de todos os cursos da Instituição, assessorando os

coordenadores de Curso e a Direção no desenvolvimento de suas atividades didático-pedagógicas centradas no ensino.

Sobre as obrigações do NUPE, estão dispostas no Art. 8º do documento que o institui, e estão centradas no tripé: planejamento, organização e execução, seguido do processo de acompanhamento das atividades dos colegiados.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, da Relação do Corpo Docente e dos Funcionários Técnico-administrativos, do Relatório Qualitativo do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2018 e Reunião com o Corpo Técnico-administrativo.

Fragilidades

- a) Pouco envolvimento do corpo docente em pós-graduação e pesquisa.

Potencialidades

- a) Critérios de admissão do corpo docente bem definido;
- b) Clima organizacional e as relações interpessoais são boas;
- c) Apoio à formação permanente para o corpo técnico-administrativo;
- d) Programa de formação permanente para corpo técnico-administrativo;
- e) Perfil do Corpo técnico-administrativo coerente com objetivos institucionais;
- f) Projeto e ações voltadas para o acompanhamento do trabalho docente;
- g) Promoção de eventos para formação pedagógica permanente;
- h) Assessoramento pedagógico aos Coordenadores e Professores;
- i) Satisfação dos docentes em relação às condições de trabalho;
- j) Apropriação do Plano de Cargo e Salários pelos docentes.

4.4.2 Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição

Organização e Gestão da Instituição, especialmente o Funcionamento e Representatividade dos Colegiados, sua Independência e Autonomia na Relação com a Mantenedora, e a participação dos segmentos.

Itens avaliados

- a) Gestão Institucional e a coerência com os objetivos institucionais;
- b) Estrutura organizacional;
- c) Modelo de participação dos atores na gestão;
- d) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Superior;
- e) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Acadêmico;
- f) Instâncias de Apoio para tomada de decisão;
- g) Sistema de recursos de informação e comunicação;
- h) Sistema de arquivo e registro acadêmico.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Regimento Interno da IES;
- c) Normas Internas;
- d) Atos de órgãos colegiados;
- e) Funcionamento do sistema de informação;
- f) Organograma;
- g) Contratos de prestação de serviços;
- h) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- i) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

Na análise feita nos resultados da avaliação no item Organização e Gestão da Instituição observou-se que a Gestão Institucional está coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais PDI e PPI. A estruturação e funcionamento,

composição, atribuição e autonomia do Conselho Superior estão de acordo com o contido nos documentos oficiais. A autonomia, os critérios de indicação e recondução dos membros, a periodicidade das reuniões, o registro das deliberações feitas em atas, toda a estrutura expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa.

Registrou-se que está implantado e implementado o funcionamento, composição, atribuição e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que existe periodicidade definida para as reuniões ordinárias. As reuniões têm suas deliberações registradas em atas, sendo que a periodicidade das reuniões garante as tratativas acadêmicas e as deliberações têm maior credibilidade entre os atores envolvidos porque resulta uma decisão colegiada.

Registra-se a existência do sistema de recursos de informação e comunicação, especialmente o que recebe apoio da tecnologia da informação a exemplo da *internet* e da *intranet* que facilitam e agilizam sobremaneira a comunicação interna e ajudam na divulgação das ações desenvolvidas ou em desenvolvimento na IES.

Desfecha-se a gestão institucional com ênfase para a existência do sistema de arquivo e registro acadêmico que permite também fazer a memória da vida acadêmica dos alunos matriculados na IES.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, das Normas Internas, das Atas dos Colegiados, do Organograma, do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2018, dos Contratos de prestação de Serviços, Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e Reunião com a Secretaria Acadêmica e o Núcleo de Tecnologia e Informática.

Fragilidades

- a) Baixa apropriação da legislação institucional para o corpo discente;

Potencialidades

- a) Equipe estruturada para regularizar, arquivar e recuperar atos normativos institucionais;
- b) Adequação da estrutura organizacional aos objetivos e metas da instituição;

- c) Sistema de informação, registro e arquivo adequados às necessidades de planejamento da instituição;
- d) A legislação institucional à disposição de toda comunidade acadêmica;
- e) Fluxo adequado de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional;
- f) Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados;
- g) Representação de todos os segmentos acadêmicos;
- h) Destaca-se a representatividade discente em todos os órgãos – Representantes de Turma - Colegiados – CPA – CONSEPE – CONSU;
- i) Excelência no funcionamento dos NDEs.

4.4.3 Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

Itens avaliados

- a) Planejamento e orçamento institucional;
- b) Obrigações trabalhistas.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relação de cursos;
- c) Relação do corpo docente;
- d) Relação do corpo técnico-administrativo;
- e) Folhas de pagamento - 2018/01 – 2018/02;
- f) Planilha de liberação de verbas;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

Existe na Instituição um acompanhamento sistemático e contínuo da área financeira

orçamentária. Todos os dados são partilhados e refletidos mensalmente pela Diretoria Financeira em conjunto com a Direção Geral.

Planilhas de previsão orçamentária e cronograma de execução são elaborados no final de cada semestre e encontram-se disponíveis no setor específico. A instituição prioriza a utilização de recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, ampliando suas dependências. A necessidade de equipamentos e reforma na infraestrutura necessária ao atendimento da demanda dos novos cursos está contemplado no orçamento da instituição sem o comprometimento do Planejamento Financeiro.

As obrigações trabalhistas não comprometem a sustentabilidade do Centro Universitário uma vez que atualmente são cumpridas em sua totalidade, não apresentando nenhuma inadimplência de encargos sociais e trabalhistas.

Os recursos destinados para a formação permanente do corpo técnico-administrativo e dos docentes foi ampliado. Também foram ampliados os custos com a contratação de docentes não residentes em Guarapuava, o que atende aos interesses da instituição conforme o perfil desejado (observando-se a escassez de docentes em determinadas áreas). Resultando, houve ampliação de recursos destinados para manutenção da permanência desses profissionais no corpo docente da IES, a citar custos com deslocamento, hospedagem e alimentação.

Em 2017, a média do total de alunos do Centro Universitário contou com aproximadamente 4000 alunos, no ano de 2018 alcançou-se um número aproximado de 4021 acadêmicos e existe expectativa de ampliação para os próximos anos, com a implantação dos novos cursos. De acordo com as diretrizes apontadas no PDI existem questões que estão sendo atendidas com o objetivo de propor melhorias nos equipamentos, laboratórios e infraestrutura do Centro Universitário.

Conclui-se, então, que a sustentabilidade financeira da instituição apresenta harmonia e estabilidade, de modo a continuar seu compromisso na oferta da educação superior para a comunidade em que está inserida.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Relatório dos cursos e quantitativo discente, do Relatório do corpo docente e técnico-administrativo, do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Pouca disponibilidade de maiores recursos para a iniciação científica.

Potencialidades

- a) Proposta orçamentária coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais;
- b) Regular destinação de recursos para a manutenção da infraestrutura;
- c) Regular destinação de recursos para a atualização dos equipamentos;
- d) Regular destinação de recursos para a atualização e ampliação do acervo bibliográfico;
- e) Pagamento rigorosamente em dia dos salários;
- f) Maior disponibilidade de recursos para a capacitação de docente.

4.5 EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

4.5.1 Dimensão 7 – Infraestrutura Física

Infraestrutura física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação.

Itens avaliados

- a) Instalações gerais quanto ao número, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza para implementação dos objetivos e fins institucionais;
- b) Instalações acadêmico-administrativas para atendimento à comunidade acadêmica segundo os objetivos e fins institucionais;
- c) Condições de acesso para portadores de deficiência;
- d) Conservação e manutenção das instalações físicas coerente com o plano nos documentos oficiais;
- e) Acesso à equipe de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet, em função das necessidades do Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão;

- f) Políticas institucionais de expansão, atualização e conservação dos equipamentos, de acordo com o plano nos documentos oficiais;
- g) Infraestrutura de apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- h) Instalações da biblioteca e serviços ofertados;
- i) Instalações e laboratórios específicos e serviços ofertados.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relatório de infraestrutura;
- c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- d) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

Na visão do corpo discente, docente e do corpo técnico-administrativo, a infraestrutura física e acadêmica da instituição, incluindo o atendimento do pessoal, está avaliada como boa.

Os procedimentos de limpeza e conservação do prédio têm por objetivo proporcionar à comunidade (alunos, professores e funcionários), maior conforto e plenas condições para que as atividades-fim sejam buscadas e alcançadas com êxito.

Com relação às normas de segurança, a CIPA disponibiliza procedimentos, orientações e Normas de Segurança da Instituição a todos os funcionários e em especial aos técnicos de laboratório (informática e os casos da área da saúde).

A acessibilidade é respeitada e garantida. Há vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais e espaço destinado para estacionamento disponibilizado a professores, alunos e funcionários, atendendo parte da demanda. Houve considerável expansão da oferta de vagas de estacionamento, com ampliação dos espaços para esse fim.

A Instituição conta com três automóveis, uma van de 16 poltronas, e dois ônibus de 44 poltronas, sendo os últimos com o propósito de transportar alunos e professores em viagens técnicas e culturais ou outras situações que atendam os objetivos institucionais.

O acesso à rede/web e e-mail corporativo se dá através de senhas emitidas previamente pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, para o acesso, ficando

depois, sob inteira responsabilidade do usuário em alterá-la e administrá-la. Com relação ao acesso às Tecnologias de Informação e comunicação pela administração, a Instituição possui acesso à Internet com restrições a alguns sites.

O Setor de Serviços Financeiros e o Setor de Gestão de Pessoas encontram-se no Bloco I, centralizando-se dessa forma o atendimento a esses serviços todos em um mesmo Bloco. A disposição atende a facilitação de acesso e atendimento aos alunos e comunidade externa. A Secretaria Acadêmica permanece no Bloco I, recebendo também atenção na compra de novos computadores e adequação dos arquivos.

A área de convivência do Bloco III é disponibilizada para alunos, professores e corpo técnico-administrativo. Nesse espaço conta-se com cozinha, sala de estar e churrasqueira. Anexo, espaço para arquivo e depósito.

Os Professores residentes em outras localidades são hospedados em espaço também específico para esse fim, próximo ao centro universitário (a citar, dois apartamentos locados no Edifício Mônaco – Bairro Santa Cruz).

O Setor de Reprografia, setor terceirizado, passa por regulares adequações especialmente após os resultados das avaliações institucionais e dos seminários de avaliação institucional semestrais, com imediata manifestação de satisfação dos alunos e professores. O setor tem seus serviços ampliados também com a oferta de espaço para esse fim, localizado no Centro Tecnológico da Instituição.

A cantina tem suas instalações em três espaços, sendo um deles no Bloco II, um no Centro Tecnológico e outro no Bloco I, ampliado para restaurante, servindo também almoço, a partir de fevereiro de 2016. Por ser um serviço terceirizado, há regular discussão sobre a prestação desse serviço e adequação aos interesses dos alunos. A reforma desse espaço teve especial atenção. A partir de novembro de 2015 passou a ser administrado por nova empresa terceirizada. O restaurante, em dezembro de 2017 ofereceu edital de licitação para possibilidade de administração por empresa que melhor atenda as expectativas dos alunos.

Com relação à estrutura da Biblioteca, o acervo é atualizado continuamente, proporcionando à comunidade acadêmica acesso à literatura científica atualizada. Teve investimento significativo, o que refletiu no aumento do índice de satisfação manifestado por alunos e discentes. As instalações foram ampliadas e reestruturadas, a exemplo, as novas cabines de estudo individual, os computadores de acesso aos alunos, os novos pontos de atendimento, a ampliação do espaço para o acervo. Entre os setores, figura entre os que apresentam os maiores índices de satisfação da comunidade acadêmica.

A Instituição possui dez laboratórios de informática, sendo que são atualizados e

substituídos conforme a necessidade institucional e acadêmica. Estão localizados no Bloco I, Bloco III e Centro Tecnológico.

A instituição possui um total de 21 laboratórios e um Centro de Esterilização. Teve em 2012 a inauguração de um Laboratório de Biologia Molecular, referência na região. No Centro Tecnológico, disponibiliza Laboratório de Processo de Fabricação e Mecânica, Laboratório de Física e Eletricidade Aplicada, Laboratórios de Desenho Técnico I e II, Laboratório de Solos e Laboratório de Modelos Arquitetônicos, Laboratório de Materiais Construção civil e Topografia. No Bloco I, encontram-se os laboratórios da área da Saúde, entre eles o recém realocado laboratório de Anatomia Animal. Houve considerável investimento na aquisição de equipamentos para melhoria da funcionalidade desses laboratórios. Entre os setores, figura entre os que apresentam os maiores índices de satisfação da comunidade acadêmica.

Para adequar o espaço físico às demandas acadêmico-institucionais, a IES disponibiliza a Fazenda Experimental, a Clínica Multidisciplinar e o Departamento Veterinário, espaços que complementam a formação profissional, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos. A Fazenda Experimental tem área necessária para atender prioritariamente às aulas do curso de Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária. A Clínica Multidisciplinar amplia as possibilidades de aprendizagem e prática para os alunos dos cursos da Saúde e é um espaço destinado para os campos de estágios curriculares obrigatórios, com atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Passou por adequações conforme a demanda, ampliando a oferta dos serviços, especialmente para o curso de Enfermagem. O Departamento Veterinário, inaugurado em março/2016, oferece estrutura privilegiada para as aulas práticas do Curso de Medicina Veterinária, é um dos campos de estágio obrigatório do curso, também com atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade selecionada no município de Guarapuava e região.

Contemplando também a adequação do espaço físico, à medida que a IES cresceu, cresceu a necessidade de novas salas de aula e novos laboratórios. Atendendo a essa demanda, o Bloco da Saúde sedia as salas de aula dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Biomedicina. O Bloco da Saúde oferta também Secretaria Acadêmica, sala das Coordenações, sala dos Professores e serviço de reprografia. Foi concluída a obra do Centro Tecnológico, construído em terreno anexo ao Bloco da Saúde, novo prédio que abriga novas salas de aula, novos laboratórios, secretaria acadêmica, cantina, setor de

reprografia, sala de coordenadores e sala de professores. Este prédio sedia também os novos cursos autorizados pelo Ministério da Educação no ano de 2015, a citar, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

O Escritório de Prática Jurídica passou por realocação e ampliação, sediado em novo espaço adequado às funções, melhorias que possibilitaram maior qualidade no atendimento da comunidade externa e na atuação dos alunos. No bloco I, encontram-se a Bzz - Agência Experimental do Curso de Publicidade e Propaganda, também realocada, ampliada e reestrutura para melhoria das práticas acadêmicas, e melhor acesso no atendimento da comunidade externa.

As figuras a seguir, ilustram a dinâmica da estrutura física institucional:

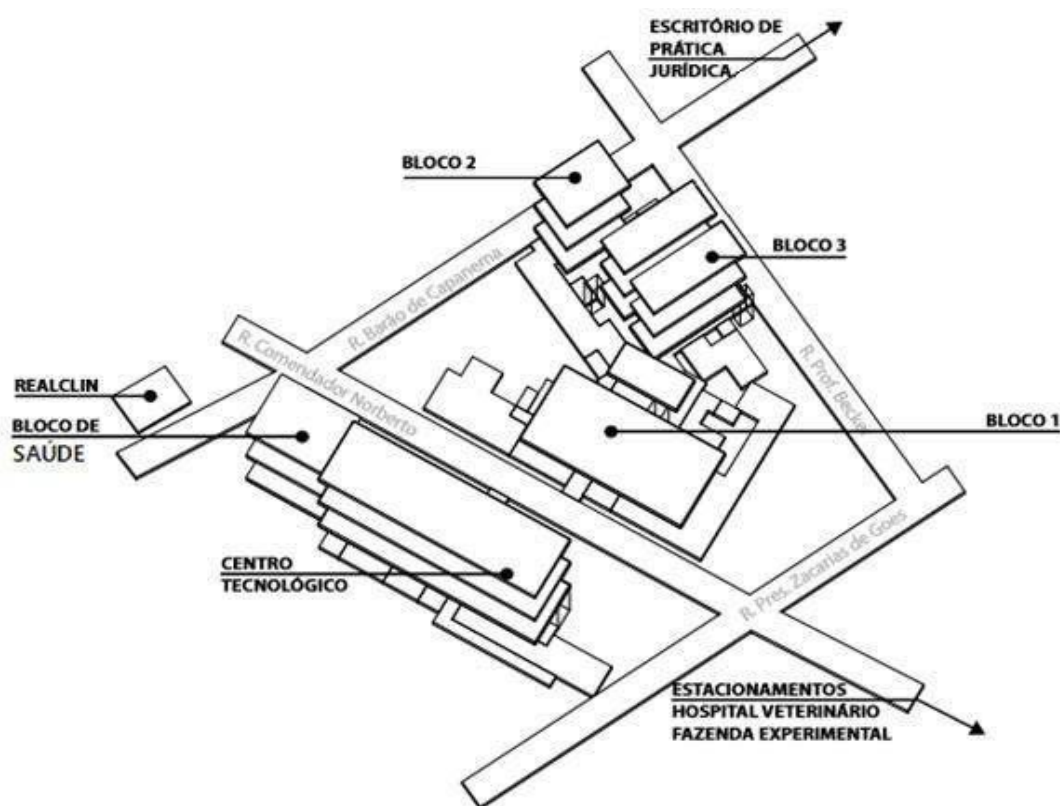


Figura 2 - Estrutura física da Instituição

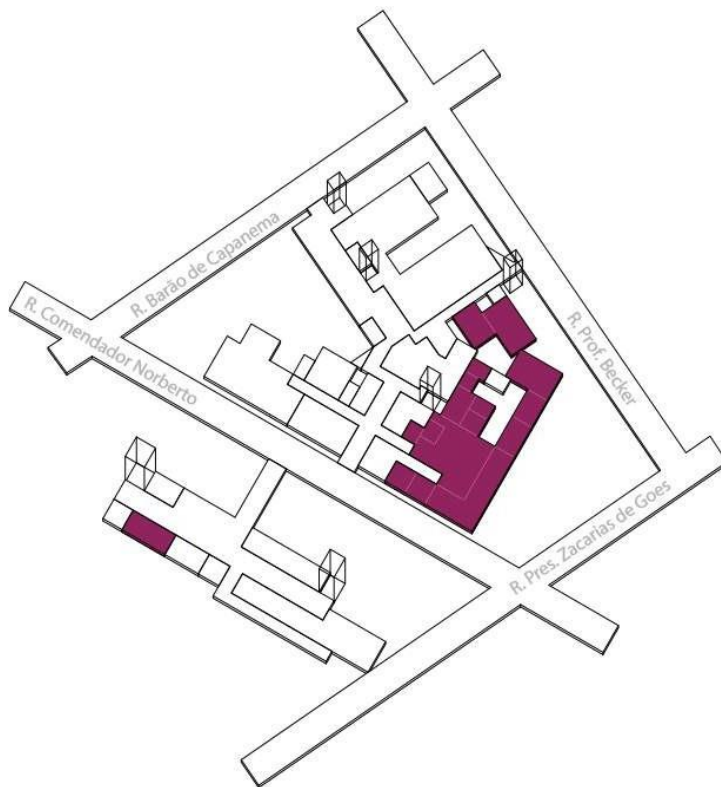


Figura 3 - Estrutura física da Instituição – Setor Administrativo e Sala dos Professores

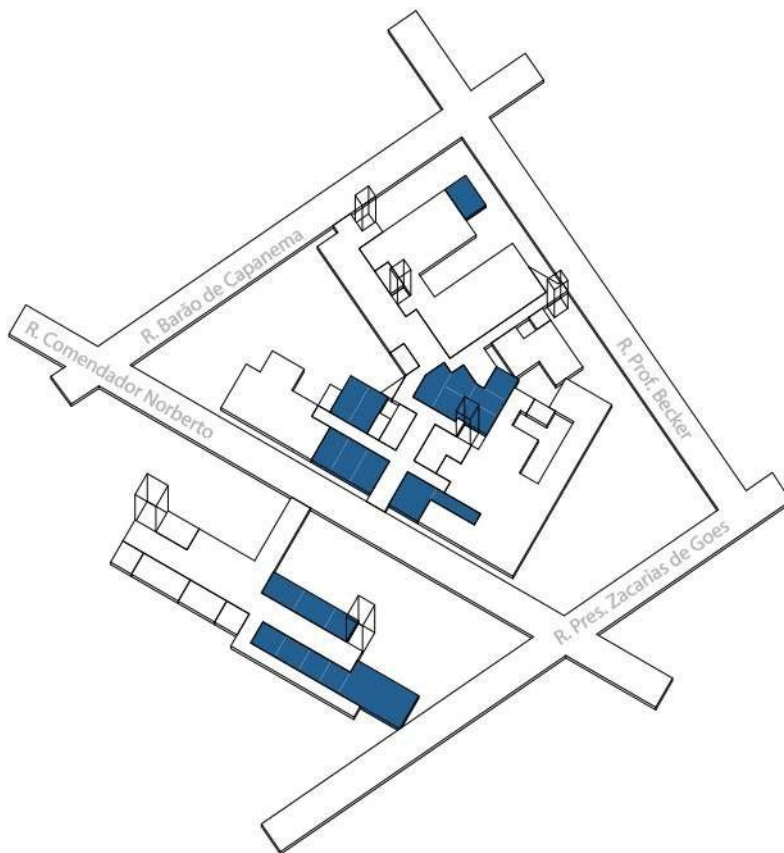


Figura 4 - Estrutura física da Instituição – Salas de aula e Laboratórios

As figuras ilustrativas 2, 3 e 4 demonstram a localização de cada um dos espaços da Instituição - organizada em Blocos, dos estacionamentos, da Clínica de Saúde (RealClin), do Escritórios de Prática Jurídica (EPJ), direcionamento para a Fazenda Experimental e Departamento Veterinário, Setor Administrativo, Salas dos Professores, Salas da aula e Laboratórios.

A demanda institucional foi atendida também na compra de novos aparelhos de datashow, computadores, máquina fotográfica, filmadora, com orçamento previsto e sem o comprometimento de planejamento financeiro.

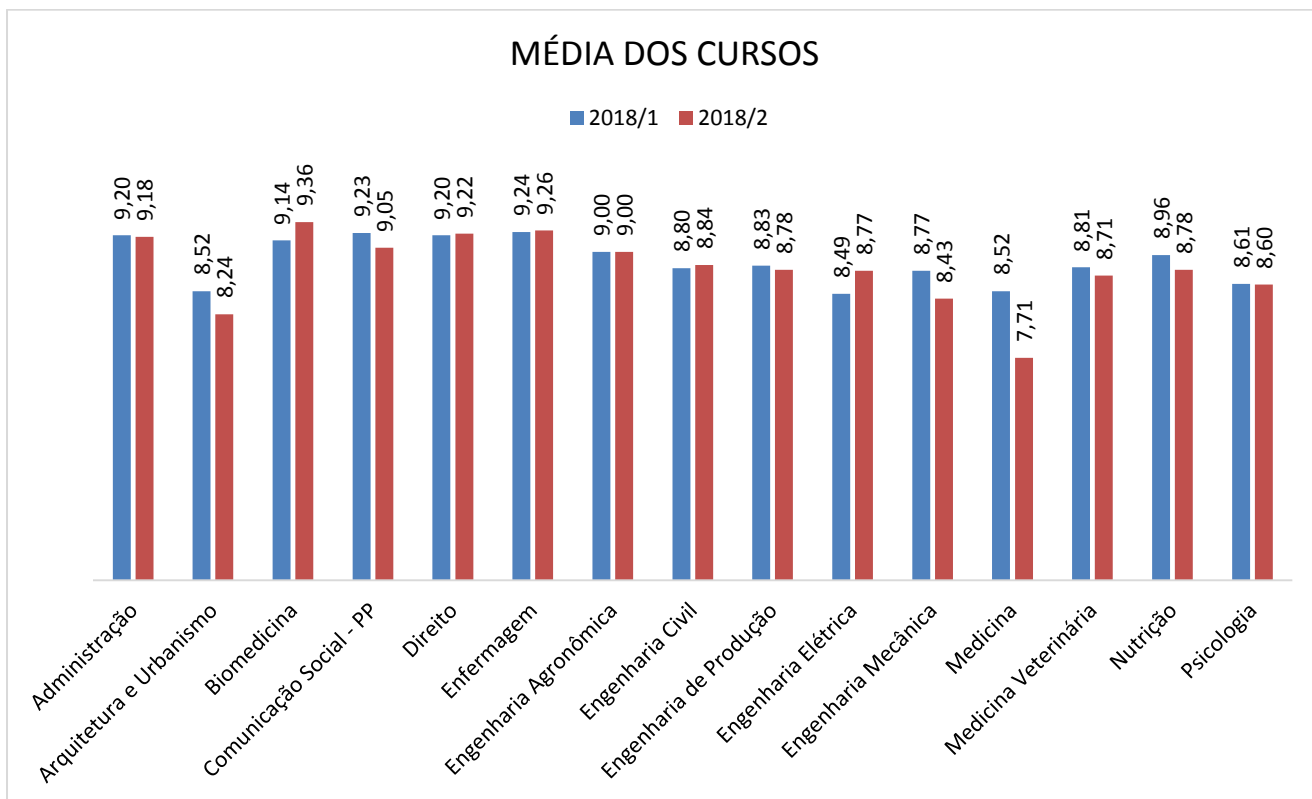
Ao se comparar os projetos de construção e melhoria de espaços físicos com a atual infraestrutura, percebeu-se que o traçado no PDI vem sendo cumprido para além do proposto e dos prazos previstos.

Sobre as notas atribuídas pelos alunos a cada um dos Setores, segue tabela demonstrativa e comparativa entre os anos de 2016 a 2018:

HISTÓRICO POR SETOR	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2	VARIAÇÃO 2017/2 x 2018/1
Espaço Físico	8,25	8,19	8,42	8,50	8,57	8,68	0,11
Coordenação do Curso	8,64	8,49	8,65	8,64	8,91	8,79	-0,12
Biblioteca	8,83	8,82	8,81	8,88	8,82	8,90	0,08
Laboratórios das Engenharias	8,46	8,38	8,02	8,13	8,54	8,52	-0,02
Laboratórios de Informática	8,19	8,31	9,34	8,31	8,41	8,50	0,09
Laboratórios da Saúde	8,46	8,38	8,64	8,75	8,95	8,93	-0,02
Curso	8,98	8,83	8,93	8,92	9,01	8,97	-0,04
Agência Experimental - BZZ	9,20	9,04	9,18	9,00	-0,18
Serviço de Telefonia	8,81	8,77	8,85	8,85	8,78	8,89	0,11
Recepção - Saúde	9,04	8,97	9,11	9,18	9,13	8,84	-0,29
Recepção - Bloco I	9,04	8,97	8,94	8,91	9,04	9,15	0,11
Recepção - Bloco III	9,04	8,97	9,06	9,13	9,05	9,11	0,06
Recepção - CT	9,04	8,97	9,17	9,06	9,01	9,21	0,20
Cantina - Bloco II	7,73	7,81	7,99	7,49	7,81	8,26	0,45
Cantina - CT	7,73	7,81	7,60	7,50	7,83	8,08	0,25
Cantina/Restaurante - Bloco I	7,73	7,81	7,79	7,59	8,11	8,43	0,32
Secretaria - Saúde	8,98	8,92	9,32	9,28	9,32	9,29	-0,03
Secretaria - Bloco I	8,98	8,92	9,02	9,04	9,11	9,21	0,10
Secretaria - CT	8,98	8,92	9,14	9,12	9,13	9,20	0,07
Serviços Financeiros	8,90	8,95	8,96	9,00	8,58	8,92	0,34
Reprografia - Bloco II	8,47	8,60	8,73	8,58	8,75	8,82	0,07
Reprografia - CT	8,47	8,60	8,71	8,57	8,83	8,95	0,12
Fazenda Experimental	7,98	7,83	8,06	8,04	-0,02
Hospital Veterinário	8,50	9,05	8,65	-0,40
RealClin	9,00	8,88	8,96	8,99	0,03
EPJ	8,88	8,70	9,07	9,23	0,16
Campo Real	8,52	8,50	8,52	8,50	8,58	8,70	0,12

Fonte: Relatórios da CPA/2018

Na interpretação da tabela, observa-se que a Biblioteca, a Secretaria Acadêmica, os Serviços Financeiros e o Curso figuram entre os maiores índices de satisfação dos alunos. Verifica-se e destaca-se a relevante satisfação do corpo discente em relação ao curso, considerando as notas atribuídas no período entre 2016 a 2018.



Fonte: Relatórios da CPA/2018

Os gráficos destacam a satisfação dos acadêmicos em relação ao Curso e em relação ao atendimento das expectativas, tendo o curso de Enfermagem destaque com o menor índice, com 9,26 de satisfação em 2018. A média geral dos cursos da Instituição está fixada em 9,00 e 8,97 consecutivamente nos dois semestres avaliados no ano de 2018.

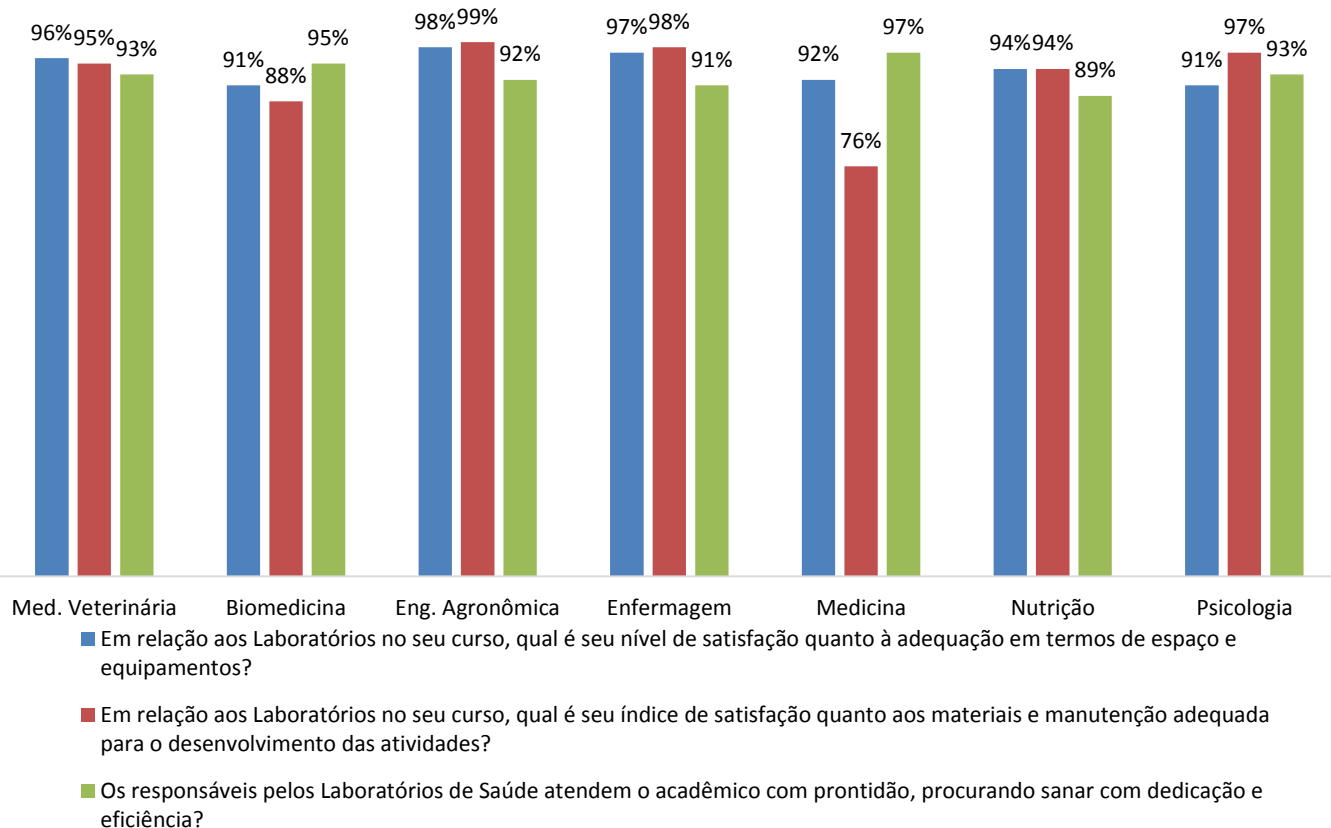
Cursos	Nota	Atendimento às expectativas	Principal contribuição do curso	% da contribuição
Administração	9,20	86%	Formação profissional	80,0%
Arquitetura e Urbanismo	8,52	77%	Formação profissional	77,0%
Biomedicina	9,14	93%	Formação profissional	85,0%
Comunicação Social - PP	9,23	89%	Formação profissional	69,0%
Direito	9,20	88%	Formação profissional	72,0%
Enfermagem	9,24	91%	Formação profissional	77,0%
Engenharia Agrônômica	9,00	85%	Formação profissional	70,0%
Engenharia Civil	8,80	87%	Formação profissional	78,0%
Engenharia de Produção	8,83	83%	Formação profissional	81,0%
Engenharia Elétrica	8,49	77%	Formação profissional	67,0%
Engenharia Mecânica	8,77	89%	Formação profissional	81,0%
Medicina	8,52	77%	Formação profissional	58,0%
Medicina Veterinária	8,81	82%	Formação profissional	76,0%
Nutrição	8,96	82%	Formação profissional	84,0%
Psicologia	8,61	81%	Formação profissional	75,0%

Fonte: Relatórios da CPA/2018

A tabela acima confirma as médias de cada curso, atribuídas no ano de 2018, destacando-se a Formação Profissional sendo indicada unanimemente pelos alunos como a principal contribuição dos cursos.

Interpretando-se, ainda, a tabela com notas dos setores entre os anos de 2016 e 2018, observa-se que os espaços destinados a campo de estágio, a citar, Fazenda Experimental, RealClin, RealVet, Escritório de Prática Jurídica e Agência Experimental - BZZ passaram a ser avaliados a partir do ano de 2017, tendo o Escritório de Prática Jurídica o maior índice de satisfação. Ressalta-se que estes ambientes foram avaliados exclusivamente pelos acadêmicos e cursos que os utilizam com fins acadêmicos previstos nas matrizes dos cursos.

LABORATÓRIOS DA SAÚDE - SATISFAÇÃO



Fonte: Relatórios da CPA/2018

Pode ser verificado no respectivo gráfico apresentado, as notas atribuídas ao laboratório da Saúde, por curso, bem como, índices de satisfação manifestados a partir das perguntas atribuídas. Verifica-se que o curso de Engenharia Agrônômica tem o maior índice de satisfação e que o curso de Medicina tem percentual pouco acima de 75% de satisfação, o que necessita melhor investigação para que se identifique precisamente o potencial e a fragilidade do espaço, em relação às expectativas dos alunos.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, do Relatório de infraestrutura e visita em todas às instalações, do Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2010-2011 e Reuniões com docentes e corpo técnico-administrativo da IES.

Fragilidades

- a) Conclusão das obras de ampliação do espaço adiadas pela empresa contratada para início do ano de 2018 – Centro Tecnológico.

Potencialidades

- a) Critérios claros para expansão do acervo;
- b) Atendimento eficiente da Biblioteca;
- c) Espaço adequado de convívio da comunidade acadêmica;
- d) Estacionamento apropriado para portadores de deficiência;
- e) Área destinada para estacionamento;
- f) Unidade específica para os cursos de Engenharias;
- g) Adequação do espaço físico às demandas acadêmico-institucionais.
- h) Ampliação das vagas de estacionamento para a comunidade acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o processo de autoavaliação demonstra-se que a Instituição, em termos gerais realiza a sua missão e sua responsabilidade social.

Pode-se inferir que essa ação avaliativa é uma estratégia pedagógica que tem a mais alta significação, pelo fato de ter possibilitado a geração de uma expressiva massa de informações atualizadas para o uso do replanejamento dos cursos, observando-se as novas exigências impostas num novo redesenho universitário. Isso significou ampliar e intensificar o processo de integração de diferentes setores, com princípios de trabalho coletivo, bem como contribuir para o atendimento às demandas dos Coordenadores de Curso que necessitam de subsídios para o desenvolvimento de suas atividades.

A autonomia desse processo tem um componente político ligado à autonomia da IES, e “para isso é necessário um elemento de protagonismo dos sujeitos envolvidos e de equilíbrio entre as dimensões regulatórias e emancipatórias para que ela possa exercer seu caráter educativo”. (CUNHA, 2003). Observa-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua sobre suas ações de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição no diálogo com os órgãos oficiais e especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

A experiência descrita neste relatório parcial retrata o andamento de trabalho avaliativo que compreende que a excelência de um Curso de Graduação, que a “Excelência no Ensino Superior” é um conceito pouco objetivo e que não possui uma métrica possível. Para avaliá-la e não simplesmente medi-la torna-se necessário um conjunto de dimensões e instrumentos complementares, capazes de identificar tanto os aspectos relativos à estrutura, processos e resultados quanto aqueles relativos à percepção das pessoas que trabalham produzindo e vivenciando a Educação.

É princípio também a desvinculação do caráter punitivo, discriminatório e burocrático. A avaliação é instrumento político, participativo, de corresponsabilidade, dirigido à emancipação das pessoas, da instituição e da sociedade. Faz-se legítimo, pois a avaliação como instrumento de reconstrução de práticas emerge de um processo de confronto e negociação construído a partir de diferenças e aceitar essa condição é essencial para a legitimação da avaliação.

É possível concluir que a análise e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e avaliações externas da instituição atende a princípios da

criação e manutenção de espaços de discussão dos resultados, de liberdade política, de garantia de transparência e de construção coletiva do conhecimento.

Os problemas revelados nas análises efetuadas nos resultados dos processos de autoavaliação institucional, demonstram-se na maioria operacionais e de infraestrutura, enquanto que as potencialidades se concentram em aspectos essenciais da vida acadêmica como a qualidade do corpo docente, do ensino, dos serviços e do atendimento dos setores do Centro Universitário.

Os procedimentos de avaliação legitimados a partir da deliberação de ações e aquisições desenvolvidas no processo de Gestão, propiciam o cumprimento dos objetivos e metas propostas PDI.

O princípio da continuidade do processo avaliativo se mostrou fundamental para aprofundar aspectos revelados, ampliar o universo da avaliação e revelar a evolução institucional.

Diante do relato dessa prática de avaliação, compreende-se o cumprimento da fecunda ideia central do PAIUB, que trata da identificação das fragilidades e potencialidades das IES brasileiras e posiciona o processo avaliativo como diferencial, por ser instrumento que serve para orientar as instituições na redefinição constante de seus objetivos, metas e prioridades acadêmico/científicas e sociais. Contrariando as concepções que imprimem à avaliação institucional caráter regulador e redutor (e que fazem o ensino recuar), esse processo demonstrou caráter construtivo, democrático/participativo, valorizando a instituição e o desenvolvimento, enquanto aspecto fundamental e principal propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. **A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES**, v. 12, n. 4, dez, pp. 597-622. Campinas: Avaliação, 2007.

BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José. (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, PT: Porto, 2003.

BRASIL, MEC. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Comissão Especial de Avaliação (CEA). Brasília, 2003.

_____. **Diretrizes para avaliação das instituições de educação superior**. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Brasília, 2004a.

_____. **Portaria nº 2.051, de 9 de junho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília, 2004b.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Brasília, 2004c.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. art. 11 da Lei nº 10.861/04. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm Acesso em 11 de março de 2019.

_____. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065**. CONAES, 2014. Disponível em: http://cpa.sites.ufms.br/files/2013/04/Nota_Tecnica_No65_2014_Relatorio_CPA.pdf Acesso em 11 de março de 2019.

CUNHA, M.I. **A avaliação da Educação Superior**, CEA – Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, MEC/SESU, abril de 2003, mimeo.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008a.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias. Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENEGHEL, Stela M.; ROLB, Fabiene; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 89 – 106, 2006.

PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, C. R. S.; PETRAGLIA, I. (orgs.). **“Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação”**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Avaliação da Educação Superior no Brasil: Processo de Construção Histórica. **Avaliação**. Campinas: Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf> Acesso em 11 de março de 2019.